

## O Historiador, o Leitor, o Rei e as Amantes deles: Sobre alguns *efeitos perversos* do fim das teorias

Ângela Miranda Cardoso  
(CRIA-IUL)



WORKING PAPER 9

**O Historiador, o Leitor, o Rei e as Amantes deles:  
Sobre alguns *efeitos perversos* do fim das teorias\***

Ângela Miranda Cardoso

(CRIA-IUL)

[mirandaangela@hotmail.com](mailto:mirandaangela@hotmail.com)

2011

---

\* Este texto, concluído em Novembro de 2010, corresponde a uma versão desenvolvida de “Uma amnésia impossível: situando o ‘retorno do indivíduo’ no século dos determinismos sociais”, comunicação apresentada em *Agencialidade, Identidade e Poder*, II Simpósio da Linha de Investigação Identidade Social e Diferenciação (SID) do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE, 18 Junho 2010.

**RESUMO:**Nas últimas décadas, tem-se vindo a naturalizar entre os historiadores um discurso que, proclamando o “regresso do indivíduo” ou “da narrativa” – a face mais académica do “fim das ideologias” –, constitui a base de renovadas pretensões de autonomia face às ciências sociais. Tomando como ponto de partida o estudo de um caso exemplar – o de uma obra recentemente publicada em Portugal sobre as amantes régias –, este texto propõe-se examinar as principais questões metodológicas e teóricas colocadas por uma recuperada história narrativa de inspiração rankeana, e pela supressão do exercício teórico que, a seu reboque, e dominada pelas expectativas do grande público, tem servido uma progressiva diluição das fronteiras entre história e literatura.

**ABSTRACT:** In recent decades, historians have come to take for granted an argument which, proclaiming the “return of the individual” or “of narrative” – the academic counterpart of the “end of ideologies” – has served as a basis for claims of increased autonomy vis-à-vis the social sciences. Starting from an exemplary case-study – a work recently published in Portugal about royal mistresses – this essay aims to examine the main methodological and theoretical issues raised by neo-Rankean narrative history and by the suppression of theoretical reflection which, in its wake, and pandering to the expectations of the wider public, has contributed to an ever greater blurring of the distinction between history and literature.

**PALAVRAS-CHAVE:**Historiografia; história pública; narrativismo; micro-história; género; biografia.

**KEYWORDS:** Historiography; public history; narrative; micro-history; gender; biography.

### ***Nota prévia***

*Este texto parte de um duplo pressuposto: o de que o enfoque numa obra, entendido como um estudo de caso, pode servir de acesso à análise do contexto disciplinar em que ela se insere; e o de que a observação desse contexto pode conduzir a uma reflexão bastante mais abrangente sobre tendências teóricas e metodológicas que ultrapassam quer o âmbito nacional quer as fronteiras disciplinares. Dadas as implicações das questões aqui colocadas, esta nota introdutória serve também para justificar o número elevado das outras que se lhe seguem e que arriscam prolongar o velho conflito entre o historiador e o leitor de que já falava Marc Bloch (1952: 40). Assumindo o risco, a autora justifica-se: em primeiro lugar, o recurso abundante a referências de tipo bibliográfico parece-lhe indispensável num artigo em que, dada a natureza teórica da argumentação, os seus primeiros interlocutores são aqueles que, através dos seus próprios textos, possibilitaram a discussão; em segundo, e como sequência lógica, essas notas fornecem não apenas a possibilidade de verificação mas também, e porventura mais importante, a de refutação dos argumentos explanados; por último, e pensando de facto no leitor, elas permitem tornar um pouco mais fluido o texto onde os excursos, por vezes longos, poderiam fazer perder o fôlego. Toma-se como dado adquirido que não se trata de uma narrativa destinada ao grande público. Por isso, a autora nota ainda: o texto não possui um enredo nem conta uma história – ainda que tenha protagonistas.*

## I. A regra e a exceção

Adverta-se os leitores menos incautos [*sic*] que este não é um livro de história frívola, anedótica e muito menos voluptuosa que pretenda estudar um tema tão apelativo, mas nem por isso menos complexo, como o das amantes dos reis de Portugal. (Lourenço, Pereira e Troni 2008: 9)

Principiava assim a obra que, no final de 2008, A Esfera dos Livros lançava no mercado português sob o título de *Amantes dos Reis de Portugal*. Descontada a evidente negligência no uso do termo *incauto*<sup>1</sup> – que, desde logo, prenunciava um trabalho de revisão e edição muito pouco cuidado –, o sentido deste anúncio inaugural era inequívoco. Obra de historiadoras, dessa forma se demarcava voluntariamente do romance histórico, ou da história romanceada, cujos produtos, sobretudo na última década, têm vindo a invadir os escaparates das livrarias. O receio não era infundado e, de resto, tem sido partilhado por muitos dos autores das mais recentes biografias históricas, como aquelas que fazem parte da série sobre os monarcas portugueses publicada pelo Círculo de Leitores<sup>2</sup>. No caso de *Amantes...*, no entanto, essa declaração de princípios revela-se tanto mais significativa quanto, em termos práticos, ela é sistematicamente infirmada ao longo dos capítulos que, em sequência cronística, compõem o livro.

Não se pense encontrar na obra de Lourenço, Pereira e Troni, pese embora a proclamação de intenções, o escrutínio rigoroso da documentação e o “criterioso respeito pelos factos comprováveis” de que, com nítido cuidado, falam aqueles mais empenhados na definição do trabalho do historiador como algo fundamentalmente empírico<sup>3</sup>. A utilização dos instrumentos básicos de crítica das fontes – maioritariamente, em segunda mão – é deficiente ou mesmo obliterada, já que no apuramento dos factos predomina o recurso à “tradição”<sup>4</sup> e a textos que, em notas de

---

<sup>1</sup> O erro, algo surpreendentemente, foi repetido em *Amantes dos Reis de França*, este de Ana Cristina Pereira e Joana Troni, publicado pela mesma editora apenas um ano depois. No final da introdução, e por a julgarem válida para o seu novo trabalho, as autoras decidiram citar as palavras iniciais de *Amantes dos Reis de Portugal*: “Adverta-se os leitores menos incautos que este não é um livro de história frívola, anedótica e muito menos voluptuosa” (2009: 11).

<sup>2</sup> V., a título de exemplo, Bonifácio 2005: 7, Gomes 2005: 6-7, Ant. Oliveira 2005: 17, Sousa 2005: 12, Valente 2001: 9 e Vilar 2005: 8.

<sup>3</sup> V., como autor de referência, Elton 1969, mas também Skinner 1997, num texto de crítica ao anterior.

<sup>4</sup> Lourenço, Pereira e Troni 2008: p.ex. 30, 40-1, 45, 51, 53-4, 57-8, 71, 93, 138, 140, 159, 164, 183-4, 188, 191-3, 223, 239.

fim de capítulo, e não sem uma boa dose de incongruência, as próprias autoras classificam como pouco fiáveis<sup>5</sup>. Face ao evidente desrespeito pelo procedimento e aparato críticos sobre os quais, convencionalmente, se ergue o discurso historiográfico, restar-nos-ia esperar de *Amantes...* que encontrasse na construção do enredo e na manipulação dos recursos argumentativos implicados na própria natureza da narração – um pouco à moda do narrativismo inspirado em Paul Ricoeur ou Hayden White – o seu devido lugar. E no entanto, a montagem fragmentária e desarticulada, com capítulos ou partes de capítulo sem sequência aparente, a incongruência tanto temática quanto cronológica, ou o enredo, por fim, caótico poderiam, ao invés – se estatuto literário lhes fosse reconhecido – surpreender o próprio Robbe-Grillet quando, a propósito do estilhamento do discurso, anunciava “a morte do romance”.

A edição de *Amantes dos Reis de Portugal* constituiu, de facto, um *evento*, na acepção de atipicidade que os historiadores lhe conferem. Um evento, em primeiro lugar, do ponto de vista do mercado, graças ao inusitado sucesso editorial que tem vindo a alcançar<sup>6</sup>. Mas um evento, também, e face ao que se disse, em termos da sua aparente singularidade no contexto da historiografia actual ou, em sentido mais restrito, académico – quer na eleição do objecto, quer no tipo de abordagem adoptado. A medida da sua relevância encontramos-la no oximoro “excepcional normal” cunhado por Edoardo Grendi em “Micro-analisi e storia sociale”<sup>7</sup>, por muitos considerado o texto fundador da micro-história. A escala de análise é aqui, obviamente, central. Trata-se de olhar à lupa, ampliando os seus contornos e implicações, fenómenos aos quais, até há não muitas décadas, não era reconhecida relevância histórica ou sequer, em formulação mais moderna, representatividade. Com efeito, na designação de “excepcional normal” fica contido um pressuposto, basilar no trabalho desenvolvido por micro-historiadores,

---

<sup>5</sup> São os casos de Rocha Martins, Conde de Sabugosa e, acima de todos, Alberto Pimentel (*id.*, *ibid.*: 24, n.23; 27, n.29; 30-2, ns.38, 42; 40-1, ns.69, 73; 92, n.14; 95, n.20; 120, ns.76, 77; 130-1, ns.107, 108; 158, n.8; 174, n.41; 183, n.53; 189-90, ns.62, 64; 237, n.124); v., ainda, as notas 140 do cap.I, p.67, e 8 do cap.II, p.90. Do mesmo modo, não é rara a referência a trabalhos que, sendo apresentados como fontes avalizadas, mereceriam, como as anteriores, uma crítica cuidada do ponto de vista historiográfico (são exemplos as obras, citadas pelas autoras, de Francisco da Fonseca Benevides (31, n.40; 35, n.54; 72, n.155; 93, n.16; 103, n.35; 150, n.9; 153, n.13), Fr. Cláudio da Conceição (41, n.70; 74, n.163; 130, n.106), Manuel Bernardes (58, n.118), Aquilino Ribeiro (121, n.79), Camilo Castelo Branco (188-9, ns.61, 63) ou, ainda, Diogo Freitas do Amaral (23, n.19).

<sup>6</sup> No início de 2010, pouco mais de um ano após a sua publicação, *Amantes dos Reis de Portugal* já tinha entrado na 7ª edição.

<sup>7</sup> De facto, e em rigor, a expressão inicialmente utilizada por Grendi foi a de documento “excepcionalmente ‘normal’” (1977: 512). Mais tarde, num texto de reflexão sobre a micro-história tal como ela se apresentava no início dos anos noventa, o historiador italiano não deixou de notar a sobrevalorização a que tinha vindo a ser sujeito o oximoro “excepcional normal”, o qual, no entanto, reconhecia haver proposto no artigo dos *Quaderni storici* (1994: 232, n.14).

que resgata o objecto mais sombrio dessa irrelevância a que quer a história dos grandes eventos e dos grandes homens quer as metanarrativas de evolução da humanidade o pareciam ter condenado para todo o sempre: o do necessário reenvio do objecto (a *excepção*) a contextos mais amplos (a *norma*), um processo que passa pela sua formalização em termos teóricos ou mesmo sistémicos<sup>8</sup>.

A formulação de Grendi, precisamente por postular uma relação intrínseca entre geral e particular – assumindo-se o segundo como chave de acesso ao primeiro –, ecoava um debate antigo. Já antes, o teórico da política e do direito Carl Schmitt aproveitara a reflexão de Søren Kierkegaard<sup>9</sup> sobre o poder explicativo da *excepção* para reforçar a sua concepção fundamentalmente autoritária de soberania, assente na ideia de suspensão da norma: “A regra não prova nada; a excepção prova tudo. Ela confirma não apenas a regra mas a sua existência, a qual deriva da excepção” (1922: 15). Já recentemente, foi a vez do micro-historiador finlandês Matti Peltonen identificar na noção leibniziana de *mónada* – a de que “toda a ideia contém a imagem do mundo” – um distinto antepassado das teses contemporâneas que fazem a síntese da relação entre os níveis micro e macro de abordagem da realidade (2001: esp. 355). Mas parece ter sido a E.P. Thompson, e aos seus estudos sobre as “classes subalternas”, menos iluminadas pela documentação, que Edoardo Grendi terá ido buscar a ideia de que uma das vias mais frequentes para descobrir a norma seria precisamente a de analisar fenómenos atípicos (Thompson 1977: 251-2)<sup>10</sup>. Quer caso de “criptomemória”, como alvitra Carlo Ginzburg (2009: 8), quer coincidência teórica ou mesmo terminológica, o facto é que – ao contrário da visão binária de oposição entre micro e macro ainda hoje corrente, sobretudo entre os mais activos opositores aos esquemas macro-interpretativos

---

<sup>8</sup> V. Fazio 2004: 283-4; Levi 1991: 124, 128-30, e 1993: 17-8; Revel 1989: xxiv-xxv, xxviii-xxxiii. Neste ponto claramente se engana Mary Del Priore, quando, a propósito do recurso ao método biográfico por micro-historiadores e traída por uma concepção adulterada do termo “micro”, fala da sua “despreocupação com contextos amplos” (2009: 11). Os equívocos gerados pela enunciação do nível “micro” como tipo de abordagem preferencial entre estes historiadores – de facto, menos dependente da dimensão da área social que do carácter dos próprios dados – foram, desde logo, apontados por Grendi (1977: 519) e, mais recentemente, sublinhados por Peltonen (onde, contra a acepção generalizada, chama a atenção para o facto de “micro” e “macro” serem “contrastos analíticos” e não referentes empíricos antagónicos (2001: 351, 356-7)).

<sup>9</sup> No texto de Schmitt, Kierkegaard não é nomeado mas apenas descrito como um “teólogo protestante” oitocentista; a identificação foi feita em nota pelo tradutor na edição de 2005 da University of Chicago Press (Schmitt 1922: 15, n.6).

<sup>10</sup> Não sobre este ponto preciso mas sobre a influência que a história social britânica – e, mais especificamente, E.P. Thompson –, mesmo a despeito da sua vertente macro-analítica, terá exercido sobre as teses de Grendi e a concepção de uma abordagem micro-histórica, v. Lima 2004.

– a articulação (conquanto tensa) entre os dois elementos analíticos se mantém à cabeça do debate epistemológico.

Não é intenção deste texto, pelo que acima fica dito, apresentar uma recensão da obra editada pel’A Esfera dos Livros sobre os amores “ilícitos” dos reis de Portugal. A esta leitura *sui generis* da história portuguesa, mais uma entre as visões gerais que têm vindo a lume nos últimos anos, apenas se recorre enquanto via de acesso a uma reflexão, tanto quanto possível abrangente, sobre os efeitos – porventura *indesejados* – da espécie de *niilismo teórico* hoje tão apregoada, e não apenas em Portugal, pelos novos praticantes da “velha história”, isto é, da história política em moldes tradicionais<sup>11</sup>. O uso que aqui se faz da noção boudoniana de “efeitos perversos”, uma das expressões do carácter indeterminado das acções individuais em que a metodologia da velha história política se apoia<sup>12</sup>, tem, por isso, um valor essencialmente argumentativo. Não se destina, no entanto, a revelar a sua operatividade ou a sua validade enquanto modelo de análise. Antes visa tornar aparentes as incongruências de um discurso que, defendendo a tese da acumulação ou “agregação” de acções individuais como causa fundamental de mudança, despacha sob o rótulo de “indesejado” ou “perverso” tudo aquilo que parece fugir às motivações originais, e não determinadas, dos sujeitos, assim ignorando a relação intrínseca da parte com o todo de que acima se falava. Afinal, onde começa e onde acaba o discurso moralista, conservador e patriótico de *Amantes...*? Numa voluntária subversão dos pressupostos mais básicos da historiografia das mulheres, das premissas metodológicas da história

---

<sup>11</sup> O termo “*old history*” já aparecia no texto de 1979 de Lawrence Stone sobre o “ressurgimento” da narrativa na produção historiográfica, mas dever-se-á, em grande parte, a Gertrude Himmelfarb – especialmente, através do seu muito citado artigo “History with the Politics Left Out” (1984) – a popularização no meio académico da noção de “velha história” para designar, mais radicalmente, a historiografia de inspiração rankeana, assumidamente crítica dos modelos interpretativos desenvolvidos durante o século XX. Foi este o termo que serviu de referência ao texto de Maria de Fátima Bonifácio intitulado “O abençoado retorno da velha história” (1993), que marcou a adesão da contemporanista portuguesa, inicialmente interessada na história económica, à historiografia política tradicional. O emprego desta formulação tornou-se, de resto, comum entre o seus praticantes.

<sup>12</sup> A noção de *efeitos indesejados* ou de *efeitos perversos*, aqui adoptada da sociologia individualista de Raymond Boudon, deve tanto às “*unanticipated*” ou “*unintended consequences*” de Robert Merton (1936) como à reflexão (filosófica) de Mandeville, Adam Smith ou J.-J. Rousseau (Boudon 1977b e 1977c). A carga nitidamente pejorativa do qualificativo “perverso”, como já chamou a atenção Albert O. Hirschman, não é neste sentido inocente, reflectindo antes uma concepção “reaccionária” ou “conservadora” da noção de reforma política que bebe em autores como Edmund Burke, Joseph de Maistre ou, mais tarde, Gustave Le Bon (Hirschman 1991: 11-42, 159-63; v. Boudon 1977c: 10, 13-4, onde acentua a dominante indesejabilidade dos efeitos não-intencionais). Às teses do individualismo metodológico de Boudon – sobretudo do ponto de vista das noções de “situação” e de “agregação” dos efeitos de comportamentos individuais – faz referência Maria de Fátima Bonifácio, seguramente a mais empenhada dos novos teorizadores da “velha história” em Portugal (p.ex. 1999a: 102-3, 109, 122).

política, do alargamento temático do campo historiográfico? Ou naquilo que poderíamos classificar como a instalação de um novo paradigma historiográfico largamente assente na rejeição dos pressupostos que orientaram, no último século, a inscrição da história no conjunto das ciências sociais? E, assim sendo, em que medida o evento editorial de *Amantes...* nos ajuda a desvelar a naturalização de um discurso, sistematizado e articulado, que se insinua, mesmo que alternativo, como uma espécie de nova doxa – uma *norma*?

É, essencialmente, sob o ponto de vista da articulação entre os distintos níveis de análise contidos nas próprias definições de *excepção* e de *norma* que se propõe, neste texto, olhar para a publicação do livro de Lourenço, Pereira e Troni e para o êxito que ele tem obtido entre o público leitor português. “Documento excepcional” – para, de novo, me socorrer de Grendi (1977: 511) –, ele é tão mais revelador da norma quanto o seu desvio a pode indiciar. Por entre as “incongruências” e as “contradições” da realidade, como se designariam entre micro-historiadores – ou o que, *à la* Boudon, aqui se descreve como os “efeitos perversos”<sup>13</sup> de alguma historiografia actual –, reconstruíram as autoras de *Amantes...* as suas próprias estratégias, definindo o seu espaço de criação e manipulação da regra<sup>14</sup>. Essa singularidade, no entanto, aqui se pressupõe, é formalizável e, por isso mesmo, comparável, inserível em sistemas analógicos de relações ou, para usar outra noção central para a micro-história, em *contextos*. Não contextos imóveis, definidos à partida, mas contextos em permanente reelaboração e inter-relação<sup>15</sup>. Talvez assim, fazendo-se uso de uma noção que, de facto, se aproxima daquela de “*Familienähnlichkeit*” de Wittgenstein<sup>16</sup>, se consiga perceber o que faz de *Amantes dos Reis de Portugal* um acontecimento singular num conjunto coerente de outros acontecimentos igualmente singulares: a edição de biografias sobre os reis de Portugal, assim como a proliferação de versões sobre a história nacional, de

---

<sup>13</sup> Aos “efeitos perversos” como “contradições” se refere o próprio Boudon, remetendo neste caso específico para Marx (Boudon 1977a: 188).

<sup>14</sup> Aqui se poderia evocar a noção de “paradigma da manipulação”, cujo principal representante, segundo Renata Ago, será Giovanni Levi (Ago 2006: 246). Sobre a noção de “estratégia” usada pelos micro-historiadores, v. Levi 1981: 78-9 e 1985: 5-6, ou, em leitura (auto-)crítica, Cerutti 2004: 25-6; e ainda, em torno da ideia central da liberdade humana (conquanto sempre relativa) manifesta na criação de margens de actuação, *id.*, *ibid.*, Fazio 2004, Levi 1991, e Revel 1989 e 1996b.

<sup>15</sup> Sobre a utilização da noção de “contexto” pelos micro-historiadores, v., por exemplo, Grendi 1977: 518-9; Levi 1981: esp.76-78 e 1991: 113-6, 126-8; Revel 1989: xxv-xxvi e 1996b: 26, 35.

<sup>16</sup> A similitude entre a noção wittgensteiniana de “semelhança de família” e o princípio de analogia a que recorre a metodologia micro-analítica foi também observada por Henrique Espada Lima (2006: 362). No caso de Levi, no entanto, a referência explícita é feita não à fonte original mas a Rodney Needham (*Reconnaissances*, Toronto / Buffalo / London: University of Toronto Press, 1980, cit. Levi 1991: 128).

textos literários e historiográficos centrados em figuras femininas ou de romances históricos com que historiadores e não-historiadores têm vindo a inundar o mercado livreiro português<sup>17</sup>. É das potencialidades analógicas do *excepcional*, e assim da consequente necessidade de generalização e abstracção, que este texto trata.

## II. Das amantes

*A mínima experiência de investigação ensina que a estrutura se actualiza naquilo que é mais singular e mais individual, ou que a sua necessidade se concretiza pelas vias, muitas vezes impenetráveis, das ligações pessoais aparentemente mais acidentais e mais contingentes, como os amores nos quais se deleitava a história literária tradicional.*

(Pierre Bourdieu, “Sur les rapports entre la sociologie et l’histoire...”, 1995, p.122)<sup>18</sup>

Há cerca de duas décadas, não sem a ironia de o fazerem num dos maiores *best sellers* da jovem historiografia das mulheres, Georges Duby e Michelle Perrot julgaram necessário incluir no texto de introdução à *Storia delle donne*, que dirigiram, o seguinte reparo:

À margem da história que se pretende científica, afirma-se, e persiste ainda hoje, uma história das mulheres edificante ou repleta de disparates, provocante ou lamecha, que se exhibe nas revistas femininas e satisfaz *os gostos do grande público*. (Duby e Perrot 1990: xii; subls. meus)

A nota era necessária. Duby e Perrot sublinhavam, assim, o facto de, por oposição consciente, a obra que apresentavam se afastar da biografia exemplar ou escandalosa, da anedota, do voyeurismo, tudo estratégias literárias que sempre haviam feito uso da imagem, ou das imagens, da “mulher”. Mas chamavam também a atenção para a relação, nem sempre clara, entre o historiador e o seu público. Colocados do lado de

---

<sup>17</sup> Salvaguardadas as distâncias (que serão, em primeiro lugar, ditadas pelas faixas etárias a que eles se destinam), uma comparação de alguns destes projectos com os dois conjuntos de pequenos livros infantis dedicados aos reinados e aos momentos presumivelmente mais notáveis da história portuguesa publicados pelo jornal semanário *Expresso* – com textos da autoria de Ana Oom e “revisão *científica*” ou “*técnica*” (subls. meus) da Associação Portuguesa de Professores de História – revela coincidências na concepção geral, no retrato de personagens e na caracterização de momentos históricos bastante sugestivas (*Era uma Vez um Rei...*, 2006, e *Portugal 10 Séculos, 10 Histórias*, 2010). Note-se que a sua edição acompanhou de perto, e respectivamente, a das biografias dos reis de Portugal pelo Círculo de Leitores e a da *História de Portugal*, sob a direcção de Rui Ramos, pel’A Esfera dos Livros. Nalguns casos, será seguramente a proximidade do modelo de “manual”, de apresentação sintética e geral da história (Pomata 1990: 374-5), que assemelhará obras, à primeira vista, tão diversas na sua forma, conteúdo e pressupostos. Esta avaliação ultrapassa, no entanto, os objectivos deste texto, limitados pelo tipo de produção historiográfica analisado.

<sup>18</sup> Neste texto optou-se por traduzir, a partir do original, todas as citações.

uma postura implicitamente feminista, mesmo que mitigada pela problemática do *género*, ou da relação entre os sexos (Farge e Perrot 1992: 61-4), e pelo pudor *desideologizante* da historiografia requeridamente científica, os organizadores dos volumes mostravam-se atentos aos riscos de um empreendimento que, de alguma maneira, voltava a trazer para o primeiro plano uma entidade aparentemente una e, assim sendo, facilmente tipificável – a *mulher*<sup>19</sup>. Na verdade, e pelo contrário, quer Georges Duby e Michelle Perrot quer os seus colaboradores na direcção dos cinco livros que compõem a obra tentavam apresentar a um público mais vasto do que o académico uma caracterização *possível*, e de resto espartilhada pela lógica dominante da periodização tradicional, da multiplicidade do seu objecto – as *mulheres* – e, como ressaltavam, da multiplicidade e relatividade das imagens construídas em seu torno ao longo da história (Duby e Perrot 1990: vi-viii).

Originalmente trazida à luz pela italiana Laterza (entre 1990 e 1992), a *Storia delle donne* foi de seguida editada em França (1991-1992), país de origem dos organizadores da totalidade dos volumes, e, para o que mais directamente nos interessa aqui, lançada logo um ano depois (em 1993) em Portugal, pela Afrontamento<sup>20</sup>, facto raro para a tradução de uma obra de filiação académica, apesar de claramente direccionada para um universo amplo de leitores. Constituiu, e constitui ainda, uma obra de claro sucesso editorial nos países em que foi publicada, sendo que Portugal não foi uma excepção; mas algo de bastante diverso poderia, porventura, ser dito do real alcance dos objectivos que presidiram à sua elaboração (Farge e Perrot 1992: 65-6; Perrot 1993: 9; Pomata 1993: 1020), mesmo que uma análise sobre a correspondência entre os resultados pretendidos – de divulgação crítica e de recuperação da história para a sua metade feminina – e a recepção efectiva dos textos que compuseram estes volumes esteja ainda por fazer. Um primeiro sinal do impacto da obra, embora circunscrito ao meio académico, foi dado logo após a publicação do seu último volume no contexto de um colóquio, promovido pelos seus próprios coordenadores, especificamente consagrado a discutir os seus pressupostos e concepção geral. A discussão, se nos fiarmos em Perrot, terá sido acesa (1993: 10-1), e as intervenções,

---

<sup>19</sup> À questão assim levantada pelos coordenadores da *Storia delle donne* respondeu directamente Pomata no texto apresentado ao colóquio que a seu propósito se organizou (1993: esp. 1020-2). Sobre o risco de se acentuar o mito de uma “natureza” ou de uma “identidade feminina” – no singular –, v., por exemplo, Pomata 1990: 374, 376, Scott 1991: 65-7 e Thébaud 2003: 102-4, esta numa avaliação da historiografia das mulheres em França.

<sup>20</sup> Sob o título de *História das Mulheres no Ocidente*. Coube também, na mesma altura, à Afrontamento – em parceria com a Editora Ebradil, de São Paulo – a edição da obra no Brasil.

algumas claramente divergentes, publicadas em volume independente no ano seguinte<sup>21</sup>. O consenso tendeu, no entanto, a dominar, e nos trabalhos que mais directamente tratam da historiografia das mulheres, ou da sua história, *Storia delle donne* é invariavelmente apresentada como um momento importante de afirmação e visibilidade do novo género historiográfico, quando não das próprias mulheres (De Giorgio 2003: 73; Thébaud 2003: 114). De alguma forma, a opção pela periodização clássica da história ocidental – definida, não sem contradição, como a “única efectivamente praticável” (Duby e Perrot 1990: xiii)<sup>22</sup> – encontra justificação neste seu duplo carácter de erudição científica e de combate; ela constituiu, neste caso particular, a via de entrada das mulheres na história geral. Essa escolha, porém, implicou um exercício de risco, um movimento de inversão de protagonismo que fez as mulheres ocupar não apenas o lugar dos homens – em termos de representatividade e, de novo, de visibilidade –, mas um lugar desenhado pelos próprios homens, em torno de cuja acção e categorias se erigiu a classificação dos grandes períodos da história europeia. Neste sentido, e ao contrário do que autoras como Gisela Bock tendem a apresentar como uma versão idealizada das origens da história das mulheres enquanto campo autónomo de investigação (1989: 160), a obra dirigida por Duby e Perrot não veio subverter categorias historiográficas tradicionais<sup>23</sup> – mas também não se resumiu àquilo que já se chamou uma história *compensatória*, *integrativa* ou *suplementar*<sup>24</sup>. Veio, sim, fazer eco, numa obra de síntese e de divulgação, de uma nova óptica na abordagem de esquemas tradicionais, de imediato por via do protagonismo conferido às mulheres como actores (ou *actrizes*) sociais – o social, aqui, sendo entendido como o espaço de relação entre domínios diversos, do político ao económico e ao cultural – e, depois, pelas questões levantadas em torno da construção da identidade (sexual) e da sua relação com outras categorias sociais.

---

<sup>21</sup> O volume intitulou-se *Femmes et histoire* (na tradução portuguesa, *As Mulheres e a História* (1993)), e foi também publicado, no mesmo ano, pela revista *Annales E.S.C.*, 1993 (4).

<sup>22</sup> Acerca da possibilidade, ou não, do estabelecimento de uma cronologia própria da história das mulheres – a propósito da *Storia delle donne* –, v. Klapisch-Zuber 1991: 7-10, Chartier 1993: 1008-9, e Farge e Perrot 1992: 64-5.

<sup>23</sup> Sobre o propósito, sistematicamente frisado por alguns historiadores das mulheres, de apresentar uma nova visão e uma nova grelha de leitura dos processos históricos, assim não se limitando a preencher vazios historiográficos, v., ainda, Pomata 1990: esp.366-7, 371-2, Davis 2004: 115-7, Augusto 2001: 194 e Vaquinhas 2002b: 201, 206.

<sup>24</sup> Sobre estas noções no contexto da historiografia das mulheres, v., a título de exemplo, Pomata 1990: 368-71 e Klapisch-Zuber 1991: 4 (em citação a Joan Kelly, “The social relations of the sexes: Methodological implications of Women’s History”, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, I (4), 1976, p.810).

Sob este ponto de vista, por, na prática, insistir na dimensão social, cultural e historicamente construída da noção de “género”, *Storia delle donne* é um produto legítimo da historiografia europeia que delas se ocupa. Mas também um sinal da sua variedade. Em muitos sentidos, ela resulta de uma mescla de abordagens que, noutras paragens como, especialmente, a da historiografia (dita) anglo-saxónica, não é tão pacífica<sup>25</sup>. A referência algo ecléctica a Foucault, à historiografia dos *Annales* (ou à sua terceira geração, a da *Nouvelle histoire*) e às teses pós-modernistas ou do *linguistic turn*, por detrás da importação do conceito de “género”<sup>26</sup>, revela tanto um tributo devido a propostas teóricas e metodológicas que lhe forneceram parte substancial da sua base de sustentação quanto uma indefinição de regras e pressupostos que teima em persistir. Esta indefinição levanta, seguramente, obstáculos à pretensão a uma renovação deste campo historiográfico na sua globalidade, tal como a historiografia das mulheres, desde cedo, a concebeu. E porém, é difícil não lhe reconhecer uma dinâmica que, em poucas décadas, a tornou uma das áreas mais férteis de investigação histórica, sobretudo sob o ponto de vista da história social<sup>27</sup>. Poder-se-á dizer que, como esta, também a história das mulheres demonstra uma capacidade de desdobramento de perspectivas e de auto-reflexão surpreendentes, a que serve de exemplo mais significativo a já longa discussão em torno da categoria de “género” e da sua aplicação aos estudos femininos (ou, em alguns casos, feministas). O que, porém, distingue a história das mulheres – mantenhámos por agora, e por comodidade, esta designação – de outros terrenos de pesquisa não será tanto a sua inegável juventude, com o que tal condição implica em termos de maturação da reflexão teórica, como a sua necessidade (fundacional) de estabelecer um público que, de alguma forma, extravase os limites da comunidade académica. Disso são sintomáticas as referências, maioritariamente em textos de reflexão historiográfica, ao sucesso que as publicações sobre história das mulheres têm obtido (De Giorgio 2003: 73; Thébaud 2003: 111, 114-5; Vaquinhas 2002b: 202, 207).

---

<sup>25</sup> V., por exemplo, Scott 1986: 1057; ainda, para uma breve comparação com os panoramas italiano, francês e português, respectivamente, De Giorgio 2003: 68, Thébaud 2003: 105 e Vaquinhas 2002b: 202.

<sup>26</sup> V. Duby e Perrot 1990: xii-xiii, xvii, n.2, ou, ainda, Thébaud 2003: 99.

<sup>27</sup> A nota introdutória que, já em 1997, Eric Hobsbawm acrescentava ao estado da questão sobre a história social originalmente apresentado na conferência “*Historical Studies Today*”, organizada pela *Daedalus* em Roma em 1970, é sugestiva: “Muitas coisas aconteceram na história social desde que escrevi esta resenha do seu desenvolvimento até 1970 [...]. Foi com alguma surpresa e embaraço que o autor se deu conta que ela não continha qualquer referência à história das mulheres. É verdade que este campo estava apenas no seu início em finais dos anos ‘60, mas nem eu nem qualquer dos outros participantes no volume, historiadores dos mais distintos – todos homens –, parece ter dado por essa falha” (1971: 94).

Esta circunstância, que é inerente à própria afirmação de autonomia da história das mulheres como campo de investigação (no que aqui se confunde com a definição mais geral dos *estudos de mulheres* e o projecto militante que lhe subjaz na origem<sup>28</sup>) faz da história das mulheres uma das áreas em que, actualmente, a relação entre o historiador e o seu público – ou a sua “audiência”, para utilizar o termo rigoroso de Pizzorno (p.ex. 1989b) – é mais visível e determinante em termos da qualidade de alguns dos seus produtos. Ora, talvez de facto *perversamente*, parece ter sido justamente graças às expectativas do “grande público”<sup>29</sup>, a que Duby e Perrot acima se referiam, e à amplificação de uma mensagem que acaba por essencializar a figura da *mulher* como entidade una e única – assim prolongando vícios de classificação dicotómica e outros, implícitos, de hierarquização de género – que se alargou e consolidou um espaço no qual, em última análise, os princípios fundadores da história (e dos estudos) das mulheres se diluem ou, no limite, se anulam.

Hoje, obras de cariz predominantemente biográfico, e de conteúdo edificante, escandaloso ou anedótico, sobre mulheres notáveis do passado inundam os escaparates das livrarias, numa multiplicação cuja rapidez, porventura imprevista, é sinal de um acolhimento largamente favorável entre o público leitor. Mas o fenómeno não é completamente novo. A tradição de eleição da mulher como objecto estético (neste caso, literário) é bem mais antiga que o muito recente domínio académico da história das mulheres. A isto some-se o facto de, especialmente a partir do século XVII, na Península Ibérica como em vários outros pontos da Europa Ocidental e em relação íntima com a reelaboração de concepções do poder real e das suas formas de transmissão, consortes régias, rainhas de pleno direito e princesas se terem tornado objecto privilegiado de textos panegíricos que, apontando à Coroa e ao seu favor, trouxeram para a ribalta a *outra* metade da realeza<sup>30</sup>. Catálogos e memórias históricas de

---

<sup>28</sup> V., apenas a título de exemplo, para o caso português Vaquinhas 2002b: 203-4, para o italiano De Giorgio 2003: 67-9 e, em geral, Perrot *et alii* 1986: 272-3 e Scott 1991. Para uma discussão das implicações políticas dos estudos de mulheres, v. Amâncio 2003: esp.687-93.

<sup>29</sup> Também Lígia Amâncio, a propósito da introdução do conceito de “género” nas ciências sociais, se refere aos efeitos perversos que, em fases diversas, a procura de visibilidade por parte da historiografia das mulheres produziu (*ibid.*: 697).

<sup>30</sup> É o caso das memórias e sermões fúnebres, sobre os quais me tenho vindo a debruçar no âmbito de uma investigação ainda em curso. Um argumento em torno da função ambivalente de uma literatura que, retirando um papel activo às mulheres, considera, no entanto, a exemplaridade excepcional das suas virtudes morais (e, assim, a sua capacidade de transgredir os limites impostos à sua acção) pode ser encontrado em Pomata 1990: 346-9. Sobre as raízes medievais do crescente protagonismo literário, e historiográfico, das mulheres – que, no âmbito do poder régio, assim como é espelhada pela crónica, o autor define como a “feminização da função real” – v. Firpo 1986: 341.

rainhas e das respectivas genealogias nos séculos XVIII e XIX não são estranhos ao mesmo processo, que é menos de reabilitação do que de *instrumentalização* – normalmente em proveito próprio dos autores dos discursos e dos seus patrocinadores – da figura feminina. Uma figura especial ou diferente porque régia (Earenfight 2007: 5, 9) e, por isso, não directamente assimilável às funções desempenhadas e aos lugares ocupados por outras personagens femininas na literatura dos mesmos períodos. Porém, *exemplar*, condensa em si os temas recorrentes na tipificação da *mulher* e do discurso sobre a *mulher*. Vê-lo-emos, ainda, no regime salazarista e numa ideologia nacionalista de cunho histórico que, com sucesso, se veio a servir das potencialidades edificantes das figuras femininas, quer erigidas em *exempla*, como bem manda a tradição da *historia magistra vitae* ainda hoje em voga<sup>31</sup>, quer – com o mesmo objectivo doutrinator – no seu contrário. Berta Leite, autora de *A Mulher na História de Portugal* – fruto de um conjunto de palestras dedicadas a mulheres notáveis (régias e nobres) proferidas aos microfones da antiga Emissora Nacional em 1940 – sintetizava bem a natureza da utilização do motivo histórico feminino ao afirmar que “a Mulher na História de Portugal é *dos mais belos motivos* a tratar, nesta época festiva do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Pátria [...]” (Leite 1940: 11; subls. meus)<sup>32</sup>.

É, de facto, difícil não detectar na produção biográfica actual muitos dos aspectos que marcaram esta trajectória<sup>33</sup>. Talvez seja altura, face ao crescendo de sucessos editoriais na área da historiografia (também das mulheres), de reflectir sobre a natureza de um fenómeno que, longe da aparência de uniformidade de que se reveste, se traduz numa heterogeneidade de produtos e de produtores até há pouco tempo difícil de aceitar pela comunidade académica. Não me refiro, obviamente, à pluralidade de abordagens, modelos teóricos ou objectos que caracterizam, hoje, o interior do próprio campo historiográfico. Falo, sobretudo, das estratégias de comunicação do trabalho do investigador para uma audiência extra-académica, da invasão do seu terreno por outros profissionais e do que isso implica em termos de simplificação de conteúdos, de utilização de recursos estilísticos e, em última análise, de reorientação de métodos de pesquisa e de divulgação de dados.

---

<sup>31</sup> V. *infra* nota 242.

<sup>32</sup> Sobre as raízes das representações estado-novistas da mulher, v. Trindade 2008: esp.286-91.

<sup>33</sup> Mesmo em contexto especificamente académico, essa presença é óbvia. No caso de Joana Troni e do seu trabalho sobre D. Catarina de Bragança, a filiação – aproblemática – estabelecida entre este e o primeiro momento de produção de biografias sobre os elementos femininos da família real portuguesa, nos anos ‘40, escapa, pela raiz, aos fundamentos essenciais da historiografia das mulheres (2008: 25-7).

O livro de Paula Lourenço, Cristina Pereira e Joana Troni constitui, a este respeito, um caso exemplar. Da responsabilidade de uma historiadora profissional, docente universitária e autora de trabalhos de reconhecido mérito que poderíamos situar numa área de intersecção entre a história sociopolítica e a das mulheres<sup>34</sup>, e de duas suas formandas<sup>35</sup>, *Amantes dos Reis de Portugal* é um desses momentos em que a uma reclamada ‘vantagem’ no domínio dos materiais do passado – própria dos historiadores<sup>36</sup> – se alia uma certa visão daquilo em que fundamentalmente consistirá a relação entre a história e a literatura, de facto resumida a uma função essencial: a de “deleitar”, nas palavras das próprias, ou de proporcionar “prazer”, tal como um livro de Flaubert ou uma sinfonia de Beethoven o podem fazer, para recorrer à imagem final do texto que a principal teorizadora portuguesa da “velha história”, Maria de Fátima Bonifácio, dedicou à narrativa nos tempos pós-modernos (Lourenço, Pereira e Troni 2008: 13; Bonifácio 1999b: 28). Não interessa aqui julgar da pertinência de uma comparação deste tipo com o caso específico de *Amantes...*, mas antes perceber aquilo que está implicado no propósito mesmo de *deleitar* e, por isso mesmo, de *seduzir* o leitor. Poderia ser, como veremos mais adiante, uma especial atenção dada à construção e exposição do enredo, nesse caso respaldando-se, por exemplo, na argumentação de alguns narrativistas como Hayden White (1973) em torno da dimensão romanesca do discurso historiográfico. Mas a estratégia é outra. A obra de Lourenço, Pereira e Troni lança sobretudo mão de um truque que os publicitários de hoje não inventaram mas tão bem conhecem, elegendo como seu objecto (pelo menos, suposto) uma categoria socialmente construída – a de *amante* –, tradicional e pejorativamente (como bem o deverão saber enquanto historiadoras de formação) associada às mulheres<sup>37</sup>. Ou melhor, porque é da essencialização de uma entidade que se trata, à *mulher*.

---

<sup>34</sup> No restrito panorama historiográfico português, os trabalhos de Paula Lourenço sobre a Casa da Rainha, a que se seguiram outros de menor monta sobre a figura da regente ou da consorte régia, foram de facto pioneiros na historiografia das mulheres, ajudando a recuperar a época moderna para uma área ainda hoje dominada pelo estudo do período contemporâneo (v. Lourenço 1999, 2003a, 2003b e 2004).

<sup>35</sup> Tanto Ana Cristina Pereira como Joana Troni elaboraram, sob orientação de Paula Lourenço, dissertações de mestrado sobre elementos femininos da Casa Real portuguesa no século XVII (Pereira 2008 e Troni 2008).

<sup>36</sup> Ao recurso à retórica da autoridade “científica”, ou “positivista”, do historiador – aqui, especialmente em casos de evidente manipulação da história – se referiram, por exemplo, Reinhart Koselleck (1972: 15) e Giovanni Levi (2001: esp.62).

<sup>37</sup> Mesmo que apenas pontualmente, as próprias autoras se mostram cientes da associação marcadamente pejorativa entre *mulher* e *adultério* (v., a propósito das rainhas D. Maria Pia e Carlota Joaquina, Lourenço, Pereira e Troni 2008: 225 e 272).

Já se disse que a existência de um público alargado para o trabalho produzido no âmbito dos estudos de mulheres é, praticamente, fundacional e, em larga medida, necessária para a sua própria dinâmica ou, em última análise, sobrevivência. Com alguma segurança, no entanto, creio podermos afirmar que esse público, mais ou menos idealizado, não será exactamente o mesmo da obra há poucos anos publicada pela Esfera dos Livros, conquanto seja lícito, e talvez aconselhável, perguntarmo-nos até que ponto, ou em que ponto, eventualmente se intersectarão. Sobre este ponto o próprio texto nos pode ajudar. Com efeito, e mesmo que em operação de cosmética destinada a proclamar o estatuto “científico” da obra ou a sua inscrição num território – o da história – dominado por critérios como os de *prova* e de *verdade*, consideraram as autoras necessário situar o seu trabalho entre aquilo que de mais renovador se está hoje a fazer na história das mulheres “por toda a Europa e pelos Estados Unidos” (Lourenço, Pereira e Troni 2008: 13). Falando do caso específico das “amantes régias”, campo de estudo a que reconhecem autonomia, dizem-no um

domínio científico até hoje subalternizado entre nós. Subalternização mais vasta e que se alarga ao estudo das “mulheres”, campo também ele em larga renovação historiográfica [...].

Por isso, falar destas mulheres implica que mesmo os sectores sociais **marginais** não deixem de pertencer, com muitas *nuances*, a um sector maior de **marginalidade**, a história das “mulheres”.

E não estamos sequer a falar da história do “género”, porque Homem e Mulher caminham, lado a lado, nesta aventura secular, em conflito declarado ou em harmonia aparente. (*Id., ibid.*; subls. meus em negrito; subl. das autoras em itálico)

É difícil entender os contornos exactos, em termos de definição teórica e metodológica, de um “domínio científico” designado por qualquer coisa como *história das amantes régias*, ainda que a estas (porque de mulheres expressamente dizem tratar-se<sup>38</sup>) se deva reconhecer um estatuto específico que faz do seu um caso peculiar numa esfera mais ampla, cultural, jurídica e socialmente definida, a que pertencem as designações, contextualmente variáveis, de “barregã”, “manceba”, “concubina” ou mesmo “prostituta”. É certo que persistiriam sempre dúvidas em relação ao lugar e à função sociais destas mulheres, já que o vocábulo escolhido para as descrever – *amantes* – não corresponde a nenhuma categoria mais ou menos estável mas antes a uma

---

<sup>38</sup> É significativo que, mesmo fazendo-se referência na obra a supostos casos de adultério protagonizados por rainhas – geralmente postos em dúvida pelas autoras –, o termo “amante” surja invariavelmente no feminino (v. para esses tais casos raros – os de D. Dulce, mulher de Sancho I, D. Leonor Teles, D. Carlota Joaquina, D. Maria Pia e D. Amélia – *id., ibid.*: respect., 27, 81-3, 225-6, 271-2, 278-9).

designação, inscrita no presente, de *senso comum*. Em termos mais simples, dir-se-ia não operativo<sup>39</sup>. Atente-se nas diversas personagens com quem os reis desta obra mantiveram relações extraconjugais. Não são apenas de origem social diversa, o que, de resto, não obstará a que lhes fosse atribuída uma identidade de outro tipo ou de outro nível que não hierárquico. Desempenham, de facto, funções e papéis diferentes – ou, então, teríamos de admitir, como as autoras, que a passagem pelo leito régio, breve ou demorada, com ou sem frutos, anterior ou contemporânea ao casamento, convencional ou inusitada, consensual ou “escandalosa” (sirvo-me, aqui, de um dos qualificativos mais usados na obra)<sup>40</sup>, e independentemente do contexto político e cultural em que se terão inserido, chegará para atribuir uma identidade social ou histórica e, assim, potencialidades analíticas a um conjunto tão evidentemente heterogéneo de actores e de situações.

Ora, sabemos – até por algumas das informações que as autoras nos vão fornecendo – que as relações sexuais mantidas pelos monarcas portugueses fora do âmbito matrimonial tiveram alcance e formas completamente diversos. Procurar fazer o elenco daquelas com quem os reis mantiveram alguma vez contacto carnal tem, nesta medida, tão pouco sentido como pensar que, sob a designação de *barregania* ou de *concubinato*<sup>41</sup>, tal como foram legislados durante as épocas medieval e moderna, caberiam todos os casos de prática sexual fora do casamento – incluindo aqueles protagonizados pelos amantes das rainhas de direito ou consortes, ou, ainda, os de natureza homossexual. Mesmo se nos limitarmos ao tipo dominante destas relações (entre o rei e a sua *amante*), teremos de nos perguntar como definimos, para além da circunscrição legal – de resto, em mutação, especialmente durante o período moderno (Mattoso 1999b: 20-4) –, o seu enquadramento social e mesmo político. Isto é, teremos de inquirir sobre a pertinência do seu estudo e avaliar o significado de cada um dos

---

<sup>39</sup> Um caso semelhante de uso anacrónico, o da noção de *amor* – de resto, com vários pontos de contacto com o que se faz de *amante* –, é sumariamente criticado por António Hespanha num dos textos teóricos que tem vindo a dedicar, desde há mais de vinte anos, à construção do discurso historiográfico, referindo-se à necessidade de distinguir os sistemas de classificação por detrás das diferentes acepções do termo ao longo do tempo e em contextos diversos (1998: 27); sobre a polissemia e a mutabilidade desta noção, especialmente nas épocas medieval e moderna, e sobretudo em contexto familiar ou de aliança matrimonial, v., ainda, M.L. Fernandes 1984. A propósito da análise das grelhas linguísticas e/ou categoriais como dimensão fundamental do conhecimento histórico, já se pronunciaram, entre outros, Koselleck (com o conceito de *Begriffsgeschichte* – p.ex. 1972 e 1986b) e Skinner (1988); em Portugal, e na esteira do primeiro, de novo Hespanha (2003a).

<sup>40</sup> V. Lourenço, Pereira e Troni 2008: p.ex. 9, 165, 185, 229, 233, 258, 272.

<sup>41</sup> Mattoso 1999b e Firpo 1986. Note-se que em *Amantes...* não existe qualquer menção a estudos sobre o enquadramento jurídico e social das relações extraconjugais ou, logicamente, dos seus referentes femininos.

casos descritos (ou simplesmente enumerados), observando-os em contexto ou, eventualmente, à luz das suas implicações nos fenómenos, processos ou momentos históricos que são objecto do historiador. Confundir, sob a mesma designação de identidade, a cantora-bailarina morávia, Gaby Deslys, que se passeava com D. Manuel II pela Europa já depois de caída a monarquia em Portugal, com uma personagem como Inês de Castro, cujo envolvimento com o sucessor no trono esteve na base quer de argumentação jurídica em torno do sistema sucessório do reino quer de um debate que, necessariamente, reequacionou os termos da legitimação ou reconhecimento matrimoniais no âmbito da Coroa<sup>42</sup>, constitui, seguramente, um erro de perspectiva.

Este equívoco nasce de duas circunstâncias relacionáveis. Em primeiro lugar, de um recurso que não é incomum entre os historiadores, muito menos quando em diálogo com um público sobretudo sensível a noções de *sensu comum* e muito pouco receptivo a clarificações conceptuais: o do *anacronismo*. E, em segundo, da adopção, descontextualizada, de problemáticas ditadas por historiografias de referência ou hegemónicas. Em *Amantes...* – como se tornou ainda mais claro com a posterior publicação da obra de Ana Cristina Pereira e Joana Troni (2009) sobre as relações “ilícitas” dos reis de França –, esse referente é sobretudo o francês e o contexto, mesmo que não exclusivo, o da corte de Louis XIV. Na introdução à obra sobre o caso português, esse tributo já era suficientemente explícito, mesmo que de novo algo incongruente:

Por sua vez, prostitutas, barregãs e favoritas viviam num sobressalto constante, sabendo, sobretudo estas últimas, que poderiam coabitar com a rainha no palácio régio, como é exemplo paradigmático o Palácio de Versalhes, *o que nunca sucedeu em Portugal* [...]. (Lourenço, Pereira e Troni 2008: 10; subls. meus)<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> A caracterização que as autoras de *Amantes...* fazem da relação entre D. Pedro e D. Inês é um exemplo claro de descontextualização de conceitos (como o de “casamento”). Ignorando-se quer as tomadas de posição de D. Pedro quer a longa discussão que, pelo menos até à entronização do Mestre de Avis, se desenrolou em torno da legitimidade desse relacionamento (para o que se poderia ter recorrido aos dois textos de Salvador Dias Arnaut que as próprias autoras citam na bibliografia), chega a afirmar-se, a propósito da sepultura conjunta de Alcobaça, que D. Inês “foi, na História portuguesa, a única *amante* a quem coube tal distinção” (Lourenço, Pereira e Troni 2008: 72; subl. meu). Sobre a polémica em torno da legitimidade da relação, v. Pimenta 2005: 185-93 e Coelho 2005: 81-6 (sendo que, neste caso, também seria pertinente uma comparação com o processo de legitimação matrimonial *post mortem* da relação entre D. Pedro I de Castela e María de Padilla – v., p.ex., Firpo 1986: 341). Para uma apreciação das diferentes tradições e concepções de matrimónio (religiosas e seculares) em coexistência – nem sempre pacífica – durante toda a Idade Média, as quais sustentaram parte da argumentação tecida em torno do pretendido matrimónio de D. Pedro com D. Inês, v. Hall 1994: 13-47.

<sup>43</sup> A esta referência foi acrescentada ainda uma outra, de resto anedótica, a propósito do reinado do *Magnânimo*: “D. João V, que imitou Luís XIV em quase tudo, segue-lhe as pisadas também na vida sexual” (Lourenço, Pereira e Troni 2008: 194).

Supostamente atemporal, ou intemporal, a noção ou a imagem da *amante* serve a estratégia de sedução do leitor, ou de um determinado tipo de leitor, por recurso a um código comum. Trata-se, se o pudermos assim dizer, de um piscar de olho, de que são especialmente exemplificativas as passagens mais intimistas e propositadamente demoradas do livro<sup>44</sup>. Mas cumpre, ainda, uma outra função: acentua deliberadamente o carácter de *marginalidade*<sup>45</sup> que as autoras atribuem ao seu objecto principal – mesmo que, na prática, a maior parte das páginas que compõem esta obra sejam preenchidas por referências de tipo biográfico, frequentemente longas, aos reis (e rainhas) e aos seus cônjuges<sup>46</sup>, fora os elementos ditos ‘contextuais’ que, neste caso como noutros, apenas servem de pano de fundo à narrativa<sup>47</sup> e de certificação ao próprio texto. Sob este ponto de vista, diga-se, a curiosidade do leitor, acicatada pelo anúncio em título, sairá decerto, e mesmo que apenas parcialmente, frustrada.

De facto, os temas que têm marcado a historiografia das mulheres, alguns desde a sua origem, estão lá. Já os vimos na apresentação que as autoras fazem do seu livro: “marginalidade”, “mulher(es)”, “género”. A pretensão de se estar a publicar um primeiro exercício sobre uma temática tão pouco trabalhada – a das “amantes régias” – alimenta-se deste tipo de discurso. E contudo, o hiato entre a obra de Lourenço, Pereira e Troni e grande parte das pesquisas que se têm desenvolvido na área vasta dos estudos femininos é evidente. Dizia Joan Scott, num texto que se tornou referência obrigatória na reflexão sobre a história das mulheres ou, mais rigorosamente, do *género*, que as tarefas fundamentais dos investigadores neste campo, num momento de formação e

---

<sup>44</sup> Servem como exemplos mais sugestivos os capítulos dedicados a D. Sebastião, onde se abordam temas como a gonorreia, a pedofilia e a homossexualidade – fazendo-se uso de um outro sucesso editorial, o da obra de Harold Johnson sobre o perfil homossexual do *Desejado* e do Infante D. Henrique (*Dois Estudos Polémicos*, Arizona, Fenestre Books, 2004) –, a D. Afonso VI, sobre a sua impotência sexual, e a D. Pedro IV e seus amores com Domitila de Castro (Lourenço, Pereira e Troni 2008: respect., 129-31, 166-9, 232-7).

<sup>45</sup> A noção de “marginalidade” – que marca a perspectiva *social* da história das mulheres – desempenha em *Amantes...* uma função essencialmente retórica. Os propósitos são evidentes, já que em Portugal como noutros contextos, e sobretudo a partir dos anos ’80, foi esta uma das noções que veio alterar o panorama dos estudos femininos, alargando o seu objecto para lá do universo das personagens notáveis (Vaquinhas 2002b: 204; e, noutros contextos, Thébaud 2003: 99 e Davis 2004: 118-20).

<sup>46</sup> É significativo que, embora de um modo clamorosamente contraditório, se chegue a explicitar em *Amantes...* que não apenas, nem principalmente, delas tratará o livro: “E se a leitura desta obra suscitar dúvidas, interrogações e conduzir a novas investigações de tão descurada matéria [*a das amantes régias*], as autoras esperam ter cumprido com a sua missão: levantar o véu fascinante de *amores ‘lícitos’ e ‘ilícitos’*... da Casa Real Portuguesa” (Lourenço, Pereira e Troni 2008: 14; subls. meus).

<sup>47</sup> Sobre o recurso a elementos contextuais como *mise en scène* em obras de tipo biográfico, v. Subrahmanyam 2005: 11.

afirmação disciplinares, seriam as de “examinar os nossos métodos de análise, clarificar os nossos pressupostos analíticos e explicar como nós pensamos que a mudança ocorre” (1986: 1067). Servia-se para esse efeito da noção de “*gender*” (como *relação* social, cultural e histórica complexa), reclamando que, através do seu uso operativo, se poderia lançar “novas perspectivas sobre velhas questões”, redefini-las “em termos novos”, “tornar as mulheres visíveis enquanto participantes activas”, e ainda “criar uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixa do passado e a nossa própria terminologia” (*ibid.*: 1075 e 1991: 68-70).

Em *Amantes dos Reis de Portugal*, apesar da declaração de princípios, não encontramos nada disso, ou talvez mesmo encontremos o seu inverso. O plano da obra segue, porventura intencionalmente, os moldes tradicionais de uma história *nacional* de filiação cronística, pensada em função dos seus monarcas, de resto apresentados como os protagonistas das relações “ilícitas” (e lícitas) que nos são descritas. Que a esmagadora maioria destes seja masculina, e, por isso, passe a redundância, a das suas amantes feminina, não é uma surpresa, dadas as circunstâncias desenhadas pela vigência de um regime sucessório que dava inequívoca precedência aos varões da família real. A tradicional identificação da *mulher* como a variável constante, dir-se-ia definidora, das relações mantidas fora do casamento – note-se que o era mesmo quando se legislava sobre barregania, concubinato ou prostituição –, também não lhe será estranha. Faz parte de um legado, no qual está implícita uma hierarquização de género, que foi sendo reconstruído, recomposto e reproduzido ao longo dos séculos e que ainda hoje, por exemplo, encontra eco na inegável curiosidade do público. Ao sujeitar a entrada em cena das mulheres que mantiveram relações sexuais com os monarcas à primazia destes – organizando-se os capítulos por rei/reinado, mesmo quando em alguns deles não há casos reportados ou sequer presumidos de relacionamentos “ilícitos”<sup>48</sup> –, as autoras deste livro não apenas retomam velhas grelhas, uma concepção evolutiva da história nacional de cunho tradicionalista<sup>49</sup>, mas ainda reproduzem um sistema de desigualdade e discriminação baseado na diferença entre os sexos cuja persistência deveria, pelo

---

<sup>48</sup> Casos de Sancho II, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. Manuel, Filipe II, D. Pedro V e, naturalmente, de acordo com a lógica do próprio livro, das duas únicas rainhas de pleno direito em Portugal, D. Maria I e D. Maria II (Lourenço, Pereira e Troni 2008: respect., 39-42, 63-8, 95-9, 99-104, 113-8, 145-8, 259-65, 207-13, 249-58).

<sup>49</sup> Neste tipo de construção baseada na sucessão dinástica e de reinados, *por linha masculina*, detecta Gianna Pomata a projecção de uma imagem da soberania – e da sociedade em geral – submetida a uma lógica agnática, a qual, naturalmente, tende a secundarizar o papel das mulheres (mesmo considerando, relativamente a períodos mais recuados, que o seu peso tem sido exagerado pelos historiadores) (1990: 360-1).

contrário – assumindo-se a inscrição desta obra na historiografia das mulheres –, constituir a questão central a analisar. Em muitos sentidos, o livro de Lourenço, Pereira e Troni, ao invés de pensar criticamente o lugar e o papel da mulher quer na história quer na historiografia, acentua de facto a sua *marginalidade*. Mas desta vez, seguramente não única, com a chancela do historiador – ou melhor, da(s) historiadora(s).

Aqui, a história das mulheres torna-se um *lugar*, um espaço relativamente incharacterístico e indiferente a regras ou definições. Um lugar aonde se vão buscar mulheres para participarem numa outra história que não a sua. Seguramente, a mesma história de sempre, aquela que as historiadoras feministas mais temiam no esvaziamento do seu programa militante. Uma história de homens. Deles reza a visão intimista do destino português em *Amantes...*, como já antes as biografias de rainhas e princesas, cujas virtudes se conformavam a uma lógica secular: a da piedade, do casamento e da maternidade – às quais, em casos raros, se podiam aliar “o coração e o estômago de um rei”<sup>50</sup>. Não lhe pertence inquirir sobre que mecanismos ditaram essa concepção e muito menos sobre a sua natureza. É diverso o programa do narrativismo tradicional, apoiado numa sociologia de efeitos e motivações<sup>51</sup>, que tem vindo a marcar a recente produção biográfica. Assim com as autoras de *Amantes...*, desviado que foi o foco da atenção do *campo de acção* das suas personagens – que tinha, mesmo que só em parte, caracterizado os seus estudos sobre a Casa da Rainha ou as estratégias matrimoniais da Coroa portuguesa – para a sua *acção*<sup>52</sup>. Centrada na biografia e longe de se questionar sobre processos que apenas lhe servem de pano de fundo, é sobretudo de uma história

---

<sup>50</sup> A expressão, como é conhecido, terá feito parte do discurso supostamente dirigido por Elizabeth I às suas tropas em Tilbury, em 1588, nas vésperas do embate com a *Invencível Armada*, tendo dado título a uma obra de Carole Levin, *The Heart and Stomach of a King: Elizabeth I and the Politics of Sex and Power* (1994), dedicada precisamente aos paradoxos criados pela entronização de um elemento feminino.

Sublinhando as atribuições supostamente específicas de cada género, a visão binária do funcionamento do sistema monárquico que ainda hoje persiste nalguma historiografia política reproduz, assim, a concepção do poder régio dominante nos períodos medieval e moderno (v. Liss 2005: 123-4 e Weil 2006: esp.88-93). É, de resto, esta circunstância que leva autores como Theresa Earenfight a insistirem na necessidade de apresentar “reis e rainhas não como pares de opostos mas elementos complementares num sistema hermenêutico [o da monarquia]” (2007: 14), assim se posicionando contra a definição de *poder* (patriarcal) como uma propriedade essencialmente masculina, a qual foi, desde os anos '70, defendida por um feminismo mais radical (Amâncio 2003: 698-9). A despeito deste debate, o anúncio da edição de uma nova série biográfica pelo Círculo de Leitores, desta vez dedicada às rainhas(-consorte) portuguesas, parece, pelo menos em termos da sua estrutura e concepção de conjunto, vir confirmar o predomínio dessa mesma concepção dicotómica.

<sup>51</sup> Para uma visão crítica do predomínio dos “efeitos” sobre as “origens” dos campos de acção (ou das estruturas de interacção dos indivíduos) na já referida sociologia boudoniana, v. Favre 1980: 1256-63.

<sup>52</sup> Nos trabalhos anteriores de Ana Cristina Pereira (2008) e Joana Troni (2008), resultado das respectivas investigações para elaboração de teses de mestrado, já era nítida a preferência pelo género biográfico.

política que se passa a tratar. *Necessariamente* política, diriam os seus cultores: “A história, quer se queira quer não, reza de uma minoria constituída pelos homens, pelos famosos, poderosos, ricos, letrados e cultos”, diz-nos Maria de Fátima Bonifácio na sua apologia da história política tradicional (1999a: 93; e 1999b: 19). Na rejeição liminar, pela historiadora do constitucionalismo monárquico, da história “de ‘Outros’” (*ibid.*: 52-3)<sup>53</sup> apenas se reconhece relevância histórica às mulheres a quem, por vicissitudes do sistema, veio a ser atribuído protagonismo político, isto é, um papel institucional comparável àquele dos seus correspondentes masculinos<sup>54</sup>. Também Lourenço, Pereira e Troni aprenderam a lição fundamental da “velha história”, fazendo das amantes apenas o artifício de acesso aos monarcas portugueses, aos seus reinados e, em última análise, à história (política) de Portugal, como a uma história “geral” ou “universal” – isto é, “masculina” – caberia<sup>55</sup>.

Apesar disso, como atrás se dizia, não é difícil entrever em muitos momentos deste livro vários dos tópicos, hoje comuns, da história das mulheres ou da história do género<sup>56</sup>, ainda que maioritariamente limitados àquilo que as fontes em segunda mão permitem adivinhar. Desses tópicos, de resto, se alimentam as pretensões das autoras a inscrever a sua obra nos estudos femininos – mas eles permanecem apenas latentes. Constituiriam caminhos possíveis a explorar: a construção social das noções de “público” e de “privado”<sup>57</sup>, tema caro aos estudos de mulheres; a coexistência de vias formais e informais de exercício do poder – donde, em grande parte, decorre a

---

<sup>53</sup> É curioso observar como, neste ponto, a “velha história” política – dita anti-científica – se aproxima do cientismo positivista de final do século, o qual quase por completo arredou as mulheres do registo historiográfico (Pomata 1990: 362-4). Para uma crítica à resistência da história política tradicional em integrar materiais ou questões sobre mulheres e “género”, v. Scott 1986: 1070-5.

<sup>54</sup> De que os panegíricos que vieram sendo traçados de algumas figuras femininas consideradas excepcionais – o que explica, nalguma historiografia dita das mulheres, a preferência pelo género biográfico – têm frequentemente albergado, por contraste, um desprezo dominante pela esmagadora maioria das mulheres a quem não se reconhece um papel histórico (isto é, visibilidade política ou intelectual) nos dá conta Klapisch-Zuber (1991: 4).

<sup>55</sup> Sobre a coincidência histórica, e ainda hoje prevalente, entre *homem*, ou *masculino*, e *universal* – que Gianna Pomata também detectou na crítica dirigida por Jane Austen, entre outros autores oitocentistas, às histórias “gerais” por oposição às “particulares” (Pomata 1990: esp.353) –, v. Braidotti 1994: 151.

<sup>56</sup> Gisela Bock referia-se, precisamente, aos estudos centrados nas dimensões “biológicas” das mulheres (onde, ao lado das mães, das parteiras, das amas, das prostitutas – elencadas pela autora –, poderiam porventura caber as *amantes*) como aqueles “que têm vindo a demonstrar que o corpo feminino (tal como o masculino) é moldado pela história”, isto é, socialmente construído (1989: 170).

<sup>57</sup> Da esfera do privado estas “amantes” dos reis de Portugal praticamente não saem; mesmo o retrato das mulheres legítimas do rei, ou daquelas que chegaram ao trono, acentua preferencialmente a sua vocação “familiar” ou “materna”. V., sobre o predomínio, até tarde, de uma concepção da esfera de acção feminina como privada – e, por isso, sujeita ao anedótico e à banalidade na sua caracterização –, Pomata 1990: 363.

relevância atribuída ao seu papel neste domínio –, aqui em contraste directo com aquela que tem sido, especialmente na reabilitada história tradicional, a leitura dominante da acção política<sup>58</sup>; as tensões entre o enquadramento jurídico e a prática da barregania, mancebia ou concubinato, mais especificamente no contexto da família real; a evolução desses mesmos conceitos (e dos seus respectivos referentes femininos) e a degradação progressiva do seu enquadramento social (Firpo 1986; Mattoso 1999b); a negociação da Igreja, mais ou menos conflituosa, com uma prática socialmente aceite, e o papel da doutrinação religiosa na definição do estatuto das relações extra matrimoniais (*id.*, *ibid.*); e, finalmente, apenas para pôr fim a um elenco necessariamente incompleto, a construção social e simbólica da sexualidade e, quando caso, a sua instrumentalização política, assim se evitando remeter para o anedótico de apelo voyeurístico os casos descritos de homossexualidade ou, no seu extremo e com outras implicações, de pedofilia<sup>59</sup>.

Questões como as acima levantadas, dependendo do método e da perspectiva adoptados, permitir-nos-iam pensar sobre aquilo que, de uma maneira ou de outra, deveria estar no horizonte de reflexão e investigação de qualquer historiador: a *mudança*, que Hobsbawm considerava ser o elemento diferenciador da história em relação às outras ciências sociais (1971: 102-5). O que não permite que as autoras de *Amantes...* o façam é a submissão a um termo, um produto do *sensu comum*, não só anacrónico como estático ou a-histórico; isto é, em última análise, a aceitação tácita da “aparência de uma permanência intemporal [*timeless*]” na oposição binária entre masculino e feminino, tão criticada pela história das mulheres (Scott 1986: 1064, 1068). Ao oporem as amantes (ilegítimas) às esposas (legítimas), contra o fundo do casamento e da “família”<sup>60</sup>, as autoras deste livro ecoam, de facto, velhos estereótipos masculinos e

---

<sup>58</sup> Precisamente ao poder “informal” (e “formal”) de uma rainha-consorte, no caso D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, dedicou Paula Lourenço um capítulo da sua biografia sobre D. Pedro II (2007: 148-63); Joana Troni também o ensaiou no estudo biográfico sobre D. Catarina de Bragança, apesar da exposição densamente descritiva, e nunca problematizadora, acabar por anular a pretensão anunciada em título de capítulo – “A casa da rainha-viúva: dos poderes informais ao exercício do poder formal” (2008: 17-8, 31, 189-231(pt.II, cap.II), 315). Para uma noção alargada da acção política, especificamente aplicada ao universo feminino, v. Beem 2006: 1-23, Earenfight 2007, e, perspectivando criticamente a noção de *poder*, Perrot *et alii* 1986: 287-90. Finalmente, para uma análise histórica do afastamento das mulheres da historiografia política, Pomata 1990: 345-9.

<sup>59</sup> V. *supra* nota 44. Para uma abordagem da sexualidade – homossexualidade, adultério e impotência – como arma política, v. o artigo, em duas partes, de Arturo Firpo (1984 e 1985) sobre as imagens construídas em torno do rei Enrique IV de Castela.

<sup>60</sup> À noção de “família”, dado o espaço em que se localiza preferencialmente a actuação social das mulheres, deve, em grande parte, a história feminina o seu ponto de partida (v., p.ex., Vaquinhas 2002b: 205). Mas aquilo que possibilitou essa relação, o facto de se assumir a “família” como um conceito e não

uma concepção predominantemente moralista, e judicativa, da história<sup>61</sup>. Não se trata apenas de uma história não-feminista, política ou mesmo civicamente descomprometida, o que, de qualquer modo, constituiria uma postura – conquanto não universalmente partilhada – legítima do ponto de vista da investigação histórica. De resto, não é neutra a sua mensagem, sequer do ponto de vista ideológico. Para as consortes oficiais dos monarcas portugueses, a caracterização varia entre a imagem exemplar, que é a daquelas que desempenham – presente a matriz espiritual<sup>62</sup> – os papéis de esposa e de mãe<sup>63</sup> (como a uma rainha pertenceria, de acordo com os preceitos da época e as nossas próprias, herdadas, expectativas de *senso comum*), e o mais estafado discurso sobre a ambição pessoal, servida pela sedução ou pela intriga, que

---

como “uma coisa material” (Casey 1989: 1-14, 166-9), está completamente ausente da obra de Lourenço, Pereira e Troni. Desta circunstância decorreu, por sua vez, a obliteração da especificidade da noção de “família real” e, logicamente, os sistemáticos anacronismos em que incorreram ao aplicar, acriticamente, a designação a qualquer dos contextos ou épocas contemplados no livro (2008: p.ex. 24-5, 115, 213, 235).

<sup>61</sup> Que o juízo moral está no centro da atenção de *Amantes...* torna-se explícito, se necessário fosse, em passagens de evocação directa: sobre os amores de D. Pedro IV e o sofrimento da sua esposa, D. Leopoldina, já a caminho do final do livro, as autoras conseguem (ainda) surpreender ao exclamar, sem pudores relativistas, que “Tudo ultrapassava os limites, mesmo da *moral brasileira*”; e, tratando da sucessão do “acabrunhado” e “angelical” D. Pedro V pelo seu irmão, D. Luís, optam por esclarecer a trama fundamental da sua versão da história portuguesa comentando que, depois dum interregno sem amantes régias, “os ventos que soprarão na corte e na política portuguesa serão bem diferentes, *sobretudo no que à moralidade respeita*” (*id.*, *ibid.*: respect., 233, 259, 265; subls. meus).

<sup>62</sup> No domínio da interiorização dos princípios de devoção e piedade cristãs, os casos apresentados como mais paradigmáticos na obra de Lourenço, Pereira e Troni são, sem surpresa, os da rainha (depois, santa) Isabel e de D. Leonor de Lencastre, a esposa única de D. João II, de quem se sublinham as virtudes “da interioridade e da espiritualidade” (*ibid.*: respect., 53-8, 106-10). À reprodução historiográfica da imagem de espiritualidade de D. Leonor, considerada linearmente como o contraponto negativo daquela do marido, já se referiu criticamente Luís Adão da Fonseca, precisamente na biografia dedicada a D. João II e em oposição às teses de Ivo Carneiro de Sousa, expostas em obra, de resto, citada pelas autoras – *A Rainha D. Leonor (1458-1525): Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa, FCG/FCT, 2002 (Fonseca 2005: 168-73). Curiosamente, embora aplicada a outro contexto, era uma leitura bastante diversa – fundamentalmente, *política* – da noção de piedade e das relações mantidas com o poder espiritual que Joana Troni anunciava na biografia dedicada à rainha D. Catarina de Bragança, apesar de, depois, a não consubstanciar no capítulo referente (2008: 31, remetendo para Sánchez 1998, e 293-307).

<sup>63</sup> À imagem espiritual de D. Leonor, acrescentam as autoras de *Amantes...*: “[...] ser mãe. Esta terá sido, *com toda a certeza*, a maior alegria da sua vida. Efémera, mas incomparável!” (Lourenço, Pereira e Troni 2008: 106; subls. meus); cf. Troni 2008: 19, onde se fala da “fertilidade e maternidade [como] *atributos ímpares da natureza feminina* [...]”, mesmo que não “condição exclusiva na definição de uma história no feminino” – subls. meus). V., por exemplo, para uma crítica da noção de “natureza feminina” como critério básico de distinção social, Klapisch-Zuber 1991: 6.

Noções como as de “boa mãe” e de “esposa exemplar”, no quadro de valores familiares visivelmente recortados do presente, encontram-se em várias outras passagens de *Amantes...*, como, por exemplo, na caracterização de D. Maria I, da imperatriz D. Leopoldina ou de D. Maria II (Lourenço, Pereira e Troni 2008: respect., 211-2, 233, 249 e 253-7); mas, ainda, e especificamente sobre a última, em Bonifácio 2005: 252, ou, a propósito da biografia por esta composta, em Sardica 2009: 279. Deste retrato da rainha constitucional, nos seus traços essenciais, faz eco o pequeno texto que Ana Oom lhe dedicou na já referida série infantil *Era Uma Vez um Rei...*, editada pela mesma altura pelo *Expresso*, constituindo seguramente uma contribuição importante para a sua preservação entre as novas gerações (2006b: esp.10-6).

algumas, mesmo que poucas, puseram à frente dos interesses dos maridos e do reino<sup>64</sup>. A mensagem é, aqui, expressamente pedagógica, veiculadora de imagens exemplares, pela positiva ou pela negativa, destinadas a perpetuar o conteúdo dos velhos manuais escolares ou da leitura edificante de teor quer moralista quer nacional(ista) que, ainda hoje, tem o público jovem como alvo preferencial<sup>65</sup>. Mas é entre as amantes que encontramos, ao lado dos retratos tipificados, a explicação do imobilismo nacional e, em última análise, da aniquilação do próprio sistema monárquico. Afinal, assim nos é dito, são elas quem sistematicamente desvia do bom governo do reino os seus mais altos representantes. Poucos terão resistido aos “esquadrões de belas damas”, na expressão caricatural encontrada pelas autoras para descrever as mulheres que compunham ou davam corpo à Casa da Rainha<sup>66</sup>. Eram estas que, pela sua presença próxima, sugere-se, mais punham à prova tanto a sua integridade moral – ou a sua sanidade mental, tantas vezes afectada por repetidas “loucuras”<sup>67</sup> – quanto a sua “fogosidade”<sup>68</sup>, que ficamos a saber característica da maioria dos monarcas portugueses.

Já antes vimos que vários autores, e em particular a vertente feminista da história e das ciências sociais – casos de Gisela Bock, Gianna Pomata ou da filósofa Rosi Braidotti –, se têm mostrado especialmente cientes dos riscos envolvidos na crescente moda dos estudos de mulheres e, mais especificamente, dos “de género”<sup>69</sup>. Para além de uma provável banalização temática, o receio é o de que a concentração no discurso masculino sobre as mulheres promova a diluição da dimensão e do projecto cívicos que estiveram na base da criação e definição do campo vasto dos estudos femininos. Vistos à escala do panorama historiográfico português, a que a observação microscópica – para

---

<sup>64</sup> A caracterização de D. Leonor Teles é, a este respeito, especialmente exemplificativa (Lourenço, Pereira e Troni 2008: 78-89, com um dos pontos sugestivamente intitulado “E eis que surge o conde Andeiro...” (p.81)). Sobre a tipificação, de coloração negativa, da imagem de D. Leonor Teles, tal como foi, ou tem sido, divulgada por manuais escolares, v. A.M. Oliveira 1997: 7-8. Mas notem-se, ainda, os casos, descritos em *Amantes...*, da Condessa D. Teresa, de D. Mafalda, mulher de Afonso Henriques, de D. Mariana Vitória, a esposa de D. José, de D. Carlota Joaquina – de quem as autoras traçam, mesmo que matizando-o, um retrato tendencialmente negativo – ou de D. Maria Pia, a *temperamental* princesa do Piemonte que se casou com o rei D. Luís (Lourenço, Pereira e Troni 2008: respect., 19-20; 21; 198 e 204-5; 216-7 e 221-6; 270-3).

<sup>65</sup> V. A.M. Oliveira 1997: 5-8, para o caso dos manuais escolares.

<sup>66</sup> Para a necessidade, em contraposição ao feminismo mais radical, de abordar histórica e criticamente a questão da “galanteria” feminina e dos jogos de sedução como elementos compensatórios na relação de dominação estabelecida entre os sexos – o que, em *Amantes...*, se esvai por completo na anedota e no estereótipo –, v. Perrot *et alii* 1986: 283-4 e, ainda, Chartier 1993: 1007-8.

<sup>67</sup> Lourenço, Pereira e Troni 2008: p.ex. 58, 229-30, 239, 272, 285.

<sup>68</sup> *Id.*, *ibid.*: p.ex. 46, 58, 97, 123, 151, 197, 199, 270, 275,

<sup>69</sup> V. Bock 1989: 170, Pomata 1993: 1021-4 (onde critica a importância dada pela história do género à análise do *discurso* em detrimento da recuperação dos *factos*, esta tarefa específica de uma história *social* das mulheres) e Braidotti 1994: 147-50; ainda, Amâncio 2003: 701-3, 707.

usar uma das imagens predilectas da micro-história – da obra de Lourenço, Pereira e Troni aqui nos dá acesso, é possível identificar diferentes factores que ampliam esses riscos e que, em última análise, afectam a própria autonomia deste domínio de investigação (refiro-me, será evidente, a autonomia científica, academicamente reconhecida e institucionalizada). Estratégias editoriais, não exclusivamente portuguesas, constituirão um desses factores, mesmo que especialmente em termos de catalisação. Mas elas aproveitam, reconheça-se, as possibilidades abertas por uma “*histoire au féminin*” (Thébaud 2003: 98, 102), empenhada na reconstrução cultural do espaço das mulheres, que, em alguns casos, se vulgarizou através do exercício mais imediato de preenchimento dos vazios de esquemas ou concepções preexistentes, num jogo de *complementaridade* com referente masculino que é, seguramente, o mais estruturante dos “efeitos perversos”, ou não-intencionais, deste campo de investigação (Perrot *et alii* 1986: 275-8). Vemo-lo bem nalguns trabalhos anteriores, estes especificamente académicos, das próprias autoras de *Amantes...*, onde a justaposição da cultura feminina àquela masculina no domínio da representação simbólica e da definição jurídica da realeza, se bem que servindo uma etapa necessária de recuperação dos lugares e dos papéis próprios das mulheres na ordem régia, faz subsumir o conflito e a tensão, ou mesmo as relações de dominação, sob aquilo a que já alguém chamou uma visão *irenista* (Perrot *et alii* 1986: 275-80)<sup>70</sup>. A esta, presume-se que não intencionalmente, se deverão em grande parte os novos estereótipos e as modernas formulações que, hoje, reproduzem a velha estrutura binária da sociedade. Só um esforço de clarificação teórica, ou um exercício auto-reflexivo – de que falava Bourdieu ao sublinhar a interiorização, pelas historiadoras das mulheres, da visão masculina do mundo (1993: 58-9) –, poderia inverter o sentido desta espécie de *pulsão de morte* freudiana ou o princípio de autodestruição que a história das mulheres parece conter. É, afinal, a tendencial ausência de debate teórico sobre métodos de análise e pressupostos operativos – nos antípodas do que fora, em tom programático, avançado por Joan Scott (1986) – aquilo que, em extremo, sustenta infundadas pretensões a inscrever na história das mulheres ou do género textos que negam, pela raiz, os seus pressupostos mais básicos. Para esta evidente fragilidade, comum aos estudos femininos em geral, tem vindo a ser chamada a atenção. Que, em Portugal, a situação de quase-deserto teórico

---

<sup>70</sup> V., p.ex., Lourenço 2003a e 2003b; Pereira 2008: 14, 165-85, 203; e ainda, sobretudo centrado-se nos poderes informais exercidos a partir da constituição da câmara e corte de D. Catarina de Bragança – aquilo a que chama “formas de poder paralelo ao exercido pelo homem” –, Troni 2008: 21-3, 27-30, 317(cit.).

possa, mesmo assim, e pela negativa, ter sido contrastada com a de outras historiografias é ainda mais significativo<sup>71</sup>. As consequências, no entanto, parecem não ter sido ainda retiradas.

A escassez de reflexão teórica – quer explícita (a única que poderia afectar o contacto com um público mais vasto) quer implícita – é sintomática desse empiricismo arreigado que, em última instância, descompromete o trabalho do historiador e o deixa numa terra de ninguém, vulnerável à presúria por aqueles que, conquanto exteriores ao campo disciplinar da história e às suas regras, crescentemente reclamam o domínio dos *factos* e das *provas*. Argumente-se que a história voltada para o “grande público”, que alguém já defendeu como a sua *vocação de sempre* (Ramos 2009: ii), dispensa tecnicismos e preciosismos conceptuais em favor da clareza de exposição – a “redacção acessível a todos” de que nos fala Manuela Mendonça, presidente da Academia Portuguesa da História e coordenadora da *História dos Reis de Portugal* que a QuidNovi começou por lançar com o jornal *Correio da Manhã* (2010: 8). Ou ainda que, para ser acessível, necessita de fazer concessões em terrenos como os da cronologia, onde se opta por classificações tradicionais de referência comum. Então, pergunte-se: onde residem o rigor, a novidade e a liberdade de interpretação? Ou estaremos perante a instalação de uma nova doxa (Bourdieu 1995: 112-3; Trindade 2008: 11-2), por oposição ao modelo dito “científico” de uma parte substancial da historiografia produzida no último século? A fuga do “gueto académico”, de que alguns historiadores falam<sup>72</sup>, leva-os, com efeito, para um lugar onde, para usar a expressão de Maria de Fátima Bonifácio, existem “zonas sombreadas”, sem compartimentos estanques ou certezas absolutas (1993: 623). Mas o “cientismo” de filiação positivista, a história “a preto e branco”, que se teima em evocar e criticar, afinal já há muito perdeu cultores. Para estabelecer a sua linha de separação das ciências sociais e do debate teórico que o contacto com estas levantou, a historiografia – como alguns pretendem – “regressa” hoje à literatura e, assim, aos escaparates das livrarias. Nessa busca de autonomia,

---

<sup>71</sup> V. Perrot *et alii* 1986: 273(cit.)-5 (onde também se emprega a ideia de “efeitos perversos” para designar as consequências da escassez de teorização e de definição de pressupostos) e Scott 1991: 68-75, sobre a necessidade do exercício teórico como via de legitimação e autonomização da história das mulheres. Da sua falta se deu conta Irene Vaquinhas na avaliação que fez da historiografia feminina em Portugal (2002b: 202).

<sup>72</sup> Nestes termos se referiu também o sociólogo Alessandro Pizzorno à fuga do “gueto académico” encetada por Paul Veyne, Michel Foucault e Hayden White. A expressão é utilizada por M.F. Bonifácio (1993: 630) ou, ainda, por J.M. Sardica, quando, algo surpreendentemente se pensarmos noutros campos das humanidades e das ciências sociais, defende – para sustentar a autonomia e especificidade da historiografia – que o “único objecto próprio definidor da identidade da disciplina [histórica]” é “o estudo do homem” (2007: 1094).

porém, encontrou sombra num lugar vizinho, ou contíguo, do qual talvez nunca tenha chegado a sair. Nele se dilui uma outra linha, aquela que já na historiografia antiga dividia a *realidade* da *ficção*.

### III. Do “retorno da narrativa”

*Stalin falou muito calmamente. [...] “Estes manuais [escolares] não servem para nada. [...] – é tudo épocas e nenhum facto, nenhum acontecimento, nenhuma pessoa, nenhuma informação concreta, nem um único nome, nem um único título, nem mesmo qualquer conteúdo. [...]” Stalin disse que precisávamos era de textos com factos, acontecimentos e nomes. A história deve ser história [e não sociologia].*

(S.A. Piontkovsky, diário da sessão do Politburo de 20 de Março de 1934)<sup>73</sup>

Em termos pragmáticos, mas nem por isso menos importantes, este casamento entre o género ficcional e o historiográfico apoia-se numa figura que, não sendo nova, tem vindo a conquistar entre os historiadores um protagonismo inusitado: o “grande público”. A ele, e às suas expectativas – que Bourdieu identificava com a “comemoração ou celebração do património nacional, dos seus feitos elevados (*res gestae*), dos seus lugares elevados (os ‘lugares de memória’) e dos seus grandes homens” (1995: 110)<sup>74</sup> –, se têm mostrado particularmente atentas algumas das editoras a operar no mercado português. São os casos, entre outros, d’A Esfera dos Livros – que percorre a historiografia desde o género biográfico até às histórias nacionais<sup>75</sup> – ou do Círculo de Leitores (em associação com a Temas e Debates), a cuja publicação da série de biografias sobre os reis portugueses se referiu António Hespanha, seguramente o principal teorizador de questões historiográficas fora do circuito da “velha história”,

<sup>73</sup> Este trecho provém originalmente de Aleksei Litvin, *Bez prava ma mysl’: istorik v epokhu Bol’shogo terrora – ocherk sudeb*. Kazan’, 1994, pp.55-7, cit. Brandenberger e Dubrovsky 1998: 875.

<sup>74</sup> Num sentido semelhante, mas sobretudo enfatizando o elemento de curiosidade em detrimento, implícito, de factores ideológicos, se referiu Nuno Gonçalo Monteiro na introdução à sua biografia do rei D. José à atracção ainda hoje exercida pela história sobre o público leitor (2006: 7).

<sup>75</sup> Repare-se nalguns dos títulos que, com *Amantes dos Reis de Portugal* e a *História de Portugal* dirigida por Rui Ramos, se inscrevem sob a sugestiva rubrica de “História Divulgativa”, uma das linhas de publicação d’A Esfera dos Livros: *Os Amores de Salazar* e *As Nove Magníficas* (uma visão da história nacional protagonizada por algumas das mulheres que, durante a monarquia, se distinguiram no campo político), da autoria das jornalistas Felícia Cabrita e Helena Sacadura Cabral, respectivamente; *Se as Jóias Falassem*, viagem pelos bastidores e pelas lendas da história portuguesa através das jóias femininas da Casa Real contada por E. Alves Marques, um curioso “do gosto e da vivência da Casa Real” (assim nos é dito pela editora); *Reis que Amaram como Rainhas*, do espanhol Fernando Bruquetas de Castro, em torno das relações homossexuais de “reis” desde a época pré-clássica até ao século XX; e *Nuno Álvares Pereira*, publicado por altura da sua canonização em 2009, do cientista político e académico Jaime Nogueira Pinto (<<http://www.esferadoslivros.pt>>, acesso em 15/10/2010).

como uma “janela de mercado” ou “de oportunidades”<sup>76</sup> (2009: 218). Não por acaso, aproveitou também de seguida a QuidNovi, em colaboração com a Academia Portuguesa da História, para editar a sua própria colecção de biografias dos reis de Portugal, de resto recorrendo inicialmente a um formato – o de pequenos fascículos distribuídos com um jornal diário de grande tiragem – especialmente adequado a um consumo em larga escala (Mendonça 2009-2010). Subtraído, por acção de mecanismos publicitários e dos meios de comunicação de massa, aos juízos de competência, ou seja, ao critério de “reputação” que até há poucos anos regulava o seu sucesso entre uma comunidade de pares, o historiador – para recorrer a uma imagem fornecida por Alessandro Pizzorno – descobre-se, ao invés, admirado “pelo empregado do bar, pelo merceeiro, pelo presidente da câmara ou pelo pároco (no século XVIII, falar-se-ia na admiração pelo camareiro)” (2006: 244)<sup>77</sup>. Esta nova situação de visibilidade, ganha através do redimensionamento literário da obra historiográfica e sobretudo por via da biografia histórica, não é necessariamente problemática para todos os autores<sup>78</sup>. Mas, redefinidos o estatuto e a amplitude do público interessado em temas históricos, não chega, como fazia Geoffrey Elton, um dos autores de referência da “velha história” política, dizer que “a forma de combater a má história popular é escrever boa história popular” (1969: 99). Se uma das características necessárias da boa historiografia é ser acessível “a todos os homens, e não apenas aos entendidos” (*ibid.*: 101, e 97-99)<sup>79</sup> – o que apenas a recepção de facto pelo público poderá confirmar –, em quem reside então a definição dos critérios de qualidade? E que qualidade – científica/académica (*de ofício*) ou literária (como forma de *arte*)? As autoras de *Amantes...* são lestras a responder: “cumpre ao leitor ajuizar e *deleitar* [...]” (Lourenço, Pereira e Troni 2008: 13; subl. meu).

---

<sup>76</sup> A propósito da crescente pressão dos meios de comunicação massificada sobre a produção historiográfica, com o estabelecimento de um repertório maioritariamente dominado pelos grandes indivíduos e pelos episódios célebres, v. De Luna 2004: 73-6.

<sup>77</sup> Sobre a diferença entre os critérios de “reputação” e de “visibilidade”, v. Pizzorno 2006: 221-47 e 2007c: 32.

<sup>78</sup> Um dos exemplos é o de Mary Del Priore no texto em que, de forma quase efusiva, se congratula pelo papel que a escrita biográfica tem desempenhado na conquista de visibilidade pelo historiador (2009: 11). Ao invés, e num sentido crítico, se tem insistentemente interrogado António Hespanha sobre aquilo a que, com o autor, se poderia chamar a nova “situação semiótica” do discurso historiográfico (1986: 70, 1998, 2002, 2003b, 2009).

<sup>79</sup> V., no mesmo sentido, Sardica 2005: 21, 24. À eficácia da simplificação (acrítica) contida na mensagem ou na imagem “facilmente legível” se referem Hespanha (1991: 22) e Olival (2006: 10). Note-se que a questão da acessibilidade do discurso historiográfico, ou da problemática histórica, tem vindo a ser crescentemente colocada no âmbito do debate – e da institucionalização – sobre o “uso público da história”, trazendo-se porém sempre em mente a identificação da diversa natureza dos seus receptores (v. Noiret 2009: esp. cap.1).

Aqui chegados, será talvez útil pensar no sucesso de vendas da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso<sup>80</sup>, ou, como já foi referido, da *História das Mulheres no Ocidente*, para constatar como produtos claramente historiográficos, e neste caso isentos de pretensões a obra literária – pesem embora a sua explícita orientação para um público mais vasto que o académico e o tipo de meios accionados para a sua publicitação –, podem alterar a situação socioprofissional do historiador sem contudo comprometerem, pelo menos directamente, o seu estatuto consensual de relator fidedigno da *verdade histórica* (aqui, relativo ao receptor do discurso). Mas esta constatação por si só não basta. Uma reflexão mais sistemática sobre o efeito da mudança na concepção do público *específico* dos historiadores (como académicos) está ainda por fazer. Não estamos, nem poderíamos estar, perante o (grande) “público exigente” que, de forma estratégica, o coordenador da mais recente *História de Portugal*, Rui Ramos, afirma ser o seu (2009: ii). Talvez a fórmula, aqui quase um oximoro, de “público culto geral”, de “gosto educado”, utilizada por M.F. Bonifácio (1993: 628-30)<sup>81</sup> quadrasse melhor com os intentos dessa nova história política nacional, recheada de grandes eventos e de grandes personagens e marcada por um domínio da história contemporânea que tanto se adequa aos interesses do seu responsável – contemporanista e politólogo de formação – como às solicitações, presumidas, dos seus potenciais leitores. O grande público de hoje, graças à tecnologia e à ideologia que nela se apoia, está condicionado, ou mesmo formatado, pela velocidade impressa pelos *media* à circulação de informação e pela extrema simplificação dos conteúdos que daí decorre. A sua noção de tempo é, sobretudo, a de um contínuo cristalizado no presente, na novidade ou na contemporaneidade, e disso faz eco, de resto, não apenas o peso desproporcionada e voluntariamente grande atribuído ao período contemporâneo (e, em particular, ao século XX) nesta última leitura de síntese da história portuguesa (Ramos 2009: iii)<sup>82</sup>, como também a anunciada inclusão, entre os quatro volumes que compõem a ainda mais recente publicação da *História da Vida Privada em Portugal* (2010-2011), de dois dedicados ao período contemporâneo, o

---

<sup>80</sup> Para dados sobre o número de exemplares vendidos, v. Mattoso 1999a: 62.

<sup>81</sup> Uma caracterização igualmente ambígua pode encontrar-se em Elton 1969: 99-100.

<sup>82</sup> Não pode deixar de surpreender, por contraste, o que um dos colaboradores na *História de Portugal* d’A Esfera dos Livros afirmou, pouco antes, na biografia dedicada ao rei D. José: o “desafio” assumido pelos autores de biografias régias “contribuí, por fim, para difundir junto de públicos mais amplos épocas, personagens e acontecimentos que geralmente andam arredados da memória histórica difundida pelos meios de comunicação social portugueses, em regra hegemonizada, apesar de algumas raras e difusas referências remotas, por figuras e factos da história muito recente” (Monteiro 2006: 7; subls. meus).

último dos quais significativamente intitulado *Os Nossos Dias*. Que a espessura temporal característica e vantagem da disciplina histórica se tende a diluir na função identitária da actualidade, assim perdendo em potencialidade crítica, será fácil de perceber<sup>83</sup>. Mas isso é tanto reflexo destes novos tempos, ou destes *nossos dias*, como uma forma especialmente propícia à instrumentalização do passado por associação próxima das experiências de actores, observadores e leitores. Sob o ponto de vista epistemológico, a ideia de que uma aproximação ao presente se traduz em relevância ou actualidade constitui, de facto, uma falácia (Koselleck 2001: 219-21), já que na ilusão de proximidade – identitária – se dilui irremediavelmente a espessura temporal da disciplina histórica enquanto *descrição*, *análise* ou *narração* (não é, neste caso, relevante o modo de abordagem) da *mudança* (quer política quer social).

Haverá, de facto, que considerar criticamente os níveis distintos do uso público da história para que as regras que presidem à lógica de funcionamento do mercado ou à instrumentalização política não se sobreponham por completo aos critérios de relevância “científica” ou “académica” que, pelo menos como princípio, servem para proteger a historiografia de agendas estranhas à própria disciplina<sup>84</sup>. Por um lado, importa definir a relação que esses níveis, o “científico” e o “literário” na formulação de Claudio Pavone (2001: 75)<sup>85</sup>, mantêm entre si; por outro, perceber até que ponto a acessibilidade do texto historiográfico depende da simplificação dos seus conteúdos, um mecanismo muitas vezes confundível com aquele de tipificação, ou mesmo de mitificação, da memória histórica. No caso português, no entanto, dadas as características que o discurso sobre o “regresso da narrativa” e “do indivíduo” assumiu – de reacção contra as abordagens conceptuais ou problematizadoras desenvolvidas no último século, e em prol de uma visão supostamente mais “humanizada” do passado –<sup>86</sup>, não é estranho que se tenha feito da receptividade do grande público não apenas uma confirmação da validade das suas intenções, como um argumento para justificar a opção por modelos

---

<sup>83</sup> De Luna 2004: 46-7; Hartog e Revel 2001: 1-8; Koselleck 2001: 221; Levi 2001: esp.65; Pavone 2001.

<sup>84</sup> Para uma problematização do “uso público da história” nas relações que mantém, por um lado, com a política e, por outro, com os meios de comunicação de massa, v. De Luna 2004: esp.69-79.

<sup>85</sup> Sobre a necessária distinção a fazer, em termos da definição das funções a desempenhar pelo historiador, entre os seus interesses profissionais e as expectativas do público, v. Bourdieu 1995: 110. Mesmo historiadores menos reflexivos e assumidamente empiricistas como G.R. Elton se mostraram atentos ao risco do domínio da produção historiográfica pelas “expectativas” do grande público (1969: 105-8).

<sup>86</sup> V., como exemplos mais sugestivos, Sardica 2005: 21-3, Matos e Costa 2007 (o texto de apresentação à série biográfica dos reis de Portugal editada pelo Círculo de Leitores e de sua coordenação), Lourenço 2007: 11 e Morujão 2009: 223-4.

expositivos de ‘fácil acesso’. As alusões feitas por alguns dos praticantes da “velha história” às novelas históricas – assim o fizera Hegel, referindo-se à população menos instruída (Lowenthal 1985: 225-6) – como veículo de transmissão de conhecimento sobre o passado não estarão longe da aceitação desses pressupostos (Sousa, Monteiro e Ramos 2009b: xiv)<sup>87</sup>. Como não está a sua crescente predilecção pelo género biográfico, onde partilham expectativas e ambições com outros utilizadores do passado.

Na verdade, a relação postulada entre os géneros historiográfico e ficcional tem vindo, progressivamente, a roçar a mais íntima promiscuidade<sup>88</sup>. Esta aproximação não é, obviamente, involuntária, ainda que com frequência ignore – assim se depreende do silêncio dominante que a envolve – os efeitos desse mesmo processo, sobretudo o de uma potencial diluição dos atributos específicos do ofício historiográfico. Por um lado, o historiador não é hoje, e já não o era antes, o único utilizador do passado, especialmente dos seus recursos simbólicos; por outro, a utilização que dele faz pode ser tanto historiográfica como pura e intencionalmente literária. É o caso, crescente, daqueles que se dedicam à escrita de romances históricos. O facto de João Paulo Oliveira e Costa se ter recentemente iniciado no universo da ficção histórica, com *O Império dos Pardais* (2008), muito pouco tempo depois de ter sido um dos coordenadores da série de biografias dos reis de Portugal (2005-2007) e o autor daquela dedicada ao rei D. Manuel (2005) – todas obras publicadas pelo Círculo de Leitores ou pela sua associada Temas e Debates –, não será um dado de pouca relevância. A aspiração por parte de muitos historiadores a criarem uma “ilusão de realidade” no seu público, o que é especialmente comum entre aqueles que se têm dedicado ao género

---

<sup>87</sup> V., ainda, e especificamente sobre o género biográfico, Del Priore 2009: 11, 14. Em Espanha, o fenómeno, sob o ponto de vista da sua utilização política no século XIX, foi abordado por Pedro Ruiz Torres (2001: 103). Resta por avaliar, face àquilo que se considera uma propriedade natural da narrativa – a de facilitar a comunicação e a apreensão de conhecimento –, qual têm sido os seus resultados na prática. É, por exemplo, significativo que Magda Pinheiro, no texto de comentário que dedica aos livros publicados na série dos reis de Portugal do Círculo de Leitores, acabe por concluir que “muitos dos que os compraram não os leram” (2009: 223).

<sup>88</sup> É curioso notar, sob o ponto de vista da diluição da fronteira entre o registo ficcional e o historiográfico, a facilidade com que alguns historiadores se servem de obras romanescas para construir o seu próprio discurso. Em *Amantes dos Reis de Portugal*, recorre-se a Camilo Castelo Branco e a José Rodrigues Miguéis (considerando-se *A Escola do Paraíso* (1960), da autoria deste último, a obra que “melhor reflecte [os] tempos que antecederam a República”), aos quais se junta ainda uma nota sobre um romance, “muito ficcionado” e relativamente obscuro, de Cristina Norton sobre as vidas das presumíveis amante e filha natural de D. João VI (Lourenço, Pereira e Troni 2008: respect., 188-9; 283, n.205; 219, n.97). Sobretudo interessado na reconstituição da vida íntima do rei D. Pedro IV, também Eugénio dos Santos remete para obras de ficção para acentuar o lado (potencialmente) romanesco da sua biografia (2006: 166 e 168, em referência, respectivamente, à antologia colectiva *Marquesa de Santos: Ficção em Doze Contos*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2003, e a João Pinheiro Neto, *Pedro e Domitila. Amor em Tempo de Paixão*. Rio de Janeiro, Mauad, 2002).

biográfico<sup>89</sup>, torna clara a fluidez dos limites que separam o romance da obra historiográfica. E no entanto, em Portugal, a salvaguarda deste estatuto, isto é, daquilo que necessariamente o distingue do registo de ficção, tem-se limitado sobretudo a uma declaração de princípio, como aquelas que abrem os capítulos introdutórios das biografias históricas<sup>90</sup>. É significativo o pouco eco que a teorização sobre o estatuto da *narrativa* no discurso historiográfico, mesmo a de elaboração nacional, tem tido entre os historiadores portugueses<sup>91</sup>, e isso é especialmente visível no tipo híbrido de produtos que vem inundando o mercado livreiro. Precisamente por serem resultado de um estreitamento de relações entre a história e a literatura feito, em parte, a reboque de interesses editoriais e, sobretudo, da ausência de uma reflexão alargada sobre os pressupostos em que aquele se baseou, obras como *Amantes dos Reis de Portugal* são, neste sentido, especialmente eloquentes. Representam uma espécie de *borderline genre*, indiferenciadamente nas mãos de historiadores ou de jornalistas e outros profissionais fora do circuito académico, em que uma linha de demarcação, a existir, é puramente ilusória. De que o elemento sacrificado é o da *prova* há até indícios palpáveis. O sistemático recurso de Lourenço, Pereira e Troni a materiais explicitamente não fiáveis e, de resto, não sujeitos a crítica, será apenas um dos mais evidentes<sup>92</sup>. A este ponto regressaremos mais adiante.

É verdade que a assunção de que a dignidade da história, perdida por entre os escombros da historiografia serial, quantitativa e analítica, poderá ser resgatada pela via literária já há muito domina entre os mais crentes nas potencialidades dramáticas dos acontecimentos políticos e militares, como Geoffrey Elton no seu famoso *The Practice*

---

<sup>89</sup> Ao efeito de *lifelikeness*, como “algo afinal tão simples e atraente quanto complexo e desafiante”, se refere Sardica na recensão que elaborou sobre o conjunto de biografias dos reis portugueses relativo ao período da monarquia constitucional (2009: 270). A ele dedicou R. Barthes uma parte da sua reflexão em torno da composição do discurso historiográfico, remetendo – como significativamente também o fazem os narrativistas portugueses – para Michelet e Flaubert (Barthes 1967: 174-7 e 1968); no semiólogo francês, diga-se, já se identificou um dos pontos de partida do anti-realismo construtivista de Hayden White (Serna e Pons 2000: 204-9, 218-9; De Luna 2004: 59-60). Uma crítica ao efeito de realidade quando aplicado ao discurso historiográfico pode ser encontrada em Pomata 1990: 368.

<sup>90</sup> V. *supra* nota 2.

<sup>91</sup> A primeira excepção óbvia a este quase-silêncio é a de M.F. Bonifácio (1993, 1999a, 1999b e 2007). Para além do conjunto de historiadores que se movem na mesma órbita – casos de Rui Ramos (1991) e de J.M. Sardica (2005, 2007, 2009) –, apenas A.M. Hespanha (1991, 1998) tem dado sinais mais substantivos (embora críticos) da recepção destas teses, largamente devedoras de Paul Ricoeur, Paul Veyne e Hayden White.

<sup>92</sup> V. *supra* notas 4 e 5.

*of History* (1969: esp.97-100)<sup>93</sup>. Essa equivalência entre temática política e sucesso, ou mesmo qualidade, literários não é necessariamente óbvia para o leitor, mas reservemos também esta questão para outro ponto do texto. Nos últimos anos, em Portugal como noutros países, e em grande parte como consequência do predomínio de metodologias individualistas, tem-se eleito a biografia da grande figura como o lugar – assim nos é frequentemente dito – “onde o historiador melhor pode exercitar o talento literário que transforma o seu ofício em arte” (Sardica 2009: 270). Há porém, no circuito mais restrito da história, quem relativize essa confiança na mestria da escrita, ou mesmo quem, como Le Goff, tema que a ela se submetam as competências próprias do historiador (1996: 14). António Hespanha disso fez eco no curto comentário que dedicou à edição das biografias dos reis de Portugal (2009: 219-20); e no mesmo âmbito, claramente a contracorrente, Fernanda Olival justificou o facto de não ter optado por uma forma de “escrita cativante” na redacção da obra sobre Filipe II por a considerar um dos meios mais propícios à reprodução dos mitos que à história pertence desconstruir (2006: 10).

Em Portugal, apesar da persistência de algumas vozes dissonantes, é de facto hoje recorrente, mesmo nos raros textos de reflexão teórica sobre a função da narrativa em história, a enunciação de um princípio que, diga-se em antecipação, pouco deve à pretendida interlocução com os actores do passado: o do *prazer*. Já o vimos, proclamado, como parte da estratégia de sedução empregue por Lourenço, Pereira e Troni. Não sem alguma perplexidade, incluía António Hespanha, no texto que há duas décadas dedicou aos perigos do relativismo na historiografia portuguesa, uma passagem da autoria de Rui Ramos em que este, em contraposição a uma concepção utilitária da história, afirmava haver (como ele próprio) “quem faça do contar a História uma profissão e *um certo prazer*” (subls. meus)<sup>94</sup> – uma espécie de radicalização, assim se depreendia, dos argumentos tecidos por José Mattoso (1988c) em torno da dimensão artística da escrita historiográfica (Hespanha 1991: 13-5, 18(cit.)).<sup>95</sup> Alguns anos

---

<sup>93</sup> V., sobre o recurso à noção de arte por oposição à de análise ou ciência, a não menos famosa caricatura das teses de Elton elaborada por Skinner (1997: 22).

<sup>94</sup> A citação foi retirada de Rui Ramos, “Os métodos quantitativos, a História e os historiadores”, *O Estudo da História*, S.II, 5-6 (1988), 38.

<sup>95</sup> Já antes, de resto, A.M. Hespanha havia constatado uma afinidade óbvia entre a abordagem historiográfica de Mattoso – como na *Identificação de um País* (1985) – e algumas teses pós-modernistas, o que deu mesmo origem a uma pequena nota de esclarecimento pelo medievalista (Hespanha 1986; Mattoso 1988c: esp.22, n.2). Quer nos dois textos teóricos que serviram de referência à crítica desenvolvida por Hespanha (“A escrita da História” e “História – arte ou ciência” – respect., Mattoso 1988b e 1988c) quer em reflexões posteriores, a argumentação de Mattoso, talvez pelas razões que o

depois, seria a vez de Maria de Fátima Bonifácio se incluir no mesmo grupo, sob a bandeira do hedonismo. Primeiro timidamente e em nota de rodapé, acrescenta ao seu texto de ruptura com a “nova história” um comentário de índole pessoal, e em tom de agradecimento a Vasco Pulido Valente – o narrativista português de referência –, sobre a sua simpatia pela noção de história não apenas como uma disciplina literária mas como uma forma de arte (1993: 627-30)<sup>96</sup>. Mais tarde, amadurecida a reflexão sobre as virtudes do narrativismo, compara a leitura de uma obra de história política, narrativa (a “história propriamente dita”), à de um romance de Flaubert (1999b: 28). A referência acabou por valer o título dado por um dos seus mais reconhecidos discípulos, José Miguel Sardica (2007), à elogiosa recensão que dedicou à última colecção de artigos da autora: “Flaubert ensina mais do que Marx”<sup>97</sup>.

Desta forma algo ínvia, tem encontrado o debate aberto por Paul Veyne, Roland Barthes, Paul Ricoeur ou Hayden White, sobre a dimensão necessariamente narrativa ou mesmo literária do discurso historiográfico<sup>98</sup>, a sua extensão prática na historiografia portuguesa, embora neste caso só possamos falar de um muito mitigado *linguistic turn*. Situadas em grande parte à margem da discussão em torno do “regresso da narrativa” nos termos em que Lawrence Stone o havia concebido no final dos anos ’70 – como o resultado do alargamento do campo de pesquisa do historiador (1979: esp.13-21) –, as teses relativistas, ou simplesmente narrativistas, têm, em geral, constituído uma das linhas de argumentação contra a simplificação teórica inerente aos grandes esquemas interpretativos. Mas esses argumentos, por fazerem da estratégia retórica, e da persuasão

---

próprio aduz – não inscrição em nenhum sistema de pensamento definido, aversão a “noções abstractas”, desconfiança de questões filosóficas –, é hesitante e pouco consistente em vários pontos. Em parte na esteira de Ricoeur, e concentrando-se pragmaticamente naquilo que considera ser um imperativo de clareza na exposição, ensaia uma conciliação entre a expressão artística e o rigor científico na história, afinal os pólos que têm orientado epistemologicamente quer a busca de autonomia quer o posicionamento dos historiadores face aos outros campos do saber (v., sobre este ponto, Serna e Pons 2000: 189-92). Mas a sua definição da história como expressão “poética”, “contemplativa”, ou mesmo um “acto de amor”, fecha a argumentação num círculo vicioso, já que condicionada de raiz por essas mesmas categorias (v. Mattoso 1988b, 1988c e 2002).

<sup>96</sup> Foi, em grande medida, inspirado na metodologia radicalmente individualista e narrativista de Vasco Pulido Valente – e no âmbito do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – que o grupo de historiadores hoje apologistas da “velha história”, todos eles historiadores da época contemporânea, se formou; nele avultam, para além de Maria de Fátima Bonifácio, e para o que interessa a este texto, Rui Ramos, José Miguel Sardica e, menos centralmente, Maria Filomena Mónica.

<sup>97</sup> A recensão de Sardica diz respeito, especificamente, aos *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, de M.F. Bonifácio, editados no mesmo ano.

<sup>98</sup> Barthes 1967, 1968 e 1972; Ricoeur 1983: 171-404, e 1985: esp.189-348; e Veyne 1971: esp. 36-8, 67-79. Sobre a filiação das teses de White naquilo que o próprio denominou “historicismo estético” – representado por Michelet, Burckhardt, Carlyle ou Nietzsche –, a sua posterior interlocução com autores como Benedetto Croce, Michel Foucault e Roland Barthes, e, por último, a definição da sua postura anti-realista, já não croceana, v. Serna e Pons 2000: 196ss.

(através do *efeito de realidade*), o cerne da forma e do conteúdo do discurso historiográfico, têm duas consequências: uma, a de deslocar para o exterior da disciplina, isto é, das regras e critérios que presidiram à sua formalização autónoma, a (re)definição dos seus pressupostos teóricos e metodológicos. Como a literatura, a obra histórica é concebida, na essência e em substância, como uma estrutura verbal. Outra, na sequência da anterior, a de secundarizar ou, no limite, de obliterar um desses critérios a que, embora com alguma precaução e pensando sobretudo na configuração moderna da disciplina, poderíamos chamar fundacionais: o de *verdade* ou, para evitar tentações essencializadoras, de *prova*<sup>99</sup>. Foi ele que guiou algumas das polémicas mais acesas da historiografia contemporânea, como nas versões que opuseram Arnaldo Momigliano, Carlo Ginzburg ou mesmo Gertrude Himmelfarb, esta do lado da “velha história”, a Hayden White<sup>100</sup>. Neste ponto, mesmo que a contragosto de alguma historiografia política declaradamente narrativista, a discussão deixa de ser apenas metodológica, ou mesmo teórica, para passar ao domínio da epistemologia, dado que necessariamente envolve uma reflexão sobre os limites da objectividade do conhecimento, a qual largamente ultrapassa o domínio básico dos procedimentos e instrumentos de verificação próprios do historiador.

De facto, para as implicações contidas na argumentação inspirada pelo relativismo de White e outros – na qual, em parte, se funda o “narrativismo radical” de alguma história política de que falava A.M. Hespanha (1991: 17)<sup>101</sup> – têm

---

<sup>99</sup> Mesmo autores como Carlo Ginzburg, em cuja obra a reflexão sobre a dimensão narrativa do discurso historiográfico é fundamental, se têm insistentemente referido à necessidade de recolocar a noção de *prova* no centro do debate sobre a ficcionalidade de toda a obra historiográfica, marginalizada nas teses narrativistas e sobretudo – segundo o mesmo Ginzburg – em White. A discussão das noções de *prova* e de *indício*, e da tensa relação que mantêm entre si, é, de resto, recorrente na obra do historiador italiano. A essa se referia ainda em 2007, num discurso desencantado sobre o papel que o caso Sofri desempenhara na sua própria reflexão teórica (a esse caso específico dedicou um livro – *Il giudice e lo storico* (1991) – e, na sua sequência, um conjunto de textos sobre a mesma problemática, sob o título expressivo de *Rapporti di forza* (1999)); v. Ginzburg 1979a, 1991a: esp. 87-92, Serna e Pons 2000: 177-230 *pass.*, De Luna 2004: 59-63 e Lima 2006: 342-61. Por razões semelhantes, afirmava Koselleck que a dissolução ou superação narrativas não constituiriam uma via plausível para resolver a questão metodológica – e, por isso, *científica* – gerada pela crítica a alguma historiografia dita “sociologista”, simplificador ou mesmo determinista (2001: 218).

<sup>100</sup> Sobre as críticas movidas por Momigliano a White e a polémica que opôs Ginzburg a este último, de resto quase sem participação do historiador norte-americano, v. Serna e Pons 2000: 181-230, Lima 2006: 360-1 e, obviamente, Ginzburg 1979a: 194-6 e 1999: 13-49. Para a resposta de White, em tom de paródia, ao texto de Himmelfarb (1992) sobre a historiografia ‘pós-modernista’ (de E.H. Carr a si próprio), v. Roos 1994.

<sup>101</sup> Esse narrativismo radical é, de facto, evidente entre alguns dos cultores da “velha história”; v. o que, a propósito do método narrativo e dando como exemplo o estudo de “acontecimentos” revolucionários, deixa escrito M.F. Bonifácio: “Mas *apenas existe uma maneira* de os compreender na singularidade de cada um deles, narrá-los. E *apenas existe uma maneira* de continuar a responder às

insistentemente vindo a chamar a atenção autores de formação muito diversa, do empiricismo assumido de Gertrude Himmelfarb à *Begriffsgeschichte* de Reinhart Koselleck ou à já referida micro-história “cultural” de Carlo Ginzburg<sup>102</sup>. Nestes, porém, não se contam já tanto os defensores dos edifícios macro-teóricos – cujos fantasmas parecem, no entanto, continuar a assombrar o novo culto da “velha história” – como aqueles que, no interior da história social, mais se têm empenhado na sua revisão, ou seja, *na revisão e não na rejeição liminar* das categorias historiográficas forjadas pelo debate com as ciências sociais durante o último século<sup>103</sup>. É, sob este ponto de vista, muito significativo o lugar que a reflexão sobre estratégias expositivas (sobretudo narrativas) tem ocupado no trabalho realizado por historiadores sociais e, especialmente, micro-historiadores, de resto preocupados com a possibilidade de confusão com um registo em que facilmente se elide o critério de prova ou se o reduz a uma mera extrapolação retórica (tal como ela é geralmente concebida, isto é, como artifício literário puro<sup>104</sup>). Já em 1981, num debate sobre história social promovido pela editora turinesa Rosenberg & Sellier, escrevia Giovanni Levi a propósito dos efeitos da análise micro na comunicação de resultados:

Daqui deriva uma consequência importante relativamente ao modo de comunicar a investigação. A atenção que a pequena escala<sup>105</sup> escolhida pela micro-história dá ao contexto [...] parece-me tornar mais compreensíveis as regras do jogo seguidas pelo historiador: de alguma forma, os acontecimentos desenrolam-se como que num laboratório, onde os elementos individuais se recombinaem, adquirindo uma relevância cuja hierarquia não é definida aprioristicamente, no exterior. Não se

---

perguntas que subsistem, narrar sempre mais” (1999a: 51; subl. meus). Referências ao narrativismo mais radical inspirado nas teses relativistas de White mas, também, em Veyne ou Ricoeur, podem ser encontradas, por exemplo, em Bonifácio 1999a: p.ex. 62, 119-28 (onde, em termos da concepção geral do texto, a dívida para com a obra de Ricoeur é substancial), e 1999b: 20-4, ou em Sardica 2005: 21, n.2. Às teses de Ricoeur se tem também ultimamente mostrado sensível José Mattoso (p.ex. 2002: 52-4 e 2006: 9-12).

<sup>102</sup> Bédarida 1995: 139-44; Hespanha 1991: 18-21; Himmelfarb 1992; Koselleck 2001: 218-9; Rao, Shulman e Subrahmanyam 2003: 18.

<sup>103</sup> Sobre o problema da categorização na análise social se debruça com especial atenção Simona Cerutti (1995 e 2004: esp.20).

<sup>104</sup> Para uma revisão contextualizada da noção de *retórica* – em que se possa inscrever aquela de *prova* – v. Ginzburg 1999: 13-49.

<sup>105</sup> Quer a noção de “pequena” ou “micro escala” quer a de “redução de escala” têm sido repetidamente confundidas, mesmo entre micro-historiadores, com os termos correctos de “grande” ou “macro escala” e de “ampliação de escala”, de facto a operação básica da micro-história para observação microscópica dos seus objectos. Este equívoco, provavelmente devido à ambiguidade da noção de “escala” e à utilização frequente daquela de “micro” aplicada ao tipo de análise levada a cabo, terá sido discretamente corrigido por Grendi, quando, na abertura ao seu texto de balanço da micro-história italiana, decidiu sublinhar o facto de “micro” (análise, depreende-se) e “grandíssima escala” serem sinónimos (1994: 227). Devo a primeira referência a esta imprecisão, ainda antes da leitura do texto de Grendi, a um historiador e arquitecto, Rogério Vieira de Almeida.

trata, obviamente, de uma comunicação *imediate, intuitiva*, não verificada: é, antes, o oposto, e não deve haver equívocos entre um procedimento deste género e certas *simplificações* de exposição e narração de que, recentemente, muito se tem falado. (Levi 1981: 79-80; subls. meus)

Não terá sido por acaso que, já mais de uma vez, se aplicou, talvez de forma algo redutora, o epíteto de “regresso da narrativa” ao conjunto de textos que, entre o final da década de ’70 e a seguinte, serviu de apresentação às propostas – porém nunca sistematizadas – da micro-história (Peltonen 2001: 347, 359)<sup>106</sup>. Mas o hiato que a separa do narrativismo mais radical é evidente. Interessam-lhe os problemas e os conceitos interpretativos mais do que as respostas com receita fechada (Levi 1981: 81). De facto, a questão da narrativa tem constituído apenas uma de entre aquelas que se tornaram características dos trabalhos de micro-historiadores – ampliação de escala, reavaliação do papel do indivíduo (em articulação com o todo social), redefinição de contextos específicos, carácter indiciário da pesquisa historiográfica, discussão sobre os princípios de racionalidade e, finalmente, para o que agora mais directamente nos interessa, *rejeição do relativismo* (*id.* 1991: 130).

Como já foi dito, a esta polémica em torno do relativismo historiográfico, ou do cepticismo epistemológico como também é chamado, tem-se mantido a historiografia portuguesa, com raras excepções, relativamente indiferente. E no entanto, são evidentes os problemas que a adopção de uma posição subjectivista ao gosto pós-moderno, mesmo que algo matizada no caso de White<sup>107</sup>, pode levantar às renascidas teses de inspiração rankeana sobre a dimensão fundamentalmente empírica do labor historiográfico. As contradições daí nascidas, e que com elevado grau de probabilidade não teriam passado incólumes pelo crivo rigoroso dos mais ortodoxos praticantes da “velha história” (como não passaram pelo de Gertrude Himmelfarb (1992))<sup>108</sup>, têm vindo mesmo a permear discursos como o de Maria de Fátima Bonifácio ou, mais

---

<sup>106</sup> Sobre o estatuto da narrativa na micro-história, v. Ginzburg: 1979a, 1979b, 1991a: 83ss, 1999: esp.13-49 e 2007; Levi 1989: 1326 e 1991: 125-6; Revel 1996b: 35; e Lima 2006: 360-3.

<sup>107</sup> A avaliação é de Koselleck 1986a: 44 e 2001: 218-9. Criticando White pela secundarização da noção de prova, o teórico alemão não deixa, no entanto, de o considerar menos radical do que os estruturalistas franceses, aproveitando das suas teses a ideia da aplicação de uma metateoria linguística à “história conceptual”.

<sup>108</sup> No mesmo sentido apontava o texto de Ramos sobre a história política tradicional, onde – provavelmente, por inspiração da historiadora norte-americana – nem Veyne, nem Barthes e nem sequer De Certeau, hoje referências regulares na historiografia narrativista, ficaram a salvo (1991: 37-8); dessa abordagem, no entanto, não foram retiradas – nem sequer pelo seu autor – todas as consequências, especialmente quando, nos anos seguintes, a questão da narrativa se veio a tornar central no debate português em torno da “velha história”.

recentemente, de José Miguel Sardica. Nestes casos, a subscrição (não assumida) de parte importante das teses *anti-realistas* do *linguistic turn* – que fazem conviver com uma definição do trabalho do historiador como um *ofício* apoiado em métodos rigorosos de averiguação da *realidade*<sup>109</sup> – parece sobretudo servir para alimentar uma oposição *tout court* entre narração e análise, transmutada numa outra entre registo literário e registo “científico”, que muito deve aos termos em que Stone, há três décadas atrás, colocava a perda da hegemonia dos modelos macro-interpretativos (1979: 8ss)<sup>110</sup>. Esta dicotomia, diga-se, atravessa toda a historiografia narrativista tradicional. Ora, é precisamente nesta contraposição de abordagens, depressa empenhada na desqualificação da história como “ciência” – um debate cuja esterilidade parece assentar na definição contraditória e imprecisa dos seus termos –<sup>111</sup>, que, potencialmente, se dilui a axialidade da *prova*. Os riscos são evidentes e a predação dos *factos* por outros utilizadores do passado, que não aqueles regidos por critérios rigorosos de verificação, inevitável.

Sobre esta dicotomia se tem erguido um discurso em torno de uma pretendida “mudança de paradigma”, outrora “científico”, no interior da própria história. Saber se esta mudança é real ou antes o “*wishful thinking* mascarado de constatação científica” de que falava Pierre Bourdieu (1995: 117), o reflexo de uma “crise” que, segundo Roger Chartier, está ainda por demonstrar (1989: 1507)<sup>112</sup>, é uma questão que permanece em aberto. Haverá, no entanto, e de novo, consequências a retirar. Se a autores como Maria de Fátima Bonifácio ou Rui Ramos, na esteira de Himmelfarb, parece lícito falar da esterilidade da “nova história” (marxista, estruturalista-funcionalista, quantitativista) ou,

---

<sup>109</sup> V. o caso de Bonifácio (1999a: p.ex. 41, 56-7), onde, em nome da realidade dos factos, se insurge contra o relativismo historiográfico. A defesa do empiricismo como elemento definidor da prática historiográfica tornou-se, em alguns autores, sinonímica de história política tradicional, como no caso de Elton (1969: p.ex. 121-3, 159-60); v., ainda, a seu propósito, Roberts 1998: 132, e, no sentido oposto, uma longa crítica em Skinner 1997: 8-22. Não por acaso, foram os continuadores de G.R. Elton designados por Stone como “*young antiquarian empiricists*” (1979: 20-1).

<sup>110</sup> V., em referência directa ao texto de Lawrence Stone, Hobsbawm (1980), no artigo de resposta ao seu colega de redacção na *Past & Present*, e Rowland (1991: esp.693-4, 698-701), aqui partindo especificamente da questão do tratamento das fontes para a observação das implicações metodológicas – a haver – da premissa de Stone.

<sup>111</sup> Partindo duma crítica de base aos edifícios macro-teóricos, esta visão binária enferma, em grande medida, quer de uma nítida confusão entre “ciência” e “cientismo” (o qual, em nome da pretensa univocidade da noção de ciência, se constitui como uma ideologia que ultrapassa a própria historicidade dos saberes – v. Catroga 2003: 117-38), quer de uma definição estreita de *ciência* e/ou de *ciência natural*, sobretudo traduzida num predomínio do modelo nomológico-dedutivo já amplamente revisto (sobre este assunto v., p.ex., Mills 1959: p.ex.149-50 e Bourdieu 1995: 114; Hobsbawm 1969: 196 e 1997: 84, Levi 1989: 1328-9 e Veyne 1976: esp.25-30, 57-61; Catroga 2003: 132-8 e Hespanha 1986: 73-4. Skinner fornece uma síntese útil das tradições anti-naturalistas de oposição às ciências sociais (1972: 128-31).

<sup>112</sup> V., ainda, em registo semelhante, Hobsbawm 1980, em contraposição às teses de Lawrence Stone sobre o “regresso da narrativa”.

nas suas próprias palavras, de “deserto teórico” e de “insonsos rebanhos de ‘estruturas’ e ‘conjunturas’ e outras vacuidades” (Ramos 1994: 10), caberá hoje interrogar-nos sobre os resultados de uma abordagem que, alardeando o “fim das ideologias” (leia-se, do marxismo no sentido vulgarizado e politizado do termo)<sup>113</sup>, isto é, das grandes teorias interpretativas da história, eleva a postulado fundamental a desconfiança ou, em extremo, a rejeição de qualquer exercício de conceptualização ou de sistematização. Apesar do tom assertivo, porém, as dificuldades em lidar com esta questão são nítidas. José Mattoso, por exemplo, recorre com frequência a expressões como “aversão” ou “horror” pelas questões teóricas, para depois as matizar, algo contraditoriamente, com referências à necessidade “de se utilizar modelos e conceitos, sobretudo os já aperfeiçoados pelas outras ciências humanas”<sup>114</sup>. A contradição residirá, em parte, na associação linear que o autor faz entre “teoria”, “filosofia” e, em extremo, “utopia” (p.ex. 1986: 12 e 2002: 60). Mas é sobretudo entre os cultores da “velha história”, por ecoarem a hostilidade de Ranke contra a teorização ou a sistematização, que se encontram os mais acérrimos defensores do que neste texto designamos por *niilismo teórico*, ou daquilo que com Bourdieu poderíamos chamar “uma espécie de positivismo do ressentimento” (1995: 112)<sup>115</sup>. Elton afirmava ser dever do historiador salvar a

---

<sup>113</sup> Na expressão “fim das ideologias” normalmente se condensa o conteúdo, de facto fortemente ideológico, da reacção tradicionalista da “velha história”, de resto ecoando a original oposição rankeana aos desenvolvimentos historiográficos dos séculos XVIII e XIX (sobre o conteúdo ideológico da “ortodoxia” inspirada em Ranke, v. Hobsbawm 1997: 81-2). Aos equívocos gerados em torno das teses de Marx por ambas as partes envolvidas na polémica, pressupondo-se com frequência uma relação linear e simplificada entre infra- e superestrutura, já se referiram, entre outros, Braudel (1958a: 80-1), Hobsbawm (1969: 190ss, 1980 – em resposta ao vaticínio por Stone (1979: 9) do declínio intelectual do marxismo – e 1997: 86-7), Hespanha (1986: 72-3) e, recentemente e num contexto de análise do nacionalismo português, Trindade (2008: 16-9). Por se confundir o domínio de uma ortodoxia economicista (Grendi 1977: 506-9, 518) com o marxismo, se veio a confundir também com este a escola dos *Annales* e o seu interesse pelos processos económicos; a desmontagem desse pressuposto pode ser vista em Hobsbawm 1978: 238-40. Foi baseado neste tipo de equívocos que José Miguel Sardica pôde falar nos “actuais tempos pós-marxistas” como sinónimo da crítica que, desde há décadas, tem vindo a ser feita aos sistemas macro-teóricos (2009: 270).

<sup>114</sup> Mattoso, respect. 1985: 165, 1986: 11-2, 2002: 46; e, ainda, 1988b: 18(cit.), 1988a: 43-4, 1988c: 26-7, 1999a: 68.

<sup>115</sup> Geoffrey Roberts chamar-lhe-ia – como o fez, em tom elegíaco, a propósito da obra de G.R. Elton – “*empirical or thesis-free method*” (1998: 132-4); António Hespanha, pejorativamente, “positivismo” ou “neo-positivismo” (1991: 11 e 1998: 23). A essa antipatia pelo conceito se têm referido criticamente vários autores, dentro e fora da historiografia, receosos dos resultados da reacção positivista-empiricista, da relação simplificada entre prova e realidade implicada na negação do exercício reflexivo do historiador, ou, ainda, do anti-sistematismo pós-moderno. São os casos de Ginzburg (1991a: 83-4 e 1999: 13-4), Hespanha (1986: esp. 72-5 e 1991: 11), Hobsbawm (1969: 186-8 e 1997: 77-81, a propósito da tradição rankeana), Koselleck (1972 e 1973: esp. 111-2 – o próprio conceito de *Begriffsgeschichte* pressupõe que a teoria lhe seja intersticial), Scott (1986: 1057), Skinner (1997: 25-6) e Veyne (1976); e, do lado da sociologia, Mills (1959: 145), Bourdieu (1995: 110-2) e Pizzorno (2007a: 98). Para uma análise da posição crítica da micro-história face ao divórcio entre a reflexão teórica e a prática concreta de investigação, dita na origem das posições radicalmente relativistas de Croce a Foucault ou White, v. Serna e Pons 2000: 188-93.

sociedade dos cientistas sociais (e dos filósofos), Bonifácio definia as teorias usadas na história narrativa como “generalizações do senso comum”, de aplicação circunstancial e preferivelmente substituídas pelo “ponto de vista” (político) dos próprios actores (Elton 1969: p.ex. 35-9, 46-8; Bonifácio 1999a: p.ex. 10, 95-8)<sup>116</sup>. Tem de facto pertencido a esta espécie de nihilismo teórico, o qual, algo ironicamente, constitui a versão propriamente *teórica* do empiricismo ainda hoje dominante entre os historiadores, fazer da história o lugar por excelência do *senso comum*<sup>117</sup>, assim aplainando um terreno onde tudo cabe – desde a leitura intimista da história de Portugal com que *Amantes...*, com sacrifício do rigor crítico, responde ao apetite voyeurístico do seu público, à ausência da *prova* ou dos elementos de verificação nos exercícios puramente narrativos de Vasco Pulido Valente. Talvez como este, descrente da função crítica do historiador, devêssemos dizer: “Se não [se] salvasse a linguagem, não [se] salvava nada” (2001: 11).

Esta oposição demasiado linear entre o labor historiográfico – de apuramento dos dados e da sua transposição para uma narrativa – e um suposto domínio de décadas das macro-teorias ou dos grandes sistemas interpretativos é contudo, e em larga medida, ilusória, quer porque o primeiro não dispensa a teoria<sup>118</sup> (vemo-lo bem, por exemplo, na argumentação em torno do individualismo metodológico adoptada pela “velha história”), quer porque o segundo não dispensa, nem nunca dispensou, o *facto*. Esta circunstância esteve, de resto, na base da argumentação de Paul Veyne – curiosamente, um dos autores adoptados pelo novo narrativismo – em torno da necessidade de conceptualização, isto é, da utilização de “universais”, para lá daquilo que considerava

---

<sup>116</sup> A historiadora portuguesa parece ter-se inspirado, pelo menos em parte, na definição que Veyne, chamando a atenção para as diferenças em relação àqueles utilizados nas ciências naturais e exactas, e para os perigos na utilização de categorias prévias, emprestou aos conceitos “históricos” (1971: 89-91); não se vislumbra, porém, nas palavras de M.F. Bonifácio a profunda desconfiança do teórico francês pela noção de “*bon sens*” quando aplicada à investigação histórica (*ibid.*: 119-24). V., ainda, Sardica (2005: 22), o qual chega a afirmar – a contracorrente de grande parte da reflexão que tem sido levada a cabo, por exemplo, por micro-historiadores (Lima 2006: 363) – que nenhum método ou sistema “científico” é passível de ser aplicado ao género biográfico, apenas “competências hermenêuticas” e “regras da heurística”.

<sup>117</sup> Entenda-se por “senso comum” as representações implícitas e as categorias naturalizadas do quotidiano, tal como é definido e criticado, por exemplo, em Hespanha 1991: 14-8, 1998: 21-3, 2003a: 835, n.38, e 837-8. Teorização em torno desta noção, assumida como referente epistemológico, pode ser vista em Bonifácio 1993: 629, 1999a: p.ex. 87-96, 104-7, ou, em menor grau, Ramos 1991: 40 e Sardica 2005: 21.

<sup>118</sup> Contra a “inuidade” (Le Goff 1996: 21) da oposição binária entre *análise* e *narrativa*, ou *estrutura* e *evento*, ainda hoje dominante em alguns sectores da historiografia, v., desde logo, Veyne 1976, mas também Ago 2006: esp.245-9; Bourdieu 1995: 111-14, 120-2; Burke 1991a: 285-6, 290; Koselleck 1973, 1986b: 29-37, 1987: 123-6 e 2001: 215-6; Levi 1991: 124-5, 130; Skinner 1972: 140-3; ou mesmo, a outro nível, Stone 1979: 4 (quando reconhece que a narrativa não pode dispensar a análise).

ser uma inequívoca falência das (macro-)teorias no domínio da história<sup>119</sup>. Em 1976, na sua lição inaugural no Collège de France, o historiador francês desmontava, a partir de Jean-Claude Pariente, os pressupostos de uma enunciação vaga e indefinida de “individual”, sublinhando a necessidade de se estabelecerem invariantes para se descobrir a diversidade:

“[...] cada conceito que conquistamos apura e enriquece a nossa percepção do mundo; sem conceitos, não se vê nada; sem conceitos, faz-se história narrativa, que não é exactamente a mesma coisa que história ‘acontecimental’: pois *é perfeitamente possível conceptualizar os acontecimentos.*” (Veyne 1976: 34; subls. meus)<sup>120</sup>

De facto, e de um ponto de vista sobretudo teórico, a (re)aproximação da história à literatura tem por trás uma discussão sobre estratégias de construção do discurso historiográfico que, acentuando novamente a oposição entre “método narrativo” e “método analítico”, não está livre de equívocos. A enunciação nesses termos é, desde logo, obviamente polémica. Por um lado, e aproveitando a formulação de A.M. Hespanha, “não pode deixar de se notar que a ‘narrativa’ se embebe facilmente de todos os contextos teóricos ou metodológicos, transformando-os em estruturas do enredo” (1991: 19), o que, em termos práticos, torna impossível a obliteração pelo narrativismo do que nos últimos decénios tem sido feito no campo historiográfico<sup>121</sup>. Por outro, diversos autores (entre os quais o insuspeito Ricoeur) têm insistido no carácter intersticial da narrativa no discurso historiográfico, para o que frequentemente recorrem ao exemplo (paradigmático) de Braudel, sobretudo em *Méditerranée* (Ricoeur 1983: p.ex. 403-4)<sup>122</sup>. O equívoco instalado na base do anúncio triunfalista<sup>123</sup> do “retorno da

---

<sup>119</sup> Note-se que a rejeição por Veyne da teoria e da tipificação em história se refere aos esquemas macro-interpretativos decalcados das ciências nomológico-dedutivas e à sua aplicação apriorística (como na sociologia); aqui cabe o uso que faz da noção de “compreensão”, isentando-a no entanto, ao contrário do que alguma história política pretende, de propósitos identificativos ou empáticos que dispensem a consideração da diferença entre o enunciador do discurso historiográfico e os actores do passado que são seu objecto (1971: esp. 67-71, 81-96, 119-38, 157-99).

<sup>120</sup> A referência a Jean-Claude Pariente diz respeito a *Le Langage et l’Individuel* [1973].

<sup>121</sup> V., também, Pizzorno 1996: 252-4 (notando as limitações da metodologia individualista) e 2007a: 101 (em crítica a Stone 1979: esp.22).

<sup>122</sup> A referência a Ricoeur nestes termos pode encontrar-se, por exemplo, em Bonifácio 1999a: 115-6 (e 58-9, n.132), Burke 1991a: 282 e Hartog 1995: 192-3. V., ainda, sobre a condição narrativa do discurso historiográfico, De Luna 2004: 54-68; Ginzburg 1979a: 184 e 1999: 123-6; e Le Goff 1996: 17-8.

<sup>123</sup> À dimensão retórica da linguagem que reveste a crítica à sistematização teórica ou aos modelos formais – “aquilo que”, neste caso a propósito de Michel de Certeau, “permite dar ao tradicionalismo mundano ares de resistência heróica” – se refere Bourdieu (1995: 114). Este tipo de discurso é, também, frequente no meio historiográfico português. Nomeie-se, a título meramente exemplificativo, José Miguel Sardica, quando se refere à historiadora Maria de Fátima Bonifácio, na sua empresa anti-marxista ou anti-estruturalista, como “iconoclasta” e “intelectualmente corajosa” – mesmo que, páginas à frente, afirme ser

narrativa” reside, precisamente, na definição exclusiva de um modelo narrativo por excelência<sup>124</sup>, assim se reproduzindo em negativo a versão mais simplista da crítica à *histoire événementielle* durante a primeira metade do século XX. Mas apenas *um* tipo de narrativa foi, e ainda é, alvo de crítica cerrada por parte dos opositores da história política tradicional (Hartog 1995: 192; Revel 1996b: 35). Carlo Ginzburg resumiu assim a questão:

[...] diferentes modelos de narrativa têm sido seleccionados pelos historiadores em alturas diferentes. Seria ingénuo aceitar à partida um modelo (emprestado dos romances do século XIX) no qual um historiador-Deus sabe tudo, incluindo as motivações secretas das suas personagens – indivíduos, grupos ou classes sociais. (Ginzburg 1981: 278)

E no entanto, apesar da formulação equívoca, é difícil não ver na polémica gerada pela crítica aos sistemas macro-analíticos e aos grandes esquemas interpretativos da história, sobre a qual também assenta este novo narrativismo de velho molde, a pedrada-toque de uma discussão sobre diferentes escalas de análise que, de resto e não sem alguma ironia neste contexto, muito deve à concepção mais propriamente braudeliana das distintas temporalidades da história. Na sociologia como na historiografia – onde se incluem mesmo os mais críticos das propostas centradas na concepção do indivíduo como “lugar de produção do sentido da acção social”<sup>125</sup>, da *Rational Choice Theory* ao individualismo metodológico hoje tão em voga entre os historiadores –, tem-se vindo a reconhecer, desde há décadas, as virtudes da recuperação da análise micro e da centralidade do conceito de *acção social*, e a pôr em causa a simplificação reducionista inerente aos esquemas funcionalistas vulgares ou às grandes narrativas históricas<sup>126</sup>. Neste campo, a história social tomou uma posição seguramente mais democratizante do

---

“preciso, na heurística, desconfiar do tom laudatório e do registo lendário de glorificação dado acerca do protagonista” (2007: 1083 e 1098).

<sup>124</sup> Da afirmação por Rui Ramos de um modelo único de narrativa – o “político” – decorre, desde a raiz, a sua crítica a “The Revival of Narrative” de Lawrence Stone (Ramos 1991: 29; Stone 1979: 13-9). V., em sentido idêntico, Elton 1969: 121-2 ou Bonifácio 1993.

<sup>125</sup> A noção, assim formulada, pertence a Rowland 1985: 104.

<sup>126</sup> Entre os sociólogos, Favre (1980: 1230, 1243) e Pizzorno (2007b: 132). Do lado dos historiadores, muitas vezes em referência à voga dos modelos deterministas económicos, Grendi (1977: esp.506-9, 518, 1981 e 1994), Levi (1981, 1991: 111-3, 129-30, e 1996: 188-9), Revel (1996b: 23) e Rowland (1991). Já Marc Bloch (1952: 103) frisava que o problema residia menos no tipo de explicação (mono-causal ou outra) – ou no acto de *explicar* – do que no facto de se a aplicar *a priori*; v., em sentido idêntico, Koselleck 1972: 13-4.

que a do exclusivismo político da “velha história”, aquela que Himmelfarb, como significativamente notou Rui Ramos, “escolheu” (1991: 27, 42)<sup>127</sup>.

Não obstante este reconhecimento, no qual se fundam algumas das propostas mais inovadoras da historiografia nas últimas décadas (caso, não exclusivo, da micro-história), é uma visão essencialmente dicotómica aquela que continua a dominar o confronto teórico promovido pela historiografia tradicional ou narrativista. Mas o pressuposto básico sobre o qual esta assenta, isto é, o do primado da política sobre todos os outros domínios da existência humana<sup>128</sup> – depois traduzido, esquematicamente, numa equivalência linear e não problematizada entre os binómios indivíduo/sociedade, acção-evento/estrutura, narração/análise e, em corolário, história política/história social<sup>129</sup> –, é, de novo, impreciso. Há duas décadas, num artigo que M.F. Bonifácio descreveu como “luminoso” (1999a: 91), Rui Ramos nomeava as duas referências originais da “velha história” em Portugal: Leo Strauss e Gertrude Himmelfarb (Ramos 1991: esp.38-42)<sup>130</sup>. Da paráfrase elegíaca aí feita aos dois autores resultou uma concepção de história fundamentalmente “política”, centrada na mecânica dos regimes ou do governo da *polis*, e, em última análise, respaldada naquilo que Strauss definiu como a “Filosofia Clássica”. Daqui derivaram as acepções de “agência” como acção política, militar ou diplomática, e de “agente” como a (grande) figura na sua raiz, que marcam este tipo de historiografia. E uma notória aversão a qualquer referência ao “social”, de resto traduzido em expressões eufemísticas como ‘forma de vida em

---

<sup>127</sup> Na posição diametralmente oposta à daqueles a quem, com Pizzorno (1989b: 83), poderíamos chamar “os legisladores da metodologia”, se manifestou, desde logo, Braudel (1958a: 55, 81, 1959: 141-2, 1969: 20-1), mas também Veyne (1971: 38-9), sobre a impossibilidade de se determinar uma categoria exclusiva ou específica de eventos (como a história política), Hobsbawm (1971: 109 e 1980: 252-3), Stone (1979: 4), Bourdieu (1995: 115) e Hartog (2003: 56), em reconhecimento a Fernand Braudel.

<sup>128</sup> Por pressupor a política como confluência ou, pelo menos, via de acesso a todos os domínios do real, esta concepção é substancialmente idêntica à da “história total” que, aqui de forma contraditória, os mesmos historiadores duramente criticam (é essa, de resto, em rigor a definição de história política, sinónima de “nacional”, dada por Mattoso (1985: 170)); v., a título ilustrativo, Elton 1969: 126 e Bonifácio 1999a: 71-3, 82-4, 111, 126-7. Note-se que apenas como ponto de partida para a sua desvalorização ou, então, como auxiliar na argumentação contra o ‘caos’ pós-modernista, se referiu M.F. Bonifácio aos *Annales* (e aos seus objectos preferenciais de estudo) como uma historiografia de pleno direito, conquanto *ilusória* (1999a: 21 e 1999b: 14-5); de forma bastante mais explícita, e apoiando-se em Gertrude Himmelfarb, atribui Rui Ramos a uma das partes do seu artigo sobre a história política o título “De como a Nova História é a negação da História” (1991: 30).

<sup>129</sup> É, de facto, contra a história social, tida como a guarda-avançada das ciências sociais no campo historiográfico, que o narrativismo tradicional explicitamente se posiciona (o que, no caso português, considerando a concentração dos maiores arautos da “velha história” no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, torna especialmente incongruente o seu enquadramento institucional); v. Ramos 1991: 47, n.71; ainda, e apenas a título de exemplo, Bonifácio 1993: 623 e 1999a: 54-5, 62-3.

<sup>130</sup> V., neste ponto, Himmelfarb 1984: esp.19-26.

comum' (por ex. Ramos 1991: 42). O que ficou por fazer foi uma precisão que é tanto linguística como conceptual, e que Moses Finley resolveu desta maneira:

Os Gregos e os Romanos inventaram a política e, como toda a gente sabe, também a história política ou, melhor, a história como história da guerra e da política. Mas aquilo que toda a gente sabe é inexacto: os historiadores na Antiguidade escreveram sobre **políticas**, o que não é a mesma coisa que **a política**; escreveram, acima de tudo, sobre política externa, preocupando-se com os *mecanismos* de elaboração de políticas (fora os discursos no Senado ou na Assembleia) apenas nos momentos de conflito agudo que conduziram à guerra civil. (Finley 1983: 54; subls. meus em negrito, subl. do autor em itálico)<sup>131</sup>

Pela mesma razão, reconheceu o mesmo autor em Aristóteles o primeiro a dar formulação sistemática a uma noção que se tornou basilar para muita da “nova” historiografia produzida no século XX: a da fundação *social* dos regimes políticos, daquele oligárquico à democracia (*ibid.*: 1)<sup>132</sup>.

A persistência de uma concepção a preto e branco dos procedimentos e dos elementos centrais da historiografia, porque voluntariamente presa a uma noção restritiva de *política* (e de *acção política*), acaba por se filiar, paradoxalmente, naquilo que a “velha história” mais empenhadamente critica, ou seja, nos efeitos produzidos pelo contacto – em tom de polémica – mantido entre a história e as ciências sociais desde o final do século XIX<sup>133</sup>. Às questões teóricas assim introduzidas no discurso historiográfico – a espécie de “*logos spermatikos* sociológico” de que falava Franco Ferrarotti (1981: 21) – se referira em tom pesaroso Maria de Fátima Bonifácio no seu projecto ressurreccional da historiografia de inspiração rankeana (p.ex. 1993: 623), mesmo que a elas devesse, e ainda deva, a sua própria produção teórica. A reflexão sobre critérios de relevância e estratégias de acesso ao conhecimento do passado, como aquela centrada na relação conflituosa entre os grandes sistemas interpretativos (ou as

---

<sup>131</sup> Transcrevo também do original, dada a dificuldade óbvia de tradução dos conceitos centrais: “*The Greeks and Romans invented politics, and, as everyone knows, they also invented political history, or rather history as the history of war and politics. But what everyone knows is imprecise: historians in antiquity wrote the history of policy, which is not the same thing as politics; they wrote primarily about foreign policy, concerning themselves with the mechanics of policy-making (apart from speeches in Senate or Assembly) only in moments of acute conflict turning into civil war.*” Devo esta referência e a seguinte a Robert Rowland.

<sup>132</sup> Em citação a W.L. Newman, *The Politics of Aristotle*, I, 1887, 223. Já no contexto da Europa medieval, interpretava da mesma forma S. Tomás de Aquino, em *De Regno*, a noção aristotélica de “*zoon politikon*”, ao afirmar que “o homem é, por natureza, um animal *social e político*, que vive em comunidade” (“*naturale [...] est homini ut sit animal sociale et politicum, in multitudine vivens*”, cit. Skinner 2002b: 31; subls. meus). No sentido inverso, e para uma leitura particularmente restritiva do “político” em Aristóteles, v. Himmelfarb 1984: 25-6.

<sup>133</sup> Do enfraquecimento da história no confronto, desenhado no século XIX, entre uma concepção impessoal da história social e outra, humanizada, da história política nos fala Sabina Loriga (2008: [10]).

metanarrativas da evolução humana) e as reconstituições mais puramente factuais ou de base empiricista, é contudo bastante mais antiga e complexa do que isso. Por esse motivo, já se pôde detectar nas raízes mesmas da tradição historiográfica ocidental, representadas pela obra de Heródoto e de Tucídides, uma tensão entre dois modelos dominantes de apreensão da realidade – o geral e o particular – na qual é fácil reconhecer o essencial do debate de hoje (Rao, Shulman e Subrahmanyam 2003: 4-5, 11-2, 254, 260).

É, no entanto, na sua versão mais radical, aquela que opõe a história política (ou dos “grandes homens”, para usar a formulação positivista) à história social, que essa complexidade, e os equívocos por ela produzidos, melhor se revelam. Aquilo que ultimamente se tem proposto como uma evidência incontestável – a equivalência directa entre o que se convencionou designar como o “regresso do indivíduo” e um renovado predomínio do facto, ou do acontecimento, por oposição às teorias e aos conceitos, tidos como abstracções desligadas da realidade histórica – constitui um dos seus melhores pontos de observação. Que havia paradoxos difíceis de resolver, já G.R. Elton, um dos pais da “velha história”, o tinha demonstrado ao rejeitar a biografia como modelo historiográfico legítimo (1969: 123-4). Mostrava-se, assim, em consonância com o desprezo a que o positivismo cientista da passagem do século tinha votado a biografia histórica (Pomata 1990: 362), de resto ecoando uma concepção historiográfica secular, ou mesmo fundacional: a da oposição, hoje obviamente contestada, entre reconstrução rigorosa dos factos e estilo biográfico (i.e., *narrativo* ou *literário*), aquele em que Tucídides significativamente descobria os efeitos perversos da contaminação pelas expectativas e gostos do público (Loriga 1996: 212 e 2008: [2]).

As referências do debate entre os dois modelos que, convencionalmente, se passaram a designar como “evenemencial”, ou “acontecimental”, e analítico ultrapassam, de facto, os limites estritos da historiografia e do seu contacto com as ciências sociais. Por isso, no comentário ao estudo biográfico de Natalie Zemon Davis sobre o muito celebrado impostor Martin Guerre, salientava Ginzburg a necessidade de se observar *historicamente* a influência mútua exercida pela história e pela literatura. Não se tratava, como no narrativismo mais extremado, de contrapor ao modelo analítico uma fórmula teórica estéril – argumentava – como aquela desenhada por Hayden White em torno da ficcionalidade de todo o discurso historiográfico, mas de perceber as implicações dessa relação, em termos quer de forma quer de conteúdo (1979a: 188, 194-

6)<sup>134</sup>. Como nota Sabina Loriga na reconstituição que faz dos “usos do género biográfico”<sup>135</sup> em história, pode hoje parecer-nos bizarro que alguns historiadores no século XIX tenham visto na biografia uma forma de escapar ao “fascínio dos factos” (1996: 217)<sup>136</sup>, ou seja, à história política e diplomática, aos *res gestae*, de que, com evidente fastio, falava Catherine Morland, a heroína de Jane Austen em *Northanger Abbey*: “Litígios de papas e de reis, com guerras e pestes, a cada página; homens sem préstimo, e quase nenhuma mulher [...]” (Austen 1818: cap.14)<sup>137</sup>. Na verdade, essa oposição, que já foi descrita por Pomata como aquela entre “história particular” (privada, familiar, memorialística,...) e “história geral” (política e heróica), tão antiga quanto a própria historiografia (1990: esp.350-62), constituiu, em grande medida, a pedra-de-toque para o arranque da história social tal como hoje a concebemos.

Às estafadas variantes sobre o tema dos grandes feitos e das personagens notáveis começou por contrapor a literatura oitocentista, especialmente através do romance histórico, aquilo que Giambattista Bazzoni considerava ser o que, “no fim de contas, deve interessar a universalidade dos homens”: “os vícios, as virtudes domésticas e [...] a influência das instituições públicas sobre os costumes privados, sobre as necessidades e os prazeres da vida”, não apenas os “reis, os chefes, os magistrados, mas a gente do povo, as mulheres, as crianças [...]” (cit. Ginzburg 1979a: 191)<sup>138</sup>. Foi de facto sinal do afastamento voluntário da literatura em relação ao modelo historiográfico dominante – e, por isso, à história como prática institucionalizada – essa atenção a uma história “mais rica, mais variada, mais humana” do que aquela que em tom de sucessão cronológica relatava os feitos políticos e militares que compunham uma qualquer

---

<sup>134</sup> Sobre a influência da literatura sobre a historiografia, e mais especificamente sobre o género biográfico, v. Levi 1989: esp.1326 e Loriga 1996 e 2008: *passim*; ou ainda, registando o desaparecimento das mulheres na definição mútua dos campos da história e da literatura ainda no século XIX, Pomata 1990: 352-63.

<sup>135</sup> A expressão pertence a Levi (1989).

<sup>136</sup> O comentário de Loriga parte de uma referência a Thierry; v., ainda, Pomata 1990: 362. Lembra-nos Ginzburg, a propósito, que Proust louvava Flaubert exactamente por ter libertado as soluções temporais na narrativa “das anedotas e dos detritos da história”. O autor de *L'Éducation sentimentale*, diz, subvertia o modelo clássico da narrativa com a introdução daquilo a que chamou “um espaço branco” (1999: 109-26, cit. 110). Paradoxalmente, só percebendo em que medida história e literatura se dissociam podemos, sem demasiado sobressalto, descobrir Flaubert entre as referências literárias de Maria de Fátima Bonifácio, sobretudo num texto em que o primeiro referente é precisamente a “narrativa” tradicional (1999b).

<sup>137</sup> O mesmo trecho é também citado por Pomata (1990: 342) – a qual faz da obra de Jane Austen o ponto de partida do seu artigo – e Duby e Perrot (1990: xvii), a partir de Nicole Loraux, *Les Expériences de Tirésias. Le féminin et l'homme grec*, Paris, 1989, 273.

<sup>138</sup> A citação foi retirada, em segunda mão, de G. Bazzoni, introd. a *Falco della Rupe o la guerra di Musso*, Milano, 1831 (3ª ed.) [ed. orig. Milano, Stella, 1829].

memória comum (*ibid.*: 190-3)<sup>139</sup>. Não sem razão, detectou Ginzburg nos romances históricos do século XIX uma espécie de prefiguração quer da história das mentalidades quer, no limite, da micro-história. Coube à primeira recuperar desde logo essa variedade, estando assim na prática, e em termos mais imediatos, por detrás do surpreendente alargamento do campo de pesquisa histórica que tanta perplexidade ainda hoje causa entre aqueles mais ciosos de uma autonomia da história assente na especificidade do objecto. Ao contrário destes, constatava Lawrence Stone, no seu muito citado “The Revival of Narrative”, depois de apresentar uma listagem dos problemas que preocupavam os “novos” historiadores:

Todas estas são questões de grande actualidade e dizem mais respeito às massas do que à elite. Elas são mais “relevantes” para as nossas próprias vidas do que as acções de reis, presidentes e generais já desaparecidos. (Stone 1979: 15)<sup>140</sup>

Uma constatação, de resto, logicamente partilhada por todos aqueles que fizeram da história social o seu campo de pesquisa – como na história das mulheres:

“As mulheres, que poder!”. Este quase-aforismo [na formulação de Michelet] não exprime somente uma tática de prémio de consolação, mas uma convicção largamente partilhada, pelos cidadãos de ontem como pelos historiadores de hoje, igualmente persuadidos que “os costumes” – o privado, a sociedade civil – contam definitivamente mais que a política e o Estado. (Perrot *et alii* 1986: 280)

#### IV. Do “retorno do indivíduo”

*[...] aquilo que julgávamos conhecer parece-nos de repente estranho, subtraído aos esquemas familiares que enfraqueciam [...] a nossa capacidade de compreensão. O efeito de estranhamento obriga-nos subitamente a tomar em consideração, num choque epistemologicamente salutar, a distância e a diferença entre nós e o passado.*

(Gianna Pomata, “Storia particolare e storia universale [...]”, 1990, p.368)

Quando hoje alguma historiografia de pendor tradicionalista, apoiada na ideologia liberal, apregoa as virtudes “esquecidas” da *narrativa* e proclama a “recuperação” do

---

<sup>139</sup> As citações pertencem a Manzoni, “Del romanzo storico e, in genere, de’ componimenti misti di storia e d’invenzione” [1830-1845], *in id., Opere*. Ed. R. Bacchelli, Milano-Napoli, 1953, pp. 1056, 1068-9.

<sup>140</sup> Que mesmo a história não tradicional pode apelar ao grande público servem de exemplo algumas obras dedicadas a grupos sociais secularmente marginalizados; tanto quanto a historiografia das mulheres, e por razões similares, também a chamada “história de baixo” potenciou, e se alimentou, de um alargamento do público leitor (Sharpe 1991: 37, 42-3).

*facto* para a história ou a “reabilitação” do *indivíduo* como sujeito histórico<sup>141</sup>, parte da realidade fica obscurecida sob as palavras de ordem. Primeiro, tende a esquecer-se o facto de que a história política de velho molde, conquanto informada por novos dados e integrando novas perspectivas, nunca deixou de ser praticada nem de ter enquadramento institucional. É também o caso português. Que, há uma década atrás, na contabilização que fez dos autores de “grandes obras de história política”, M.F. Bonifácio apenas tenha considerado Vasco Pulido Valente, Valentim Alexandre e Rui Ramos – assim confirmando o quase total esvaziamento desta área de estudo (1999a: 34-5, n.57) – não causará certamente estranheza, mas não devemos confundir uma pretensão, e um juízo de qualidade, com uma constatação de facto. No rasto perdido da historiografia das obras políticas, e mesmo daquela dos homens notáveis, terão ficado, entre outros, Jorge Borges de Macedo (falecido apenas três anos antes), Humberto Baquero Moreno, Maria do Rosário Themudo Barata, António de Oliveira, Maria Manuela Tavares Ribeiro ou António Costa Pinto, para não alongarmos a lista. Segundo, e mais importante, oblitera-se uma parcela substancial da reflexão feita, quer nas ciências sociais em geral quer, mais especificamente, na história, sobre as próprias noções – abstractas, isto é, *teóricas*<sup>142</sup> – de *indivíduo* e de *sujeito da acção* (histórica ou social)<sup>143</sup>.

Como bem lembra Jacques Le Goff na introdução à sua biografia de Saint Louis, já Marc Bloch lamentava o facto de, face aos desenvolvimentos sofridos pela historiografia nos primeiros decénios do século XX, o género biográfico (assim como a história política) não ter *ainda* definido o seu lugar, entenda-se, como estratégia metodológica de direito (Le Goff 1996: 15)<sup>144</sup>. A proclamação em tom heróico – como se lhe referiu Pierre Bourdieu (1995: 114) – do “retorno do indivíduo” é, neste sentido,

---

<sup>141</sup> Robert Rowland já há muito chamou a atenção para a emergência do *indivíduo* como categoria analítica no sistema político liberal – o “indivíduo individualizado” de Marx (1978: 66 e 1985: 85-6); por razões semelhantes e por se relacionar com questões metodológicas e teóricas fundamentais na micro-história, dedica Giovanni Levi especial atenção à ideologia de suporte ao discurso sobre o “retorno do indivíduo” e à metodologia individualista que lhe está associada, geralmente consubstanciada na exaltação dos aspectos positivos da autonomia individual durante o Estado moderno (2001: esp.61, 67-8). Também por isso falava Bourdieu do anúncio do “regresso do indivíduo” como uma “regressão” de facto – bem integrada na nova “doxa” e, de resto, explicável pela conjuntura política (1986 e 1995: 112-3).

<sup>142</sup> V. Bourdieu 1986, Pizzorno 2007b: 129-34 e Veyne 1976: 51-2.

<sup>143</sup> Refiro-me aqui, sobretudo, à produção francesa e italiana, esta especialmente identificada com a micro-história mas tributária das abordagens de marca antropológica de E.P. Thompson e E.J. Hobsbawm (v. Bourdieu 1986; Davis 2004; Ferrarotti 1981: esp.19-51; Ginzburg 1979a; Le Goff 1996: 13-27; Levi 1989: esp.1325-6 e 1996; e ainda, para análises deste processo no interior da história social, Lima 2004 e Loriga 1996, 2008).

<sup>144</sup> Da mesma forma, chama Hobsbawm a atenção para o facto da historiografia francesa dos *Annales* nunca ter abandonado quer o método de exposição narrativo quer a abordagem de casos individuais ou acontecimentos particulares (1980: esp.248, 251). Sobre a permanência do sujeito (individual) na historiografia contemporânea, v. Levi 1989: 1333 e Loriga 1996: esp.214-20.

novamente equívoca. Mas Chartier tinha razão em falar de uma mudança nos princípios de inteligibilidade sobre os quais se apoia a investigação histórica (1989: 1507). O indivíduo que habita uma parte importante da historiografia contemporânea não é um indivíduo *qualquer*, como as “*uncommon people*” de Eric Hobsbawm (1998) o não são. Democratizada a sua acepção, ao que, de resto, não será estranha a implantação e desenvolvimento dos regimes democráticos “ocidentais”, é ao indivíduo anónimo, social ou historicamente marginalizado, que em grande medida se deve hoje a discussão em torno do estatuto epistemológico do sujeito histórico. Não já os heróis ou os “grandes homens” que a reacção conservadora de Ranke – hoje retomada pelo narrativismo político – ajudou a preservar para lá da ofensiva “cientista” da passagem do século (Loriga 1996: 214-7) e dos quais quer os precursores da Nova História quer as teorias da acção social desenvolvidas nas décadas seguintes determinadamente fugiram. De alguma forma à semelhança das circunstâncias que conduziram à definição da história das mulheres como campo de investigação autónomo – ainda hoje, de resto, largamente alimentado por biografias –, também a afirmação actual do género biográfico é originalmente fruto de uma postura marcadamente ideológica, quando não militante<sup>145</sup>.

O “respeito” pelo *outro* histórico de que, por exemplo, nos fala Natalie Zemon Davis ao revelar que nunca pensara em trabalhar sobre “reis e rainhas” porque esses *não precisavam de si*<sup>146</sup> não é, por isso, o mesmo que historiadores do molde de Geoffrey

---

<sup>145</sup> Esta coincidência entre a recuperação ou reavaliação da acção do indivíduo (e da narrativa), enquanto categoria analítica e pressuposto metodológico, e a reabilitação – também moral – daqueles que, ao longo do tempo, foram historiográfica e socialmente marginalizados (mulheres, crianças, operários...) tem sido nas últimas décadas abundantemente notada (Ginzburg 1976: xii-xiii, onde prefere a noção gramsciana de “classes subalternas”, e 1991a: 85-9; Stone 1979: 13-9; Ferrarotti 1981: 18-21, 33; Hobsbawm 1988: esp.268-70, falando de Michelet, uma das referências do narrativismo actual, como o primeiro autor de “*grassroots history*”; Sharpe 1991: esp.31-4, 45-8; Grendi 1994: 228-9; Loriga 1996: 209, 226, 230-1, e 2008: [12]; e Davis 2004: 4-5, 118-20, esp.26ss). Magda Pinheiro faz eco dessa constatação, pensando talvez na relevância que o género biográfico teve no desenvolvimento dos estudos de mulheres em Portugal (respect., 2009: 220 e 2006: 75-6).

Ao invés, no programa de recuperação da “velha história” política as grandes figuras têm, de facto, vindo a dominar o género biográfico ou, em geral, os trabalhos em que se faz recurso a metodologias individualistas (sobre este predomínio, também em contexto português, v. Hespanha 2002 e 2003a: 838-9, e Subrahmanyam 2005; ainda, para uma visão mais alargada, Stone 1979: 19-21). A obliteração da gente anónima, e das atitudes colectivas, por uma historiografia assumidamente tradicionalista – a qual teima em reservar o privilégio da acção histórica para um grupo restrito de “grandes homens” (políticos, militares, diplomatas), assim abusivamente associando na raiz o “retorno do indivíduo” àquele da “velha história” – deverá, tanto quanto o seu contrário, ser lida (também) politicamente. V. os casos de Himmelfarb (1984: 19-26) e de Elton (parodiado em Skinner 1997: esp.20); ou, em contexto português, os de Rui Ramos (1991: 38-42), apoiando-se na noção de “cidadão”, e de M.F. Bonifácio (1999a: 52-3, 62-3, 82-3, 91-4, e 2007: 241-4).

<sup>146</sup> O objectivo explícito de Natalie Zemon Davis era o de “tirar da obscuridade” todos aqueles a quem a historiografia sempre havia negado existência (2004: 14, 118-20, cit. 119).

Elton ou de Gertrude Himmelfarb arvoram em símbolo da reacção contra os grandes sistemas interpretativos, a história social ou, em última análise, a conceptualização teórica. De facto, do ponto de vista da história social – aqui, fundamentalmente entendida como a reflexão, de raiz iluminista, sobre as condições sociais da acção humana –, a discussão que desde há várias décadas se tem desenrolado em torno da aplicação (anacrónica) de categorias macro-analíticas ao estudo das sociedades assenta não na constatação de uma ruptura, mas antes de uma continuidade. Nessa discussão, forjada no contacto da história com as ciências sociais e, assim, no interior da própria história social, se inserem as questões ligadas às metodologias individualistas e à respectiva escala de observação. Que a amnésia de um século a que a “velha história” quer submeter a prática historiográfica – numa renovada querela entre *antigos* e *modernos* a lembrar o que no “Renascimento” se pretendeu fazer com a “Idade Média” – decorre da necessidade de anular os efeitos dos estudos sociais na historiografia do último século<sup>147</sup> é algo que nem os seus cultores negam. Mas será sempre, nessa medida, um projecto a-histórico. Não sem uma boa dose de militância que, obviamente, assumia a dimensão cívica e moral da história num sentido diametralmente oposto ao da historiografia política tradicional, condensava assim Eric Hobsbawm a influência que os *Annales* haviam exercido sobre o seu projecto de historiador:

Aquilo que eu gostaria de fazer não é simplesmente, como Edward Thompson, salvar o tecelão e o camponês do passado, ou o nobre e o rei do passado, da condescendência dos historiadores modernos que julgam que eles é que percebem, que eles é que sabem o que é um raciocínio lógico e teórico. [...] Eu gostaria de restituir ao homens do passado, e especialmente aos pobres do passado, *o dom da teoria*. (Hobsbawm 1978: 245; subls. meus)<sup>148</sup>

Em que medida, no entanto, penetrou este tipo de discurso a historiografia portuguesa mais marcada pela metodologia individualista? Quando olhamos para o *boom* de textos biográficos dos últimos anos<sup>149</sup>, assente num movimento amplo de recuperação do protagonismo dos actores individuais, aquilo que vemos é, sobretudo, o resultado da sobrevivência de uma oposição binária entre *análise* e *narrativa* que parece ter atravessado incólume grande parte do século. Já o tínhamos observado. Esta circunstância, no entanto, advém menos de uma tomada de posição consciente (que é rara) do que da escassa teorização que caracteriza a historiografia portuguesa, assim

<sup>147</sup> Para sínteses sobre a evolução da história social, v. Hobsbawm 1971: esp.100-5 e 1997: 84-8.

<sup>148</sup> V., ainda, *id.* 1998: vii-viii. Posição semelhante pode ser observada em Skinner 1988: esp.47.

<sup>149</sup> V., como primeira nota de levantamento sobre o fenómeno em Portugal, Pinheiro 2006.

tornada – depois de esmorecida a vaga dos *Annales* – facilmente adaptável às concepções de essência conservadora ou tradicionalista acima descritas. É verdade que este tipo de abordagem, numa área disciplinar tradicionalmente avessa à teoria e, acima de tudo, à teorização – razão pela qual a importação acrítica de modelos e de conceitos é nela tão vulgar<sup>150</sup> –, tem boas hipóteses de sucesso. O tipo de linguagem na qual se apoia – e a cujo tom heróico, de resistência, se alia um outro de tipo revanchista, de desafio, acintosamente polémico<sup>151</sup> – parece, de resto, ter contribuído para o seu êxito. Os frutos desta nova versão de uma *história combate*, desta vez eivada de individualismo metodológico, conservadorismo ideológico e pretensões literárias, estão à vista, conquanto a sua qualidade seja obviamente variável. Em Portugal, e apesar de parcialmente a reboque do que, desde há várias décadas, tem sido produzido na vizinha e monárquica Espanha – fenómeno ao qual não será estranha a entrada na cena portuguesa de uma editora como A Esfera dos Livros<sup>152</sup> –, a afirmação do género biográfico tem com efeito constituído, mesmo que com excepções e nalguns casos a contragosto<sup>153</sup>, uma das expressões mais acabadas desse tão apregoado “retorno da

---

<sup>150</sup> Aos riscos associados à importação linear de conceitos se referem Levi 1981: 76 e Bourdieu 1995: 112-3. Precisamente sobre a importação acrítica pela história de conceitos de ciências sociais vizinhas – como a antropologia – tenho vindo já há bastante anos a desenvolver investigação.

<sup>151</sup> A este tipo de linguagem se referiu Pierre Bourdieu para caracterizar o tom que revestia, ainda não há muito tempo, a polémica entre historiadores próximos dos *Annales* e sociólogos (1995: 111). Expressões que, pelo seu tom, escapam ao registo mais sério e cordato do debate académico não são raras entre alguns dos autores aqui citados. Falando do uso de abstracções pelos historiadores – as forças como “grandes nuvens miasmáticas” ou os *trends* como “gnomozinhos atarefados” –, dizia Elton ser sinal de “indolência mental”, de “incapacidade para pensar claramente” ou de “ignorância” (1969: 94). Entre os historiadores portugueses, a “gente maliciosa” que criticou Himmelfarb pelo seu posicionamento ideológico, os “paxás universitários” que “sujeitaram” a história política à “mais arrogante opressão”, os “cientistas [sociais] da manada” (Ramos 1991: 27, 47, n.71) ou os “fanáticos” que, nos anos ’80, continuaram a ‘acreditar’ na “história científica” (Bonifácio 1999b: 15) são apenas alguns dos exemplos de um registo de linguagem que, no seu próprio círculo, tem sido definido como “iconoclasta” ou revelador de “um saboroso tom de ajuste de contas” (Sardica 2007: 1083, 1093). Resta, contudo, perceber em que medida não terá ela contribuído para o “ruído acessório” que Sardica, curiosamente, nos diz ter invadido o meio historiográfico português (*ibid.*: 1083).

<sup>152</sup> A consulta do catálogo d’A Esfera dos Livros é, desde logo, reveladora, dado o peso que a editora atribui, no conjunto total das publicações, aos temas monárquicos e, em geral, às biografias de grandes figuras. Note-se ainda, e a este propósito, o facto de, tal como no mercado português com a edição de *Amantes dos Reis de Portugal*, ter pouco tempo antes cabido à espanhola La Esfera de los Libros a publicação da obra de José María Solé, *Los reyes infieles: amantes y bastardos de los Reyes Católicos a Alfonso XII* (2005) (de resto, na sequência do trabalho de edição feito pelo autor a Leandro Alfonso Ruiz Moragas, *El bastardo real: memorias del hijo no reconocido de Alfonso XIII* (2002), e a Leandro Alfonso de Borbón Ruiz, *De bastardo a Infante de España* (2004), ambos publicados por essa editora). Será pertinente, em termos das questões que pretendo neste texto levantar, assinalar o facto de José María Solé – licenciado em Sociologia e Ciência Política – ter como actividade principal a de divulgador de história contemporânea, colaborando em diversas revistas de carácter não-académico e fazendo parte do conselho de redacção de *Historia 16*.

<sup>153</sup> Em sentido semelhante se referiu A.M. Hespanha, no texto de comentário à série biográfica do Círculo de Leitores, ao visível desconforto revelado por alguns dos seus autores – seguramente, aqueles mais próximos das histórias económica e social – na redacção das biografias régias (2009: 218).

velha história”. Mas onde os contemporanistas ao seu serviço – casos de M.F. Bonifácio ou de J.M. Sardica na biografia que, há não muito tempo, traçou do Duque de Ávila<sup>154</sup> – se tinham detido a justificar uma pretendida alteração de “paradigma” ou de “regime de historicidade” (se pudermos, com algum abuso de sentido, empregar a expressão de François Hartog (2004: esp.57-8)), a vasta maioria dos praticantes deste renovado género historiográfico e literário limitou-se a naturalizar os seus princípios básicos; isto é, nas palavras de um dos seus teóricos, o “*actual entendimento* da natureza da biografia histórica” (Sardica 2009: 278; subls. meus)<sup>155</sup>. Pelo que, também *naturalmente*, às repetidas invocações do regresso do *indivíduo* e da *narrativa* que marcam estes trabalhos não corresponda, por norma, uma invocação das referências ou dos pressupostos que sustentaram, como vulgarmente se diz, tão *corajosa* empresa<sup>156</sup>. É possível que, no que concerne, mais especificamente, às biografias régias publicadas pelo Círculo de Leitores, a quase inexistência de referências a qualquer tipo de reflexão teórica sobre o género biográfico chegue a surpreender mesmo aqueles que mais empenhadamente defendem o *sensu comum* e o domínio das técnicas de verificação dos dados como únicos guias do labor historiográfico<sup>157</sup>.

A filiação do género biográfico no mesmo conjunto de enunciados que presidiu à reinstalação (sobretudo teórica, já que nunca deixada de praticar) da história política tradicional – centralidade ou exclusividade da acção política, domínio da narrativa sobre a exposição de tipo analítico, eleição de grandes figuras como objecto preferencial, presunção de uma “familiaridade cognitiva” (Pizzorno) entre actores (políticos) do passado e observadores do presente – não era, no entanto, inevitável. Decorreu das circunstâncias já enunciadas e, em grande medida, de uma ignorância, porventura

---

<sup>154</sup> V. Bonifácio 2007: 244-5 (onde declara a biografia “uma espécie particular do género historiográfico narrativo”, destinada a *compreender* e não, como a ciência, a *explicar*) e Sardica 2005: esp.19-24; v., ainda, Valente 2001: 9-11 e Ramos 2006a: 9-10.

<sup>155</sup> Nesta constatação, o autor toma como referência M.F. Bonifácio.

<sup>156</sup> Este tom encontra-se, por exemplo, em Lourenço 2007: 11 (“Redigir uma biografia é, só por si, um desafio e um acto de coragem”), Morujão 2009: 224 (que fala no “arrojado trabalho de biografar”), Sardica 2009: 270 (referindo-se à “ilusão de realidade” criada pelo texto biográfico como algo “complexo e desafiante”) e Vilar 2005: 8 (“[...] o acto de relatar uma vida será sempre um desafio superior”).

<sup>157</sup> Fora os novos cultores da “velha história”, de cuja autoria são algumas das biografias correspondentes ao período contemporâneo da história de Portugal, são raros os medievalistas e modernistas que, de forma mais sustentada, se debruçam sobre os problemas levantados pela escrita de uma biografia histórica, especialmente tratando-se do percurso de vida de um monarca (excepção clara para Rita Costa Gomes (2005: 6-12) – onde remete para Jacques Revel e Pierre Bourdieu – ou mesmo José Mattoso (2006: 9-15); v. ainda, Sousa 2005: 10-6). Entre os medievalistas, não deixa de ser significativo que quase não se mencione o texto introdutório de Le Goff ao seu *Saint Louis*, o qual, de facto, se torna ausência ainda mais marcante na biografia que inaugura a série do Círculo de Leitores, a de José Mattoso sobre D. Afonso Henriques.

voluntária, da discussão que se tem processado no interior da história social ou sociocultural em torno da biografia histórica, onde sobretudo avultam os trabalhos de micro-historiadores<sup>158</sup>. E no entanto, nestes se lida quer com a assunção do *indivíduo* como categoria analítica fundamental (mesmo que não exclusiva) quer com a síntese do aparente paradoxo levantado pela relação entre *indivíduo* e *sociedade*, ambas questões centrais em abordagens tocadas pelas metodologias individualistas.

Na esteira de Gertrude Himmelfarb ou de John Vincent, tanto Maria de Fátima Bonifácio como Rui Ramos se referiram às limitações impostas pela documentação à prática de outra historiografia que não a política – e política do ponto de vista das elites. Disso retiravam um ensinamento fundamental: o de que, para *respeitar* os actores do passado, é necessário aceitar, antes de mais, as suas próprias preferências, tal como elas se expressam através dos registos escritos que chegaram até nós (Ramos 1991: 31; Bonifácio 1999a: 92-4)<sup>159</sup>. Excluídos aqueles de natureza *não-política*, por serem escassos e insuficientes, excluía-se também a reflexão sobre os mecanismos sociais, traduzidos em regularidades, que escapavam às regras de observação do *senso comum*. Mas não só: por extensão, e como consequência lógica, colocavam-se fora da história os “humilhados e ofendidos” (*id.*, *ibid.*: 90-93) – mulheres inclusas –, dessa forma reduzindo-se o universo de fenómenos observáveis pelo historiador. E, assim, de uma noção fortemente restritiva de *política* se passa a uma concepção fortemente restritiva de “respeito” pelas personagens do passado, cingida a um conjunto limitado de *agentes*, os quais, assume-se, terão tido uma acção preponderante sobre os nossos destinos – terão, é dito, *feito história*. Uma “simplificação evidente e perigosa”, segundo Braudel

---

<sup>158</sup> V., como casos excepcionais no panorama português, as reflexões de António Hespanha (2002, 2003a: 838-9 e 2009), Magda Pinheiro (2006 e 2009) e Sanjay Subrahmanyam (2005); e, ainda, para uma visão ampla dos termos da discussão entre os historiadores portugueses, o caderno dedicado pela revista *Ler História* à “Colecção ‘Reis de Portugal’ em Debate” (n.56 (2009), 217-86). M.F. Bonifácio remete, de passagem, para Carlo Ginzburg e para Giovanni Levi, de forma a argumentar que a biografia em micro-história, ao contrário da história política tradicional, é uma via de análise do social; e recorre ao texto do mesmo Levi (1989) sobre o género biográfico como forma de se pronunciar, em contradição com o autor, a favor do divórcio entre a história e as ciências sociais (Bonifácio 1999a: respect. 62 e 46). De uma forma bastante menos congruente com a abordagem que desenvolve, se refere J.M. Sardica ao facto do mesmo texto do micro-historiador italiano lhe ter servido de guia metodológico na elaboração da biografia sobre o Duque de Ávila (2005: 23, n.3).

<sup>159</sup> Neste ponto M.F. Bonifácio apoia-se em John Vincent, *An Intelligent Person's Guide to History*. London, Duckworth, 1995, pp. 14-5. À crença de que residem exclusivamente nas fontes mais evidentes o início e o fim da investigação histórica, com a consequente eliminação de qualquer questionário prévio, chamou Hobsbawm “positivista” (1988: 271, 277).

(1958a: 58)<sup>160</sup>. Afirma-se: o programa da história política consiste em “aceitar o real tal como ele foi percebido” (Ramos 1991: 39). Mas percebido *por quem?*

É curioso notar como essa circunscrição aos materiais ‘disponíveis’ – leia-se, existentes em maior número – contraria aquilo que o narrativismo tradicional considera uma operação fundamental de resgate do passado: a *imaginação histórica*<sup>161</sup>. Ao invés da historiografia tradicionalista, é muitas vezes a escassez documental, devida quer à natureza do objecto seleccionado quer ao período cronológico contemplado, que tem servido para, especialmente entre os historiadores culturais e sociais, se argumentar a favor do recurso à “imaginação” no discurso historiográfico, de resto frequentemente associado à questão da narrativa<sup>162</sup>. Apesar da evidente contradição com o que à sociedade tem sido, na prática, demonstrado sobre a riqueza e pluralidade da documentação de que dispomos<sup>163</sup> (e que esteve, por exemplo, na génese da renovação do género biográfico), esta concepção restritiva (ou mesmo céptica) do próprio trabalho de pesquisa não deixa de enunciar um problema que, noutros termos, tem sido central na revisão das categorias históricas herdadas das macro-teorias – o das fontes, da sua representatividade e da sua tradutibilidade. Questões desta natureza colocam-se, talvez ainda com mais pertinência do que noutros casos, à utilização de fontes na reconstituição de reinados ou de trajectórias de vida de personagens régias. Mas, aqui,

---

<sup>160</sup> V., no mesmo sentido, Pizzorno 1996: 252. O pressuposto de que, ao contrário do que assume a “velha história”, os indivíduos modificam as relações de poder, *façam ou não história*, é fundamental, por exemplo, no tipo de abordagem realizado pelos micro-historiadores (Levi 1985: 5, Loriga 1996: 230). Para a história social em geral, como para Hobsbawm em particular, a ideia de que as *massas* são levadas em linha de conta na actuação política, mesmo quando (ainda) não têm participação activa, é estruturante (1988: 267); v., sobre o caso específico das *mulheres*, “como agentes de transformação”, Pomata 1990: 344.

<sup>161</sup> Casos de Ramos (1991: 32, em citação a Himmelfarb) e de Bonifácio (1993: 629, 1999a: p.ex.82, 104-8), que usa o conceito de “imaginação” – juntamente com o de *senso comum* – por oposição ao procedimento dito “científico”. Ter-se-ão para isso inspirado, em grande parte, no conceito de “*moral imagination*” que a historiadora norte-americana adoptou de Lionel Trilling (em contraposição à “*sociological imagination*” de Wright Mills (1959)), mesmo que esta posteriormente se tenha visto obrigada a demarcar-se do uso do termo “imaginação” por outros autores, como num dos seus textos mais abertamente hostis ao pós-modernismo de White (Himmelfarb 1977: esp. 48-9, 69, e 1992: p.ex. 165-6, respect.). E no entanto, nesta “velha história” à portuguesa, claramente assente em teses narrativistas, é difícil não adivinhar também a presença da expressão que serve de lema ao pós-modernismo e de subtítulo à obra de Hayden White (1973), *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*, ou ainda da “*constructive*” ou “*historical imagination*” de Collingwood (1946: 231-49), a quem de resto o filósofo norte-americano foi buscar boa parte da sua inspiração (referências ao historiador britânico em White 1972-1973: 59-60, e 1974: 83-5, p.ex.). V., ainda, em sentido similar ao acima descrito, e ainda que não integrado na corrente mais radical dos narrativistas políticos, Mattoso (p.ex. 1988b: 13-4 e 2002), aqui intersectando a “imaginação” com os conceitos de “contemplação” e de “intuição”.

<sup>162</sup> V., p.ex., De Luna 2004: 55, Serna e Pons 2000: 224-6, Sharpe 1991: 45-6 e Veyne 1976: 14-5.

<sup>163</sup> Sobre o alargamento sustentado do campo documental do historiador, v., em especial, Ginzburg e Poni 1979; Hobsbawm 1988: 271, 277; Levi 1993: 19-20, 27-8; Pomata 1990: 363, 372; e Sharpe 1991: 31-40.

inverte-se o sentido do pressuposto heurístico de Himmelfarb e dos seus seguidores, já que é precisamente a multiplicação de registos, porque padronizados, que pode criar difíceis obstáculos ao investigador. A esta circunstância, que é afinal a de se lidar com uma documentação de tipo normativo e exemplar, não será estranho o facto de só muito raramente a historiografia micro-analítica se ter dedicado às grandes figuras que povoam a história tradicional. Na perspectiva da micro-história, especialmente preocupada com as margens de actuação do sujeito para lá dos sistemas normativos (e, assim, de categorias históricas prévias), as condicionantes próprias do tipo de documentação característico de biografias régias e afins colocam sérios problemas ao seu projecto básico de reconstituição de contextos significantes<sup>164</sup>. Esclareça-se: uma documentação, desde logo, limitada pelo papel social inerente à dignidade de *rei*. A consciência destas limitações, de resto, fica bem patente na obra de referência de Jacques Le Goff sobre Saint Louis, quer explicitamente no texto que lhe serve de introdução, quer implicitamente na organização das suas partes fundamentais, apenas uma das quais descrita como “biográfica” (1996: esp.17)<sup>165</sup>.

Em termos pragmáticos, os biógrafos (sobretudo, medievalistas e modernistas) mais atentos à sedimentação mitificadora de imagens em torno de grandes personagens resolvem normalmente o problema por recurso a uma cisão expositiva, muitas vezes reservando um espaço próprio para aquilo que Jan Assman apelidou de “*mnemo-history*” – “a história de como um tema, ou um acontecimento ou [...] um indivíduo é recordado, continuamente reelaborado e sistematicamente recontado, à medida que toda uma tradição memorialística se vai lentamente formando” (cit. Rao, Shulman e Subrahmanyam 2003: 13)<sup>166</sup>. O problema central, no entanto, subsiste, já que tanto a

---

<sup>164</sup> A necessidade de clarificar os problemas que são inerentes ao tratamento individualizado de grandes personagens pela micro-história não obsta, no entanto, a que se possa realizá-lo (Levi 1993: 17). O emprego fácil da noção de “micro-história” – ou de análise micro – em biografias de grandes personagens (v., apenas como exemplo, a introdução à biografia de Sancho II por Hermenegildo Fernandes (2006: 9)) nasce muito provavelmente de uma confusão, frequente, entre aquela e o “método indiciário” – comum às disciplinas que se situam fora do paradigma das ciências ditas exactas – identificado por Ginzburg (1979b); v., a propósito, Lima 2006: 345-58. De facto, a noção de *indício* no historiador italiano tem menos a ver com a dificuldade de reconstituição de trajectos individuais (ou outros) – que seria o caso, aqui citado, de Sancho II – do que com o que essas *pistas* ou *sintomas* podem *indiciar* (sobretudo quando se verificam desvios em relação à norma) de outros níveis de apreensão da realidade ou do todo em que se inserem. É, nesse sentido, um método mais *decifrador* do que *reconstrutivo* (v. Ginzburg 1979b: 191-2; Levi 1991: 115, 126; e Lima 2006: 358).

<sup>165</sup> Às dificuldades de reconstituição biográfica resultantes do facto de se abordar uma “personagem notável” se referem – no contexto da série de biografias editada pelo Círculo de Leitores – Gomes 2005: 7-8, Sousa 2005: 12 e Olival 2006: 8-11.

<sup>166</sup> J. Assman, *Moses the Egyptian: The Memory of Egypt in Western Monotheism*. Cambridge, Mass., 1997; v., a este propósito, Le Goff 1996: 17, 23-5, e Davis 2004: 125. Peter Burke, como se sabe,

pertinência heurística como a relevância analítica da biografia régia não estão livres de contradição. De alguma forma, a necessidade sentida por alguns dos autores implicados na série biográfica dos reis de Portugal publicada pelo Círculo de Leitores de descrever o seu projecto como a (re)constituição da história de um reinado e não – apesar do aparente paradoxo face aos propósitos aparentes da encomenda – a *biografia* de um rei (v. H. Fernandes 2006: 9)<sup>167</sup> ecoa as reservas já expressas por alguma literatura oitocentista quanto à utilização de personagens notáveis por elas se *confundirem* com a “história universal”<sup>168</sup>. Afinal, a “história total” a que Le Goff, como herdeiro assumido da Escola dos *Annales*, aspirou na feitura de *Saint Louis* (1996: 15-6, 24)<sup>169</sup> não difere muito do retrato da sociedade e da vida política que alguns cultores da “velha “história” julgam poder ser acedida através do registo biográfico<sup>170</sup> ou, pelo menos – neste caso, ironicamente, aproveitando a concepção de origem durkheimiana –, da observação do

---

dedicou à construção da imagem do rei Louis XIV, à margem do registo biográfico, um livro inteiro (1992: esp.9-16); de forma semelhante (mesmo que não tão radical), e por estar ciente das limitações da documentação produzida em torno do primeiro rei de Portugal (ao contrário das fontes coetâneas de que dispôs Le Goff para o rei francês), sujeitou José Mattoso (2006) o projecto biográfico sobre Afonso Henriques a uma análise preferencial das suas representações ao longo do tempo. Como um caso raro entre os contemporâneos em Portugal, v. a especial atenção dedicada por Sara Marques Pereira – de facto, optando pela compartimentação temática no interior da obra – às imagens que de D. Carlota Joaquina foram sendo criadas (1999: 12, 175-8).

<sup>167</sup> Talvez por razões semelhantes, na biografia que traçou da Rainha, tenha M.F. Bonifácio salientado o facto de “a história de D. Maria [II] começa[r], *como compete, no dia da morte de D. João VI, tinha ela sete anos*” (2005: 9; subls. meus. Note-se, no entanto, que na 2ª edição da obra, pela Temas e Debates (2007), se acrescentou ao título a referência às balizas cronológicas da biografia, desta vez as do nascimento e morte de D. Maria). Esta disjunção entre o registo “biográfico” e aquele “histórico” (na formulação da própria autora) foi observada por Maria Filomena Mónica na biografia sobre Fontes Pereira de Melo e, mais tarde, dessa vez preferindo o registo intimista (ou “biográfico”), na de D. Pedro V (Mónica 1999: 10 e 2005: 8, respect.). Por, como esta, considerar fundamental na reconstituição biográfica o foco constante no biografado, notou negativamente José Pedro Paiva, no conjunto de obras que recenseou para o caderno publicado em 2009 pela *Ler História*, uma evidente tendência dos autores para se dedicarem a questões dos respectivos reinados e não da vida das suas personagens (Paiva 2009: 253, 255, 259, 266; e réplica em Costa e Cunha 2009: 283). A verdade é que, segundo Nuno Gonçalo Monteiro, terá sido expressamente pedido pela editora aos autores das biografias régias que incluíssem “a história dos reinados” (2009: 284).

<sup>168</sup> V. Ginzburg 1991a: 85 e, a propósito da concepção, durante o século XIX, de “grande homem” como representante de um momento, de uma entidade abstracta – como uma nação – ou da história na sua globalidade, Catroga 2003: 90-2. Algo de semelhante acabou por constatar Vasco Pulido Valente quando, tendo descoberto a sua personagem *representativa* (o mediano, mas não “mediocre”, Vieira de Castro), afirmou que a biografia de um “grande político” cai sempre, inevitavelmente, na análise da sua obra (2001: 9). Le Goff tentou fugir a essa condição das biografias de grandes figuras na obra dedicada a Saint Louis, através de uma individualização da parte do texto especificamente dedicada à vida do Rei (1996: 23).

<sup>169</sup> A expressão, provavelmente inspirada pelo texto do historiador francês, é adoptada por duas das medievalistas que participaram na série biográfica do Círculo de Leitores (Ventura 2006: 7 e Vilar 2005: 8).

<sup>170</sup> Casos de Sardica (2005: 20 e 2009: 270) e de Bonifácio (2007: 244-7). A concepção da biografia como via de acesso à totalidade, de forma muito semelhante à abordagem que dela viria a fazer Le Goff, é explicitada em Mattoso 1988a: 42-3. Note-se, no entanto, que uma das razões para Geoffrey Elton rejeitar a biografia histórica, como já foi referido, foi precisamente a de considerar que esta não dava acesso ao conhecimento da “época” (1969: 123-4).

desempenho de determinados papéis sociais (como o de *rei*)<sup>171</sup>. Neste ponto, dever-se-ia lembrar que uma perspectiva individualista não permite, por princípio, avaliar o comportamento de uma pessoa em função do lugar que ela ocupa no sistema, uma operação que, em rigor, é própria do holismo metodológico. Mas esta contradição não é, por norma, resolvida. E o que domina é uma pretendida dissociação entre o actor social – neste caso, o *rei* – e o “homem” ou o “indivíduo”, que tanto serve abordagens cingidas à acção política como outras de carácter subjectivista sobre a intimidade (física e psíquica) da personagem biografada<sup>172</sup>. Em comum, observa-se a *acção* e procuram-se as suas *motivações*.

De um ponto de vista teórico, esta dissociação e a preferência dominante entre os historiadores por personagens ditas *notáveis* mais não faz do que sublinhar um paradoxo aparente, normalmente traduzido em termos práticos por um efeito expositivo que Charles Firth, o historiador da guerra civil inglesa, apelidou de “*sandwich*”: “um pouco de contexto, um pouco de existência individual, mais outra camada de contexto...” (cit. Loriga 1996: 229)<sup>173</sup>. A história geral passa a *mise en scène*, da justaposição caótica de capítulos sobre o panorama político do país em *Amantes dos Reis de Portugal* à demora na análise dos reinados que caracteriza a maioria das obras biográficas sobre monarcas portugueses. E porém, quando se lembra que a acção do rei D. Carlos é imposta pelo sistema político “como uma necessidade” (Ramos 2006b: 18) ou que, para Marcello Caetano, “não existia escolha entre ‘ir e não ir a Alcácer-Kibir’” (Valente 2002: 8),

---

<sup>171</sup> Não deixa de ser significativo que, na biografia que compôs de D. Carlos, Rui Ramos tenha fugido da abordagem intimista e, advogando a objectividade suportada pela documentação, se tenha limitado à observação do papel social desempenhado pelo monarca (2006a: 10) – algo que, no texto introdutório que pouco tempo depois dedicou às *Memórias* da rainha D. Amélia, o próprio considerou não ser necessário fazer, optando antes por um registo marcadamente psicologista (Ramos 2007: esp. 9, 19).

<sup>172</sup> Esta dissociação é explicitada por vários dos biógrafos de monarcas portugueses (v., a título de exemplo, Branco 2006: 9, 190, Fonseca 2005: 184, Martins 2010: 393-5, Ant. Oliveira 2005: 16-7; e, ainda, Morujão 2009: 225, 228-9), estando claramente na base de obras que, como *Amantes dos Reis de Portugal*, escrutam o lado privado das figuras régias. Abordagens de tipo intimista ou subjectivista foram assumidas, por exemplo, nas biografias de D. Dinis, Filipe III, D. Pedro IV e D. Pedro V compostas para a mesma série do Círculo de Leitores (respect., Pizarro 2005: 12-4, Ant. Oliveira 2005: esp.16-7, 100-30, Santos 2006: 142-212, 242, 247-69, com publicação da correspondência entre D. Pedro IV e Domitila – facto aplaudido por Lourenço, Pereira e Troni 2008: 234, n.119 – e Mónica 2005: esp.8); e, em declaração de intenções, também nos textos de M.F. Bonifácio dedicados ao “retorno da velha história” e ao género biográfico (1993: 627 e 2007: 243).

<sup>173</sup> Num sentido contrário, v. aquilo que diz M.F. Bonifácio sobre a capacidade que a narrativa tem de integrar “capítulos temáticos ou estruturais”, o que decorrerá da sua concepção de “grande personagem” como alguém que, não sendo “sintomático”, pode “abrir uma janela” sobre o mundo que habitou (1999a: 127 e 2007: 241, 247, 250). Por não ser possível ao observador construir uma biografia independente do sistema de relações em que o indivíduo se insere, falava Pierre Bourdieu (1986) na “ilusão biográfica”; v., ainda, Hespanha 2003a: 838-9, Le Goff 1996: 18, 21, e Loriga 1996: 210, 228, ou Mills 1959: 158-62, Pizzorno 1989b: 66, 2007b: 130-1, e Ferrarotti 1981: 73, sobre a relação entre o indivíduo biológico e os sistemas de crenças e informações em que ele se insere.

estão-se implicitamente a assumir, contra um pretendido individualismo metodológico, os limites que as condições sociais – configuradoras do papel, ou papéis, desempenhados pelos indivíduos – impõem à sua actuação<sup>174</sup>. Afinal, também eles *são feitos pela história* – ou, para me servir da paradoxal constatação de M.F. Bonifácio, afinal “a necessidade também preside às coisas humanas” (1999a: 109). Por, em simultâneo, afirmarem a liberdade individual e as constrações de estruturas e situações, se sujeitaram já a ampla crítica a metodologia individualista e a sociologia dos “efeitos perversos” de Raymond Boudon<sup>175</sup>, sociólogo de referência para a historiografia política conservadora. Esta, no entanto, parece continuar imune tanto às contradições que gera como àquelas que importa<sup>176</sup>.

Em geral, a superação destas contradições faz-se no próprio acto da escrita através da obliteração de referências teóricas, muito ao jeito de Ranke ou, mais recentemente, de Geoffrey Elton no seu *The Practice of History* (1969), o livro onde, basicamente, ensina os historiadores a desconfiarem de qualquer teoria. Mas precisamente por se concentrar em critérios essencialmente empíricos – aos quais, eclecticamente, vai hoje juntando algumas considerações em torno da fundamental narratividade do tempo humano –, a história de inspiração rankeana terá sido porventura, e algo ironicamente, a primeira a ignorar na prática a aplicação da teoria dos “efeitos perversos” à produção historiográfica. Talvez por se recusar a pensar sobre a natureza dos processos, não terá previsto sequer a possibilidade do imprevisível. E porém, as concepções fundamentalmente conservadoras sobre as quais se apoia deveriam ter sido suficientes, como ensina o pensamento reaccionário de Edmund Burke a Raymond Boudon ou Milton Friedman, para alertar para os perigos de qualquer proposta de revisão, reforma

---

<sup>174</sup> Deve sublinhar-se que, nos casos apontados, os limites da actuação excedem mesmo aqueles que o individualismo metodológico mais matizado de Raymond Boudon reconhece à “lógica de situação” (cf. Favre 1980: 1243-56), já que se referem directamente à definição mesma do papel social. De facto, e ironicamente, estarão bastante próximos do que o sociólogo francês considerava um dos paradigmas deterministas, o do “realismo totalitário” (Boudon 1977a: 240-2). Pizzorno, por sua vez, inclui casos como os citados no que designa como “modelo eclético” do “neo-institucionalismo” (2007b: 135-6).

<sup>175</sup> V., por exemplo, o texto lapidar de Pierre Favre em crítica aos argumentos que Boudon desenvolvera sobre o individualismo metodológico entre 1974 e 1977, publicados, nesse mesmo ano de ‘77, sob o título de *Effets pervers et ordre social* (Favre 1980: esp. 1248-56); nele se refere ao facto da sociologia dos efeitos perversos ser, “acima de tudo, uma sociologia determinista e não uma sociologia da liberdade” (*ibid.*: 1253), isto é, à circunstância de, para enfatizar o carácter *perverso* ou *indesejado* de um resultado, o sociólogo individualista ter tido de se socorrer de uma concepção – a “lógica de situação” – que é, na essência, restritiva.

<sup>176</sup> Na importação da metodologia individualista pela história, a consciência desta contradição parece reflectir-se na necessidade de distinguir entre “influências”, ou “constrações”, e a “determinação” da acção por factores ditos extrínsecos (p.ex. Roberts 1998: 131). Mas a linha divisória, a existir, permanece indefinida. Esta contradição, note-se, desaparece em concepções não-dicotómicas da realidade, como no caso da micro-história.

ou destruição do “paradigma” dominante<sup>177</sup> (assim descrita a produção historiográfica dita “cientista” dos séculos XX e XXI). Ou não se o tinha já visto antes na contribuição decisiva do revisionismo de Ranke para o estabelecimento da história como disciplina científica?<sup>178</sup>

Em nome da natureza empírica do trabalho historiográfico, abandona-se a sua dimensão reflexiva. E a história torna-se, mesmo que a despeito do programa autonomista inscrito na recuperada história política, campo de predação. Nesta não dominam já os sistemas interpretativos globais, nem as categorias operativas que foram sendo forjadas ao longo do último século, mas uma lógica – dir-se-ia totalitária – a que com nítido pesar se referia M.F. Bonifácio há mais de uma dezena de anos atrás: a do mercado, onde quase não há “margem para escolhas políticas” (1999b: 27-8). Ao constatar o diminuto interesse conferido à história “do ponto de vista político”<sup>179</sup> nos dias de hoje, algo que na prática, como já o havia feito G.R. Elton para o caso britânico (cf. Skinner 1987: 23-4), confirmava a falência do projecto *cívico* da “velha história” – assumida desde a base como a única verdadeira e aquela capaz de dar resposta às solicitações de um público que se cria empenhado nas questões do governo da *polis*<sup>180</sup> –, a historiadora portuguesa acabava por dar implicitamente razão ao que M.M. Postan enunciara algumas décadas antes: que a selecção de temas feita pelo historiador político “é determinada pelas preocupações políticas e teóricas dos séculos passados” (cit. Rowland 1978: 62)<sup>181</sup>, e que, por isso, tem muitas vezes pouco a ver quer com as preocupações actuais quer com o tipo de público a que a historiografia, enquanto exercício comunicativo ou “interpretação de segundo grau” – para usar a formulação de Pizzorno (1989b) –, se dirige. Foi precisamente a constatação daquilo que separa o actor do observador distanciado (isto é, não implicado na acção) que conduziu o sociólogo italiano a distinguir entre *teoria da acção* e *teoria explicativa*, ou seja, entre as

---

<sup>177</sup> V. *supra* nota 12.

<sup>178</sup> Não será despreciando o facto da historiografia de pendor tradicionalista, na sua cruzada contra o “cientismo”, obliterar o papel fundador de Ranke na atribuição de um estatuto de ciência à história (cf. Stone 1979: 5 e Catroga 2003: 130).

<sup>179</sup> A expressão foi retirada de Ramos 1991.

<sup>180</sup> V., a partir das teses de Himmelfarb e de Leo Strauss, Bonifácio 1999a: 82-3 e 1999b: 26-8, e Ramos 1991: 39-42.

<sup>181</sup> M.M. Postan, “History and the Social Sciences” [1936], in *id.*, *Fact and Relevance*. London / New York, Cambridge University Press, 1971, p.17. Referindo-se ao problema da natureza das fontes históricas no seu famoso texto sobre a micro-análise, também Grendi considerou necessário chamar a atenção para o facto dos objectivos do historiador actual serem inevitavelmente diferentes dos daqueles que produziram esses registos (1977: 508).

operações intelectivas implicadas na “compreensão” e na “interpretação”, nesta distinção baseando a crítica sistemática que dirige às metodologias individualistas<sup>182</sup>.

Aquilo a que Pizzorno, como os mais críticos da sociologia compreensiva de Max Weber, chamou a “ilusão de familiaridade cognitiva” (1996: p.ex. 254, 274)<sup>183</sup> ou que, ao invés, os menos crentes na cientificidade do estudo da acção humana reelaboraram sob a forma de *empatia* ou de *simpatia intuitiva*<sup>184</sup>, e que subjaz à rejeição da cientificidade da história pelo narrativismo mais radical, lança uma ponte entre os produtores de discurso político e historiográfico do presente e do passado – mas deixa de fora o segundo elemento central na comunicação do saber constituído nessa relação, isto é, o seu *público*. Este, de facto, parece ferir o círculo hermenêutico. É em contradição com uma presumida relação empática e/ou intelectualiva que consideram exclusiva de um muito restrito universo de pensadores e *homens* de acção – assim, desde logo e assumidamente, excluindo as *mulheres*<sup>185</sup> – que os cultores da “velha história” reconhecem o contacto com o “grande público” como *a vocação de sempre* da história (Ramos 2009: ii). Com efeito, o *público* torna-se aqui um elemento de instabilidade. A menos que, como M.F. Bonifácio fez logo no seu primeiro ensaio de teorização da “velha história”, também se o limite, com antecipação, a um “público culto” (1993: 628-30). Mas, então, o círculo fechar-se-ia definitiva e estaticamente sobre si próprio. Pressupondo-se como necessários todos os termos, ou sujeitos, do

---

<sup>182</sup> Pizzorno reserva a noção de “compreensão” para os observadores participantes, cujo fim é o de interagir com uma acção, e a de “explicação” – característica do saber organizado – para os observadores implicados na sua comunicação a terceiros (1989b: esp.71-83, 1996: 262, 274, 2007b: 171 e 2007c); no mesmo sentido, compare-se esta perspectiva com a diferença que Bourdieu estabelece entre “*savants*” e “*agents agissants*” (1995: 115).

<sup>183</sup> Ou “um falso sentido de familiaridade com o passado”, de que fala Pomata (1990: 368). V., ainda, Hespanha 1991: 14-8, 1998: 25-8 – onde cita Bartolomé Clavero, *Antidora: Antropologia católica de la economia moderna*, Milano, Giuffrè, 1991, p.2 –, 2003a: 838 e 2009: 219-20; e, sobre as limitações de uma noção radicalizada, ou identificativa, de “compreensão”, Veyne 1971: 119-22.

<sup>184</sup> V. Bonifácio 1999a: p.ex. 85-8, 103-4, em referência a Isaiah Berlin.

<sup>185</sup> Gianna Pomata chama a atenção precisamente para o facto, atestado na literatura setecentista e oitocentista de Mary Astell a Jane Austen, das obras historiográficas dedicadas às questões político-militares segundo o modelo clássico não serem dirigidas a um público feminino. Daí derivaria, em grande parte, a sátira dirigida pelas romancistas à produção de volumes ou manuais de história (Pomata 1990: 341-6, com referências a Astell, *The Christian Religion as Profess'd by a True Daughter of the Church of England*, London, 1705, 292-3, e a Austen 1818: 123-4). Que o público da história dita tradicional era, e em grande medida ainda será, masculino, se mostra ciente o programa da “velha história”, ao promover, através de uma narrativa das acções “dos *homens*”, uma abordagem judicativa e exemplar que sirva “a formação moral dos indivíduos e [...] a formação cívica e política dos *homens públicos*” (Bonifácio 1999b: respect. 19, 26(cit.)-8; subl. meus). A crítica que M.F. Bonifácio dirige contra a história das mulheres – como “marginais” – assenta nesses mesmos pressupostos: “[...] o absoluto relativismo cultural reivindicado por minorias em guerra pela sua afirmação política na Academia, exemplificado pela proliferação agressiva da ‘gender history’, relegou o debate sobre a natureza, os meios e os objectivos da investigação histórica para o reino das *ninharias* [...]” (1999a: 52; subl. meu).

discurso historiográfico – actor, historiador, público –, esse espartilhamento equivaleria a considerar, entre as *peçoas* do pressuposto metodológico enunciado por Luc Boltanski – o de “levar as peçoas a sério”<sup>186</sup> –, umas mais *gente* do que outras.

Presumamos, mesmo assim, apesar da disjunção aparente entre os interesses mais prosaicos da sociedade de consumo e as preocupações mais elevadas da história política, a possibilidade de uma relação cognitiva ou empática entre os actores de ontem e os actores de hoje, uma “osmose afectiva” ou mesmo o que, mais radicalmente, Denis Crouzet denomina como uma “tensão identificativa”<sup>187</sup> – novamente se pergunta: serão as grandes personagens, como os reis e as rainhas, os melhores elementos para que tal relação se produza com o “grande público”? Talvez por isso opusesse Hobsbawm a “descoberta da coesão lógica interna de sistemas de pensamento e comportamento”, o tal “dom da teoria” que se propunha restituir aos homens do passado, a questões de “empatia histórica” ou de “psicologia social” (1978: 245; subl. meu). O tipo de incongruência aqui sugerido – que é, afinal, da mesma natureza daquela que observamos na noção limitativa de *respeito* pelos actores do passado segundo Himmelfarb e os seus seguidores – resulta de uma concepção fundamentalmente elitista da cultura e da sua contradição com um postulado básico na *compreensão* do *outro*: o de uma racionalidade universal, reflectida no *sensu comum*.

Essa racionalidade, na qual se funda a assunção da possibilidade de uma relação empática entre sujeito e objecto do conhecimento, é, no entanto, como argumenta Robert Rowland, “empiricamente indemonstrável” (1987: 33). Atribuimos racionalidade ao *outro* na medida em que nas suas reconhecemos as nossas próprias *razões* ou *motivações* – uma imputação *ad hoc* que, identificando as causas (finais) da acção nas razões do actor para a concluir, é, na essência, teleológica e circular, assim, logicamente, dispensando a *explicação*. Era, precisamente, a consciência dos limites desta circularidade de natureza hermenêutica, a qual pressupõe que a “comunicação intersubjectiva de sentidos racionalmente inteligíveis” se processe dentro de uma mesma matriz cultural (Rowland 1985: 87(cit.) e 1987: 32; Pizzorno 1989b: 66 e 2007b: 161-2), que já na sociologia weberiana tinha conduzido à procura da explicação em

---

<sup>186</sup> Luc Boltanski, *L'Amour et la justice comme competences: Trois essais de sociologie de l'action*, Paris, Métailié, 1990, cit. Cerutti 2004: 29.

<sup>187</sup> Este subjectivismo assumido de Crouzet, manifesto na entrevista realizada a Natalie Zemon Davis, foi prontamente rejeitado no mesmo sítio pela historiadora norte-americana (Davis 2004: 121-2).

factores extrínsecos quando essa comunicação não fosse possível<sup>188</sup>. Um número significativo de sociólogos, antropólogos e historiadores continua, no entanto, a ver nesse pressuposto de uma racionalidade partilhada, mesmo que matizado em termos de uma concepção da uniformidade dos processos cognitivos, uma condição necessária da *compreensão* – conquanto dele não faça depender a *explicação*. Demarcam-se, assim, do relativismo exacerbado (ou “irracionalismo”, segundo alguns) que é marca frequente das propostas pós-modernistas, especialmente as de filiação geertziana. Como em Giovanni Levi – cuja noção de “racionalidade limitada”, operante nas diversas realidades observadas e detectável através dos comportamentos, se subtrai à lógica de raiz economicista da *intenção-efeito* por trás das teses de Weber –, é o postulado de uma racionalidade universalmente partilhada que evita a fragmentação inapelável do real numa infinidade de interpretações ou representações culturais, assim se afirmando quer a possibilidade da sua comparação (ou seja, a sua formalização através do princípio da *analogia*), quer a sua *facticidade* (1991: 122ss).

A minha opinião é, antes, a de que é, precisamente, a identificação dos processos cognitivos uniformes aquilo que permite aceitar o relativismo cultural e, ao mesmo tempo, recusar o relativismo absoluto de quem restringe o conhecimento da realidade ao ponto de fazer deste o jogo infinito e gratuito da interpretação de interpretações. (*Id., ibid.*: 122)

Dado o peso reservado por este tipo de argumentação, ferozmente crítica do pós-modernismo e/ou do narrativismo radical inspirado por Hayden White, à ideia de uma realidade objectivável e irreduzível às suas interpretações – mesmo não descartando, em termos quer heurísticos quer metodológicos, o papel construtivo do observador –, é difícil não estranhar a sua ausência no discurso dos historiadores políticos mais apegados à noção de *facto* e ao primado da reconstituição empírica. Mas seria, talvez, colocar mal a questão, ou esquecer que, sob a definição de critérios de racionalidade, se encobrem tanto os riscos de *relativismo* como, nos seus antípodas, os de *etno-* ou de *socio-centrismo*. São estes, de facto, que encontramos na adaptação da sociologia compreensiva de Weber aos pressupostos de base da história política tradicional.

---

<sup>188</sup> V. Rowland 1987: 32 e Hespanha 1998: 29-31, este sobre o caso concreto do estudo de povos não-europeus ou não-ocidentais; ou ainda, na direcção oposta, a crítica de Rui Ramos às limitações impostas por Weber ao modelo *compreensivo* (1991: 35-6). Seria, em todo o caso, interessante perceber em que medida referências de tipo contextual ou situacional, mesmo na historiografia mais avessa aos modelos explicativos, perfazem esse mesmo papel de busca de um sentido extrínseco à acção; v., a este propósito, Hespanha 1991: 19.

Himmelfarb, por exemplo, dedicou-lhe parte significativa da sua reflexão. Começou por rejeitar, como princípio, o postulado ontológico da uma Razão universal – uma metaracionalidade –<sup>189</sup>, que designou como hegeliana (1984: 21)<sup>190</sup>. Sublinhava, assim, uma constatação óbvia, implicada na noção weberiana de *Verstehen*, isto é, de que só o *mesmo* é compreensível, mas desta feita relegando para o domínio do *irracional* tudo aquilo que ficasse fora do círculo hermenêutico predefinido. Assim o assumia a historiadora norte-americana, em referência a Elton e em tom voluntariamente provocatório, ao descrever como negações da racionalidade humana as escolhas ou preocupações da “nova história” – fosse ela social, antropológica, psicanalítica, estruturalista, das mentalidades, oral, “populista” ou “engagé” (*ibid.*: 21-2)<sup>191</sup>. Onde, depois disto, cabe a *empatia*, é difícil dizer. Desse universo acauteladamente restrito de experiências partilhadas, ainda que por necessidade inscrito numa concepção de *natureza humana* comum em que se baseassem as relações interpessoais e a comunicação empática, fariam parte actores e pensadores políticos, cuja racionalidade (materializada nas leis, constituições e instituições que organizam *racionalmente* a sociedade) o historiador partilharia (*id.*, *ibid.*: 19-21; Ramos 1991: 33).

Trata-se, é evidente, aproveitando uma expressão cara aos historiadores tradicionalistas, de uma muito limitada acepção de *sensu comum*. Sobretudo, *socialmente* limitada. Não é, de resto, difícil ver nesta postura de marca elitista, pelas restrições que impõe à noção de racionalidade e, logicamente, de *compreensão*, uma

---

<sup>189</sup> Esta definição de princípio não é tão clara noutros autores. M.F. Bonifácio, por exemplo, ao mesmo tempo que adopta uma concepção assumidamente restritiva de racionalidade – cingindo a um grupo muito limitado as possibilidades de comunicação, de compreensão ou de relação empática –, facilmente remete para a universalidade dos “princípios de inteligibilidade” e das “categorias de apreensão” comuns “a uma civilização humana através dos tempos” (1999a: 82(cit.)-6, 107; subls. meus). Que se trata de uma matéria que, em larga medida, ultrapassa as competências específicas do historiador nos dá conta a própria autora, quando, referindo-se a essas mesmas “categorias do entendimento”, afirma não saber “quais são nem a que nível cognitivo se situam” (*ibid.*: 82).

<sup>190</sup> A aversão de Himmelfarb por Hegel não deverá ser estranha à crença do filósofo alemão nas potencialidades reformistas, quando não revolucionárias, da Razão, algo que o pensamento conservador obviamente não subscreve. Veja-se o caso da reacção de Hegel, enquanto jovem, à Revolução Francesa, tal como foi descrita por Hirschman (1991: 160).

<sup>191</sup> V., também a propósito de Elton, Roberts 1998: 133. Por, de alguma forma, esta postura *desencarnar* os actores sociais, muito à moda da *Rational Choice*, é fácil encontrar entre os defensores da “velha história” a sua contradição, mesmo que não formulada enquanto tal. É o caso, por exemplo, de Vasco Pulido Valente quando, precisamente referindo-se ao desinteresse da “nova história” pelo indivíduo, a responsabiliza pelo desaparecimento da “*irracionalidade* e [...] materialidade da vida” (2001: 9; subl. meu); ou de Maria de Fátima Bonifácio ao falar na *compreensão* e na *empatia* como “um exercício subjectivo por excelência e de *racionalidade duvidosa*” (1993: 627; subls. meus). Talvez partindo de um pressuposto semelhante, mas num sentido claramente distinto, se tenha referido Ferrarotti à “psicologização” dos factos sociais “duros” (Durkheim) no método biográfico como sinal do triunfo do *irracionalismo* nas ciências sociais (1981: 70-1).

espécie de réplica daquilo que, num contexto que é objecto preferencial de estudo da “velha história” – o do Liberalismo oitocentista –, constituiu uma limitação do conceito de *cidadania* (e de *indivíduo*) por facções políticas desafectas à sua generalização absoluta. Pelas mesmas razões, falava Ferrarotti numa espécie de “fetichismo intelectual”, no qual se apoiaria a conservadora “nostalgia de uma sociedade de poucos” (1981: 74, 101), e no qual, de resto, provavelmente se revê a noção ambígua, imprecisa e saudosista de “antigamente” – designando o tempo idealizado da historiografia ocidental – a que a historiadora M.F. Bonifácio recorre (p.ex. 1999b: 26-7). Mas em termos das contradições de tipo teórico e metodológico que gera, o pressuposto resumido pela historiadora portuguesa de que a história “reza dos homens, dos ricos, dos poderosos e dos letrados” não é tanto “politicamente incorrecto” – para usar o eufemismo de J.M. Sardica – como historicamente falacioso ou, na já entretanto reformulada acepção de José Mattoso, “muito deturpante” (respect., Bonifácio 1999a: 93, 1999b: 19; Sardica 2007: 1095; Mattoso 1988b: 15)<sup>192</sup>. Parece óbvio que esta racionalidade, dita “pragmática” por oposição a “universal” (Himmelfarb 1984: 21), releva muito menos do *respeito* pelo *outro* do que do *respeito*, identificativo, pelo *mesmo*. Um *mesmo* ilusório no entanto, se bem que respaldado numa concepção de racionalidade conscientemente elitista, que não assume quer a lógica distância que irremediavelmente separa o campo de acção dos agentes observados daquele do observador, quer o facto da linguagem utilizada na comunicação dos resultados dessa observação ser partilhada pelo historiador com o seu auditório e não com o sujeito da acção observada<sup>193</sup>. Está, com efeito, muito perto das teorias sociológicas de fundo

---

<sup>192</sup> Atente-se naquilo que afirmava José Mattoso, no texto de apresentação da História de Portugal por si coordenada, a propósito da historiografia oficial prevalecente em Portugal até 1974 – e notem-se as semelhanças do descrito com o actual programa da “velha história”: “A história era, nesta perspectiva, a dos reis e dos seus ministros, a das guerras nacionais conduzidas pelos soberanos, a dos tratados internacionais por eles assinados, a dos seus decretos, reformas e obras públicas, a do direito e instituições por eles promulgados ou sancionados. *A história que Bloch e Febvre com razão recusavam* era a dos monumentos que o Poder sempre tinha erigido a si próprio” (1992: 12; subls. meus). Esta posição foi recentemente revista pelo próprio, tal como se depreende da entusiástica recepção que dedicou à história nacional agora editada pel’A Esfera dos Livros – e à sua leitura inequivocamente política e elitista – num texto de opinião expressivamente intitulado “Uma história de Portugal *para o nosso tempo*” (2010; subls. meus).

<sup>193</sup> Desta distância, que é também, em suma, a da localização e grau de informação dos pontos de vista dos *sujeitos da acção* e dos *sujeitos do conhecimento*, parecem no entanto cientes alguns dos autores mais tocados pela concepção tradicional da história política, ao reconhecerem – mesmo que timidamente – no domínio dos dados *post facto* a situação diversa, se não mesmo privilegiada, do historiador na reconstituição e visão dos acontecimentos passados. Nesta ideia, de resto, baseiam parte da sua argumentação em torno das potencialidades intrinsecamente ‘explicativas’ da construção do enredo numa narrativa histórica (p.ex. Bonifácio 1999a: 72, 100-1, onde chega a afirmar, remetendo para Ricoeur, que o historiador pode acrescentar “*conceptualizações* modernas que eram *ignoradas* pelos agentes históricos” (subls. meus)). As consequências ficaram por retirar.

neoliberal o pressuposto da congruência (racional) entre *intenção* e *efeito* de que parte a perspectiva individualista da “velha história”. Entenda-se: o pressuposto de que a *intenção* expressa, e registada, é a única instância do que é enunciado<sup>194</sup>. Ao observador restará descobri-la, ou revelá-la.

Talvez resida na presunção da (potencial) transparência das intenções ou das motivações dos actores o maior sucesso das teorias da acção racional entre contemporanistas – o encurtamento da distância temporal tornando-se correlato de uma presumida “coincidência” ou “familiaridade cognitiva”<sup>195</sup>, quando não *emocional* ou “*sentimental*” (Hespanha 1991: 14-5). O círculo hermenêutico torna-se aqui um círculo de identificação retrospectiva, onde domina uma assunção fundamentalmente *moral* de racionalidade<sup>196</sup> e o juízo se substitui à função crítica que o século XX imputou ao historiador. Aos perigos evidentes de anacronismo e/ou de etno- e socio-centrismo contidos nesta acepção de racionalidade se contrapuseram já formulações alternativas, estas de facto “pragmáticas”, como as de “*aceitabilidade*” (“*rational acceptability*”) em Skinner (1988: esp.51-6)<sup>197</sup> ou de “*compreensibilidade*” em Pizzorno (2007b: 169)<sup>198</sup>. No campo historiográfico, propôs a micro-história – representada, neste caso, por Levi – , como pressuposto fundamental na investigação, a busca de uma racionalidade *diversa*

---

<sup>194</sup> Teorias sociológicas de filiação neoliberal são as da *Rational Choice* ou, mais matizadamente, aquelas que assentam no conceito de “intencionalidade”. Esta noção, precise-se, tal como foi desenvolvida por Boudon (1977a: 188 e 1977c: 12), consiste em grande medida numa reelaboração da “*purposive action*” de Merton (1936). V., como casos ilustrativos no domínio da história tradicionalista, Roberts 1998: 133, Bonifácio 1999a: p.ex. 101-4 e 1999b: 25, e Sardica 2005: 22. A desmontagem do pressuposto em que estas teorias se baseiam, o da congruência entre *intenção* e *efeito* – ou o de uma racionalidade assente nas intenções dos actores – já foi feita em contextos diversos, como se pode ver em Hespanha 2003a: 829-33, Koselleck 1986b, Pizzorno 1989b: esp.63-70 e 2007b: 152-72, e Skinner 1972: 138-44 e 2002a (onde salienta a necessidade de se distinguir entre *motivos* (*motives*) e *intenções* (*intentions*), estas directamente dependentes de elementos contextuais).

<sup>195</sup> No mesmo sentido, acrescenta Alessandro Pizzorno que a “exigência de familiaridade cognitiva” é o motivo pelo qual o conceito de *intenção* é aquele a que a “psicologia popular” – ou o *senso comum* – primeiro recorre (1996: 274). Esta impressão de familiaridade, ou de identidade, como via para o conhecimento (de si *mesmo*) foi lapidar e radicalmente formulada por Rui Ramos, ao lamentar o facto de não ser “fácil estudar um rei [ou “compreender *exactamente* o que foram as monarquias do passado”] depois da transformação democrática a que a Europa se viu sujeita” no pós-guerra (2006a: 9-10); ou, ainda, por Maria de Fátima Bonifácio, quando afirmava que, *porque fazem a história*, os homens devem conhecê-la melhor do que aos processos ou entidades naturais (1999a: 85; v. ainda, *ibid.*: p.ex. 85-7, 103-4).

<sup>196</sup> V., para um caso especialmente ilustrativo e, de resto, em referência às teses de H. White sobre a narrativa histórica, *id.* 1999b: 23-5.

<sup>197</sup> É esta concepção de racionalidade que Skinner propõe como alternativa àquelas mais restritivas, de inspiração weberiana, de Martin Hollis.

<sup>198</sup> Lê-se: “[...] o juízo de racionalidade não é um juízo moral, é um juízo de compreensibilidade” (Pizzorno 2007b: 169). Essa inteligibilidade é, para Pizzorno, situacional ou contextual, “temporária”, ou sempre relativa ao juízo de racionalidade determinado pelo observador. Concebida essencialmente do ponto de vista da “recepção”, ela poderia constituir o núcleo de uma teoria *contextualista* por oposição a uma *intencionalista*, dominante entre os adeptos de metodologias centradas na acção individual (*ibid.*: esp.114, 169-72, 191, e 2007c: esp.31).

(universalmente partilhada, situada nas tentativas e nas hesitações mais do que nos efeitos, por isso observável através dos *comportamentos*), da qual nenhum tipo de prática ficasse excluído (1985: 5-6, 1989: 1333-4 e 1993: 24-5)<sup>199</sup>. O problema não era, para me socorrer aqui do pós-estruturalismo de Scott, o da *acção* ou da *agencialidade* em si, mas o dos limites da *teoria liberal da acção*, assente na presunção da total autonomia, racionalidade e autodeterminação dos indivíduos (1991: 73, n.40). O debate que se lhe seguiu tem sido profícuo, não lhe sendo estranha a centralidade – polémica – que a noção de “estratégia”, mesmo que reformulada, ganhou na metodologia individualista adoptada por micro-historiadores. Já antes nos referimos à revisão de conceitos e categorias operada pela história social. Em Simona Cerutti, a concepção de uma natureza *interpretativa*, e não exclusivamente *manipuladora* ou sequer *intencional*, da acção visa, precisamente, contrapor ao anacronismo intrínseco da “racionalidade estratégica” ou “instrumental” – já que necessariamente retrospectiva (2004: 25-9) –<sup>200</sup> o *respeito* pelo *outro* que a recuperação do indivíduo como categoria analítica tanto apregoa. E no entanto, talvez seja pertinente perguntarmo-nos em que medida a precisão epistemológica contida nesta discussão se adequa ao propósito vastamente alardeado do contacto com o “grande público”. Será o anacronismo um pecadilho menor, uma consequência inevitável da comunicação empática estabelecida entre actores do passado e leitores do presente?

## V. Dos leitores

---

<sup>199</sup> V., ainda a propósito de Levi, Revel 1989: xv, xxii-xxiv. Entre os micro-historiadores, a centralidade da análise dos comportamentos contraria pela raiz o pressuposto – comum nas teorias da acção individual (Boudon 1977a: 235) – de que o exercício analítico, por obliterar as intenções, depende de esquemas deterministas. Por outro lado, a observação dos comportamentos permite evitar o excesso ou a ilusão de coerência, fundada na observação dos resultados e característica da reconstituição de tipo biográfico (Bourdieu 1986, Le Goff 1996: 18, 21, Loriga 1996: 210, 228-30); também por isso, é a biografia apenas uma de entre as diferentes estratégias adoptadas pelos micro-historiadores, o que por exemplo explicará por que é que, tratando-se aparentemente *L’eredità immateriale* de Giovanni Levi de uma história de vida, a sua personagem principal muito cedo desaparece do livro (v. Revel 1989: xvii-xix).

<sup>200</sup> Para Cerutti, ao contrário de Levi (p.ex. 1989: 1326), o anacronismo inscrito na noção de “estratégia” é de facto *necessário* (isto é, *inerente*) e não apenas *potencial*, o que explica a crítica que desenvolve contra a sua aplicação; ainda sobre as implicações “hiper-racionalistas” da noção de estratégia utilizada por alguns micro-historiadores, v. Grendi 1994: 229 e Ago 2006: 242.

[...] aos impulsos do alto devem juntar-se, ainda, as solicitações que de baixo atingem os historiadores, em função de uma procura social difusa e alimentada por um repertório consagrado de história popular [...] repleta de grandes homens e episódios célebres.

(Giovanni De Luna, *La passione e la ragione*, 2004, p.74)

Apesar de lugar de eleição preferencial do novo narrativismo, não é exclusiva da história contemporânea a noção de que, através da comunhão racional, se pode aceder às motivações dos actores plasmadas na documentação<sup>201</sup>. Mau grado todos os apelos à *reflexividade* do historiador<sup>202</sup>, a discussão em torno da dimensão necessariamente construída do facto histórico<sup>203</sup> e as chamadas de atenção para a projecção sobre o passado de categorias actuais<sup>204</sup>, esse postulado de uma racionalidade universalmente partilhada – conquanto, com cautela, alguns autores utilizem uma noção de “universo” significativamente restritiva – tem sustentado uma crescente e popular produção historiográfica na qual, hoje, avultam as obras de tipo biográfico. O risco é evidente, já que o recurso a noções de *senso comum*, ou seja, a categorias cognitivas naturalizadas, alimenta o automatismo e a identificação retrospectiva, em limite anulando o trabalho

<sup>201</sup> A preferência pela paráfrase ou mesmo pelas citações “mais longas do que a ortodoxia manda”, como vias privilegiadas de acesso ao passado, é explicitamente assumida por Maria Filomena Mónica (2005: 7) – a quem pertence a observação – e por Pulido Valente (p.ex. 2001: 11). Uma abordagem teórica diametralmente inversa, referida à opacidade da própria teoria da acção, ou das suas motivações, para os actores mesmos e, em segundo grau, para os seus observadores, pode ser encontrada em Pizzorno 1989b: 72 e 2007b: 162.

<sup>202</sup> A noção é, aqui, emprestada de Bourdieu (1995: 115-6, 121); v., em sentido idêntico, sobre a necessidade do historiador empreender um exercício (auto-)reflexivo, Hespanha 1991: 19. Do lado da “velha história”, a oposição é inequívoca: “O historiador não tem que tentar eliminar-se ou intrometer-se; deixem-no ocupar-se da escrita da história e esquecer a importância da sua psique” (Elton 1969: 96).

<sup>203</sup> Para o carácter construído da fonte – embora, ao contrário das posições radicalmente relativistas, salvaguardando a plausibilidade e verosimilhança da reconstituição historiográfica – se tem vindo a chamar insistentemente a atenção: desde E.H. Carr (cujo *What Is History?*, publicado em 1962, Robert Rowland diz que “alvorçou o pacato e insular meio historiográfico inglês”) à *Begriffsgeschichte* de Koselleck ou à micro-história italiana; v., respectivamente, Rowland 1978: 60-2; Koselleck 1973: 111-2, 2001: 213, 218-9, e White 2002: x, xiii-xiv, em referência ao teórico alemão; Grendi 1977: 507-8 (onde fala das fontes como abstrações do real) e Ginzburg 1999: esp.44-9 (sobre as potencialidades analíticas da distorção dos testemunhos). É, de resto, a consciência da construção do objecto em história que leva Jacques Revel, em citação a Jean-Claude Passeron, a falar de um “regime de cientificidade” comum e específico das ciências sociais (J.-C. Passeron, *Le Raisonnement sociologique: L'espace non poppérien du raisonnement naturel*, Paris, Nathan, 1991, cit. Revel 1995: 81; v., ainda, Bédarida 1995: 140, em tributo a Raymond Aron).

Do lado do narrativismo tradicional, o pressuposto da *construção do facto histórico* é invariavelmente tido como sinónimo, negativo, de *relativismo*; v., a título de exemplo, Ramos 1991: 36-8, contra o ‘construtivismo relativista’ de Weber, e a crítica a Hespanha (1991) em Bonifácio 1999b: 16-7. A referência clássica continua, aqui, a pertencer a G.R. Elton, o qual, especialmente contra Carr, afirma a objectividade do facto histórico por oposição à natureza “artificial” ou “construída” do objecto das ciências naturais (p.ex. 1969: 47-50); neste sentido, a intervenção do observador, na selecção de temas e na reordenação dos factos, não é considerada estruturante (*ibid.*: 94-96; e, ainda, Bonifácio 1999a: 81, 96, 100-1).

<sup>204</sup> Hespanha 1991: 14-5: “As categorias [...] da ‘razão’, mas também as do sentimento e as impensadas categorias da prática [...]”; v., no mesmo sentido, 2003a: 838.

crítico do investigador. Isto é, um trabalho sobretudo atento à *diferença* (cultural, contextual, temporal)<sup>205</sup>, por oposição à tendência *uniformizadora* (e, neste sentido, a-histórica) de um discurso de auto-identificação. Que o uso e abuso de conceitos anacrónicos (caso de “amante” no livro de Lourenço, Pereira e Troni), muitas vezes com evidente conotação moral (vejam-se, ainda, expressões como “boa esposa” ou “boa mãe”<sup>206</sup>, para permanecermos no mesmo território), se tenha tornado marca deste género histórico-literário não é, assim, difícil de perceber. Mesmo quando na mão de historiadores.

Aqui, a história torna-se, de facto, o domínio do *senso comum*, elevado a pressuposto teórico e metodológico. O lugar onde a ideia de uma “essência do ser humano” anula a distância que nos separa dos sentimentos e dos valores dos nossos antepassados (Duarte 2009: 59-60)<sup>207</sup>. Neles identificamos a “*unchanging person*” de que fala o antropólogo Maurice Bloch, ao caracterizar a memória histórica (ou “*semantic memory*”) como forma de *imaginar* – termo que deveria agradar aos narrativistas políticos – não apenas o mundo exterior mas a própria natureza dos sujeitos do passado (1992: 81). Entendemos no sentido e na medida em que nos revemos, o que, inevitavelmente, também levanta a questão de saber para o que isso – ou seja, a história – nos serve<sup>208</sup>. Para nos dizer “em que é que os outros nos precederam”, em vez de “em que é que os outros – outros no tempo e na geografia – puderam ser diferentes de nós” (Pizzorno 2007a: 103-4)? A *empatia*, no entanto, é um recurso literário sobejamente conhecido. Em muito mais de um sentido, a esterilidade (explicativa) inerente a este tipo de postura anti-teórica – que, em última análise, põe em causa o estatuto académico

---

<sup>205</sup> Sobre a actividade crítica de integração da *diferença* em moldes explicativos, v. Ago 2006: 242-5; Pizzorno 1989a, 2007c: 37-40 e 2007d; e Veyne 1976: esp. 13-4. No mesmo sentido se referia Gianna Pomata ao “efeito de estranhamento”, por oposição àquele “de real”, como “um aspecto essencial de um conhecimento histórico genuíno” (1990: 368; v. Pizzorno 2007a: 103-4, em referência à mesma autora); e Grendí falava da “percepção da alteridade da experiência passada, do passado como ‘um país estrangeiro’, como uma boa garantia de precisão exegética” (1994: 232(cit.), 1981: 74). É sugestivo que, utilizando a mesma referência à citação de L.P. Hartley – a qual, de resto, serviu de título à obra de David Lowenthal, *The Past Is a Foreign Country* (1985), sobre a noção mesma de *passado* –, os autores da *História de Portugal* publicada pela Esfera dos Livros lhe tenham dado um sentido substancialmente diverso: “para quem limita os seus horizontes à actualidade e aos seus mitos e valorizações, nenhum passado parecerá por vezes tão *estrangeiro* como o do *nosso* próprio país. Daí a importância do seu estudo” (Sousa, Monteiro e Ramos 2009b: xviii; subls. meus).

<sup>206</sup> V. *supra* nota 63.

<sup>207</sup> A referência a Luís Miguel Duarte neste ponto parece-me fundamental, já que se trata – no âmbito da colecção biográfica da *História dos Reis de Portugal* patrocinada pela Academia Portuguesa da História – não só de uma rara e inesperada incursão na problemática do género biográfico, mas de uma posição claramente divergente da abordagem *compreensiva* dominante em obras deste tipo.

<sup>208</sup> Uma interrogação semelhante sobre a pertinência das metodologias individualistas nas ciências sociais pode ser encontrada em Pizzorno 2007c: 39.

da história enquanto saber formalizado – foi assimilada, e reformulada, por aqueles mais atentos às expectativas do “grande público”. Em Portugal, uma parte significativa do discurso em torno quer do regresso da narrativa e do sujeito quer do predomínio do *sensu comum* como chave compreensiva – banalizando uma relação de facto complexa entre estratégia narrativa, construção biográfica e história política – serviu menos uma reflexão (escassa e limitada a um número muito reduzido de autores) sobre a natureza do conhecimento histórico e da prática historiográfica do que uma voluntária assimilação à literatura, sobretudo do ponto de vista dos dispositivos de acesso a um público muito mais alargado que o académico. A empresa, já o dissemos, é arriscada, desde logo na sua formulação teórica. Mesmo que especialmente em termos institucionais<sup>209</sup>, pugnar pela autonomia da história face à fragmentação e multiplicação do(s) seu(s) objecto(s) e método(s) de abordagem – o que para alguns autores não é necessariamente sinal de uma “crise”<sup>210</sup> – e à invasão do seu terreno tradicional pelas ciências sociais através da aproximação a uma área contígua como a literatura não é, seguramente, garantia de sucesso.

Do reencontro, que não o teórico, da história com a literatura, serve de exemplo a actual proliferação de obras biográficas em que historiadores e outros predadores – profissionais também, mas de outras actividades – terão visto a chave para a sua pública *visibilidade*. Esta, no entanto, tem-se obtido sobretudo à custa de duas estratégias, mais ou menos voluntárias e intimamente relacionadas, que afectam profundamente a própria definição do papel académico e social, ou cívico, do historiador.

Retomemos um dos temas já abordados. Em primeiro lugar, e de forma a saciar uma exigência de *familiaridade* que, no caso do “grande público”, passa largamente à margem da linguagem formalizada das disciplinas académicas, a historiografia biográfica ou dita, mais propriamente, narrativista aposta sobretudo em elementos de

---

<sup>209</sup> Sobre a artificialidade das barreiras académicas entre as ciências sociais – nas quais inclui a história –, à luz da sua definição de “campo cultural”, v. Bourdieu 1995: 108-9, 120-1.

<sup>210</sup> Caso de Chartier (1989: 1505-7). A sua referência fundamental era, desde logo, o debate lançado pela revista *Annales* (1988: 291-3), apenas um ano antes, sobre os caminhos da historiografia depois da crítica às macro-teorias até aí dominantes; v., p.ex. Loriga 2008: [12-3]. A questão já tinha, no entanto, sido aberta antes, principalmente face àquilo que os historiadores – como, de resto, os antropólogos – consideraram ser uma fragmentação desmesurada do seu objecto e métodos. Hobsbawm, por exemplo, viu nessa circunstância apenas um aumento da dificuldade técnica para se obterem explicações coerentes (1980: 249-50); ao invés, um quadro pesadamente negativo é fornecido por M.F. Bonifácio, de resto ecoando as preocupações de José Mattoso e J.H. Elliott, nessa fragmentação afirmando reconhecer os efeitos devastadores do pós-modernismo (Bonifácio 1999a: 24-5, 35-6, e 1999b: esp. 11-4; na p. 11, a referência a Mattoso, editorial de *História*, 8 (1998), pp.8-9, e a Elliott, [“Comparative History”], in *Historia a debate*. Ed. Carlos Barros. Santiago de Compostela, 1995, v.III, p.9).

subjectividade que promovam – muitas vezes, anacronicamente ou por projecção retrospectiva – a identificação do público leitor com os actores do passado. Mas, se o objectivo principal, diz-se hoje à boca cheia, será o de dar *prazer* ao leitor, e se uma reconstituição biográfica deverá contemplar, por definição, elementos da personalidade do indivíduo cujo percurso de vida é sua matéria, então a tão debatida *subjectividade* do observador – e a *construção* do seu objecto – têm campo aberto. Talvez aqui o historiador, cansado das asperezas dos modelos e dos sistemas, possa exprimir a sua própria vivência ou nela encontre o “Sentido” a que tão amiúde se refere José Mattoso (p.ex. 1985: 29-30 e 2006: 272)<sup>211</sup>. No caso de *Amantes dos Reis de Portugal*, a obra que nos serviu de via de acesso aos problemas hoje colocados pela “velha história”, narrativa voluntariamente liberta de modelos interpretativos e, na sua sequência, de uma reflexão contextualizadora sobre a evolução do seu conceito central – o de *amante* –, esta experiência é essencial. Afinal, quantos de entre nós não perceberão os efeitos desestabilizadores de uma relação extraconjugal, ampliados pelo facto de o rei encarnar ou, pelo menos, simbolizar o próprio reino? Neste caso, e logicamente, as consequências serão (também) políticas.

Autores há, porém, que procedem com mais aviso. Já tivemos ocasião de o ver. Neste sentido se pronunciou Rui Ramos, ao afirmar que, na biografia de D. Carlos, não iria traçar um retrato “intimista” do indivíduo, mas sim “uma análise política do rei” (2006a: 10), dessa forma evitando as ratoeiras lançadas pelo debate em torno da narratividade ou do carácter literário da história, isto é, aquelas geradas pela confusão entre o “romance” e o “livro de história”. Se essa declaração de princípio é suficiente para evitar os habituais exercícios de psicologismo – a versão mais radical, ou *literária*, da *empatia* – que povoam este tipo de trabalhos, é já uma questão diversa. Na introdução à obra de Lucien Corpechot, *Memórias Inéditas da Rainha D. Amélia*, à beira mesmo do texto, detém-se o mesmo historiador sobre a “psicologia pessoal da rainha”: “É difícil imaginar história mais dura do que a de D. Amélia [...]. Mas seria talvez precipitado deduzir daqui uma infelicidade pessoal, burguesa. [...] Talvez tenha sido feliz à sua maneira. Quem sabe?” (2007: 19).

Interrogações sobre o que pensariam ou sentiriam as suas personagens abundam mesmo nas biografias publicadas pelo Círculo de Leitores, pelo que teremos de

---

<sup>211</sup> V., para o mesmo tipo de registo, provavelmente adoptado de Mattoso, o pequeno texto de Rui Ramos em Fabião, Krus e Ramos 1991: 175.

descontar em *Amantes...*, como responsabilidade alheia, parte substancial dos dilemas existenciais que parecem afectar a maioria dos indivíduos cuja colecção de pequenos retratos compõe a obra<sup>212</sup>. Na biografia que traçou de D. Sancho I, por exemplo, a medievalista Maria João Branco perguntava-se sobre o que o Rei “pensava das coisas, dos homens, do futuro, os seus *amores a sério*, as suas *paixões*, o que o apaziguava, que *tipo de alma seria*” (2006: 190; subls. meus). São interrogações sem resposta, do género que E.E. Evans-Pritchard designava como a falácia psicologista ou *introspeccionista* resumida na expressão “*If I were a horse...*” (1965: 24, 43)<sup>213</sup>. Permanecerão inevitavelmente inacessíveis a nós, observadores, “*biased strangers*” na expressão lapidar de Hobsbawm (1990: 263-4), a quem “não é dada outra realidade a olhar” do que a forma como esses dilemas ou motivações, traduzidos em acções ou efeitos, são comunicados (Pizzorno 1996: 274). Mas servem um propósito literário ou até, idealmente, como alguém já o enunciou, “poético” (Paiva 2009: 256). Que este tipo de avaliação, tornada manifestação subjectiva de gosto pessoal, facilmente escapa à *expertise* do historiador não é difícil de perceber<sup>214</sup>. Mas não é aí que reside o problema principal. Na zona sombreada em que história e literatura convivem, talvez conviesse sobretudo reflectir sobre os limites e o alcance de recursos estilísticos que estão, seguramente, mais perto do domínio da ficção.

A segunda estratégia que sustenta a actual visibilidade dos autores portugueses de historiografia narrativista e biográfica é intersticial à própria escrita da história: trata-se, em sentido lato, de uma estratégia identitária. Alessandro Pizzorno, por exemplo, considera-a o elemento específico dos saberes não traduzíveis tecnologicamente – das humanidades, em sentido lato, e das ciências sociais. A esses reconhecia uma função de expansão do nosso “vocabulário de identidade”, isto é, de um vocabulário de permanência e continuidade temporais que, em última análise, serviria a “socialização”

---

<sup>212</sup> As autoras de *Amantes...* fizeram, de facto, um uso substancial das biografias régias editadas pelo Círculo de Leitores (devidamente assinalado nas notas e na bibliografia). A dado passo, e referindo-se aos amores de D. Pedro IV com Domitila, consentem as mesmas, para seu pesar, que “Os sentimentos humanos são insondáveis...” (Lourenço, Pereira e Troni 2008: 234). Isso não as impediu, no entanto, de repetidamente se perguntarem acerca das mais íntimas sensações e/ou motivações das suas personagens (v., p.ex., *ibid.*: 25-6, 36-7, 42, 52, 56, 98, 100, 102, 108, 117, 119, 121, 140, 146, 231, 234, 244, 257, 270, 272, 285, 287-8).

<sup>213</sup> V., em sentido idêntico, Veyne 1971: 119-22. Desta *impossibilidade* – e não apenas das restrições, tal como são enunciadas por alguns outros autores – “de acesso à intimidade dos indivíduos”, nos fala Fernando Doris Costa, referindo-se especificamente ao género biográfico (2009: 285-6).

<sup>214</sup> O comentário de J.P. Paiva surge na recensão à biografia sobre Afonso VI da autoria de Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, um dos casos em que o recurso a interrogações de tipo intimista ou psicologista é abundante (Xavier e Cardim 2006: p.ex. 27, 61, 245).

dos indivíduos. Enfatizando, porém, a necessidade de tornar pensáveis os elementos de semelhança e de dissemelhança em relação aos *outros*, bem como as continuidades e as rupturas do que podemos reconhecer como o nosso passado comum, Pizzorno acabava por fazer uma defesa do exercício reflexivo do historiador sobre o qual se constrói a sua actividade social (1989a: 91-2). Mas nem sempre assim é. Sobre o papel desempenhado pelo historiador caberá perguntar – a que nível, com que alcance e com que regras?

Nas últimas décadas, muito a reboque de tendências revisionistas que têm vindo progressivamente a desresponsabilizar regimes ditatoriais, sobretudo europeus e sul-americanos, historiadores de origens diversas têm-se debruçado sobre aquilo que se pode considerar a mais profunda das ambiguidades da história – a de constituir, simultaneamente, a origem e a negação das representações mitificadas do passado<sup>215</sup>. Em Portugal, e ao contrário daquilo que parecia inscrito no seu programa, a discussão aberta pelo congresso dedicado à memória da nação, e dos seus mitos (Bethencourt e Curto 1991), não teve continuação, pelo menos sistemática. Só recentemente e sobretudo na área da história contemporânea, aquela aonde as questões políticas actuais vão, de algum modo, buscar a sua espessura temporal, se começou a reflectir sobre a questão; é o caso, mesmo que não exclusivo, do trabalho de Luís Trindade sobre o que designou como o “processo histórico de hegemonização cultural do nacionalismo” que se desenrolou entre finais do século XIX e meados do seguinte (2008: esp.20)<sup>216</sup>. A vigência do regime salazarista durante parte significativa do século XX, o processo “revolucionário” que lhe pôs fim ou mesmo a mudança abrupta para o regime republicano no início da centúria justificam claramente a abertura de uma reflexão sistemática deste tipo. De resto, há quem, na historiografia portuguesa, já há algum

---

<sup>215</sup> V., por exemplo, *Passés recomposés: Champs et chantiers de l'Histoire*, edição dirigida por Jean Boutier e Dominique Julia (1995), e, muito especialmente, *Political Uses of the Past: The Recent Mediterranean Experience*, editado por Jacques Revel e Giovanni Levi (2001), na sequência de um congresso organizado pelo Centro di Studi Mediterranei no Istituto Italiano per gli Studi Filosofici de Nápoles, em 29 e 30 de Janeiro de 1999. Na Alemanha, o debate em torno do revisionismo historiográfico (*Historikerstreit*) ficou, desde logo, marcado pela intervenção de Jürgen Habermas (1986), de resto na origem de uma noção hoje muito em voga, a de “uso público do passado”; em Itália, sobretudo a partir do início dos anos ‘80, por autores como Nicola Gallerano (1995; v. Detti e Flores 1999), através da participação em transmissões de rádio e da publicação de artigos de polémica, quer em revistas de história quer em jornais.

Sobre os diversos usos a que a construção histórica se presta, tanto de mitificação como de desmistificação, v. De Luna 2004: 74-6, Grendi 1981: 68-70, Hobsbawm 1992: 6-8, Pavone 2001: 84-5, Pizzorno 2007a: 103 e, ainda, Rao, Shulman e Subrahmanyam 2003: 254, onde se faz notar que aquilo que distingue a *mentira* no discurso dos historiadores é apenas o facto destes, por inerência, se responsabilizarem pela veracidade da interpretação que veiculam.

<sup>216</sup> Para análises, comparáveis, dos casos espanhol e italiano, v., respectivamente, Ruiz Torres 2001 e De Luna 2004: esp.79-98.

tempo tenha vindo a chamar a atenção para a tendência falsificadora da história – não tanto, como notou Hobsbawm, através da mentira como através do anacronismo (1992: 8). Alertado pelo que, há duas décadas, se anunciava como a (re)entrada triunfante do assim chamado *narrativismo* e da história política tradicional no panorama historiográfico português, tentava A.M. Hespanha em artigo polémico<sup>217</sup>, publicado na defunta revista *Penélope*, desmontar a ideia do recurso – implícito ou explícito – ao “senso comum” como chave de acesso ao passado. Em larga medida centrado na crítica à ilusão, e aos efeitos perversos, do pressuposto de uma relação empática entre actor e observador, o historiador chamava a atenção para o facto dessa identificação subjectiva – estrategicamente contida na “familiaridade de enredos” – basear processos identitários de natureza *patriótica* ou mesmo *nacionalista* (1991: 15).

Esse *nós* de que a antropologia ensinou a desconfiar, mas que a dimensão potencialmente mitificadora da história teima em reiterar<sup>218</sup>, é afinal o mesmo que sobrevive através das versões sucessivas da história de Portugal (em que as últimas décadas têm sido especialmente férteis)<sup>219</sup>, da eleição de figuras simbolizadoras da unidade nacional para a elaboração de estudos biográficos ou, de forma ainda mais consistente, das séries recentes de biografias dos reis portugueses (às quais se seguirá, ao que tudo indica, uma sobre as suas rainhas). Não deixa de ser especialmente sintomático o facto de serem normalmente diminutas nas histórias nacionais – gerais ou parcelares (caso das biografias régias) – as referências exteriores ao próprio espaço definido pelas fronteiras do Estado-nação<sup>220</sup>. Tanto quanto era possível, já entrado o novo século, haver quem finalmente se pudesse congratular pela série biográfica do Círculo de Leitores ter reservado aos monarcas da dinastia filipina um lugar idêntico a todos os outros, o que talvez não tivesse sido viável há “quarenta ou cinquenta anos

---

<sup>217</sup> V., por exemplo, a crítica que lhe dirigiu M.F. Bonifácio (1999b: 16-7).

<sup>218</sup> A repetição aproblemática e, em muitos sentidos, acrítica da *necessidade* de se preservar uma *memória comum* é especialmente sintomática dessa função identitária da história a que tão bem se adequa o formato nacional (e, em última análise, a apropriação ideológica); v., apenas como exemplos, Bonifácio 1999a: 9, Ramos 2009: iv, e Mattoso 1988b: 14-6 e 1999a: 69-70. Sobre a história, as suas versões nacionais e, em caso extremo, as narrativas de origens como matéria-prima de nacionalismos ou de programas políticos de inscrição diversa, v. Hartog e Revel 2001: 2-4; Hespanha 1991: 16-22; Hobsbawm 1992: 6; Levi 2001: 67-8; e Pavone 2001: 74-8, 80, 83.

<sup>219</sup> Para um ponto de vista declaradamente naturalizador deste género historiográfico, em que se assume a produção de obras de síntese sobre a história nacional como condição necessária do avanço no domínio da investigação, v. o texto de abertura que José Mattoso dedica à *História de Portugal* por si coordenada (1992: esp.9-11). Um elenco das histórias de Portugal produzidas nas últimas décadas pode ser visto, p.ex., em Hespanha 1991: 9, n.1, e Mattoso 1992: 10 e 2010.

<sup>220</sup> Esta quase-ausência foi também constatada por António Camões Gouveia na recensão que dedicou ao conjunto de biografias dos reis de Avis incluso na série do Círculo de Leitores (2009: 241-2).

atrás” (Palomo 2009: 247), também ainda hoje parece a alguns olhos legítimo atribuir-se um espaço diminuto aos reis habsburgueses em histórias gerais de Portugal, caso do insignificante lugar (umas escassas 16 páginas num total de 280) por estes ocupado na obra de Lourenço, Pereira e Troni sobre as amantes dos reis “portugueses”. A abertura do capítulo que lhes está dedicado – incluindo a imprecisão contida na última afirmação – é, a este título, particularmente sugestiva:

Falar nos amores dos reis de Portugal sem abarcar a dinastia filipina deixaria decerto um vazio na curiosidade do leitor que devemos preencher. Apesar de muito já ter sido escrito a propósito da governação filipina, impõem-se algumas considerações sobre a vida conjugal e extraconjugal dos Filipes, reis de Portugal que governaram *sem jamais residirem em Lisboa*. (Lourenço, Pereira e Troni 2008: 137; subls. meus).

É significativo que, a propósito do conjunto editado pelo Círculo de Leitores, e na introdução ao caderno que a *Ler História* lhe dedicou, Ângela Barreto Xavier tenha perguntado se dele decorreria uma “*história narrativa* do reino de Portugal” (2009: 217). A resposta, pelo menos da parte dos seus coordenadores (A. Teodoro de Matos e J.P. Oliveira e Costa), também na qualidade de membros do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica, será inequivocamente afirmativa – propuseram-se desde início a fornecer “uma única linha evolutiva de acontecimentos”, precisando ainda tratar-se esta série de uma “nova história política de Portugal” (2007; subl. meu)<sup>221</sup>. Pelo contrário, e mais modestamente, a coordenadora da *História dos Reis de Portugal* publicada sob a égide da Academia Portuguesa da História declarava no seu prefácio que a colecção de biografias, então reunidas em dois volumes, não pretendia ser uma “história de Portugal” ou uma “leitura sequenciada e definida do processo histórico português” (Mendonça 2010: 7). Mas apesar da declaração de intenções, e descontado o facto desta espécie de resposta ao projecto mais ambicioso do Círculo de Leitores/Temas e Debates não ter pretensões a ocupar um espaço já tomado, as diferenças entre as duas séries em termos de concepção geral são quase inexistentes. De facto, sob a eventual pluralidade de estratégias

---

<sup>221</sup> Fazendo eco da concepção básica desta série biográfica, também já Mattoso se lhe referiu, publicamente, como “uma verdadeira história de Portugal até à proclamação da República”, mais uma de entre a multiplicidade de versões publicadas depois de 1974 (2010). Diga-se, no entanto, que o facto de se terem confiado as recensões às biografias dos reis de Portugal precisamente a investigadores associados a uma das instituições responsáveis pela publicação (a Universidade Católica Portuguesa) – casos de Maria do Rosário Morujão, António Camões Gouveia, Federico Palomo, José Pedro Paiva e José Miguel Sardica – não terá sido a melhor via para responder às questões breves mas estruturais colocadas por A.B. Xavier, de resto apenas a floradas nos textos de abertura de António Hespanha (2009) e Magda Pinheiro (2009).

metodológicas, expositivas e argumentativas que caracteriza estes modelos pluri-  
autorais das séries dedicadas aos monarcas portugueses, residem pressupostos que  
garantem, à partida, uma visão suficientemente coesa de conjunto – a saber: a relevância  
e legitimidade metodológica da noção de “unidade política”, ou “nacional”, na definição  
da escala de análise; a pertinência do estudo de segmentos temporais (os *reinados*)  
determinados pela vida biológica de um indivíduo, neste caso um monarca, para lá das  
diferentes temporalidades dos fenómenos históricos contemplados na sua  
reconstituição; uma concepção essencialmente teleológica que a noção de sequência  
cronológica de reinados acarreta<sup>222</sup>; e, finalmente, a presunção da acção política  
(individual), configurada na actuação mais ou menos isolada do rei, como factor  
explicativo fundamental da evolução histórica. A insistência de Teodoro de Matos e de  
Oliveira e Costa na tecla do *político é*, neste sentido, significativa, e quadra bem, de  
resto, com o especial cuidado em acentuar essa dimensão que Rui Ramos, o  
coordenador da mais recente síntese da história portuguesa, mostrou no texto  
introdutório que lhe serve de abertura (2009: iii-iv). Em última análise, como já antes  
havia acontecido com a *História de Portugal* coordenada por José Mattoso (1992-94), o  
que o sucesso destas obras, inclusivamente entre uma parte substancial do público  
académico, deixou em aberto ou mesmo neutralizou foi uma reflexão sobre a  
pertinência do conceito totalizador de (*Estado-*)*nação* em termos operativos.

Que, desde logo, qualquer destas categorias levanta um problema de escala fica  
claro, por exemplo, na necessidade de mencionar numa história nacional as “enormes  
variações regionais” que caracterizam a síntese política portuguesa (Ramos 2009: iv),  
mesmo quando elas no curso da obra, talvez inevitavelmente, se diluem. Ora,  
precisamente sobre a sua operatividade, curiosamente ao invés de alguma historiografia  
política dita individualista, se têm há bastante tempo vindo a interrogar alguns  
historiadores, e não apenas aqueles sociais<sup>223</sup>. Um outro problema decorre da reificação  
dessas categorias em entidades totalizadoras. É aí que residem o seu potencial  
identitário e, no caso do narrativismo historiográfico, as suas contradições. Se Rui  
Ramos, no prefácio ao volume que redigiu para a *História de Portugal* dirigida por  
Mattoso, afirmava não querer contar uma “história triunfal” como a da “formação da  
identidade portuguesa”, não negava no entanto à sua constituição o qualificativo de

---

<sup>222</sup> Sobre a noção de cronologia histórica como uma construção cultural, v. Koselleck 1967: 37,  
1972: 8-10 e 1973: 105-9; Lowenthal 1985: 219-24; Pomata 1990: 375; e Veyne 1976: 47-51.

<sup>223</sup> V. Veyne 1971: 193-6; Grendi 1981: 67-70; Hartog 2003: esp.169-81; Levi 1991: 113-6.

“grande esforço”, de “projecto” (1994: 9-10)<sup>224</sup>, ao qual, acrescentando-se, só retrospectivamente poderemos reconhecer *racionalidade* (no sentido de premeditação, ao modo da *Rational Choice Theory*). Assim, e por desvelar um plano – com um princípio e um fim –, esse exercício retrospectivo é também, por inerência, teleológico. Unidade política e memória identitária, esta inscrita no programa ideológico de afirmação autonómica do *reino*, equivalem-se, formando um círculo fechado, previamente determinado pelas categorias que constituem, simultaneamente, os objectos e os instrumentos de análise dessa história. Como na necessidade de fazer menção à pluralidade interna da construção nacional, o que é quase um oxímoro, tornam-se evidentes os paradoxos com que os historiadores que apregoam o retorno do sujeito e o fim dos grandes esquemas interpretativos na elaboração de uma síntese global da história nacional têm de lidar – quer de tipo metodológico (em termos da definição do sujeito e da escala de observação), quer de tipo teórico (já que se pressupõe, mesmo que implicitamente, a construção de uma narrativa de cariz totalizador, de resto determinada à partida por generalizações e categorias prévias à própria investigação)<sup>225</sup>.

Na realidade, a sobre-simplificação inerente aos grandes esquemas *narrativos* tem escapado – ao contrário daqueles *interpretativos* ou *analíticos* – à reacção da historiografia de pendor tradicionalista (caso de Himmelfarb (1983: esp.121)). A sua concepção das “grandes figuras” como os actores de pleno direito da história, aqueles cuja vida, como atrás vimos, facilmente se confunde ou mesmo simboliza entidades (políticas) mais amplas, alimenta-se dessas visões globais – onde, contraditoriamente, o *geral* se sobrepõe ao *particular*. Mas não só. Também a ênfase colocada na *técnica* – em detrimento do *conteúdo* – pelos cultores da “velha história” parece fomentar um esvaziamento da dimensão crítica e problematizadora do trabalho historiográfico que facilmente se adequa a certas leituras de conjunto, condensadas em conceitos de facto englobantes: Estado-nação, monarquia constitucional, liberalismo, expansão marítima, e assim por diante. Por razões semelhantes, se referiu Grendi à grande dimensão espaço-temporal como o lugar por excelência em que, sobretudo os contemporanistas (pelo

---

<sup>224</sup> De forma semelhante, mesmo que em formulação mais genérica, se referia Himmelfarb ao facto de ter sido (ou de ser) a história política (sinonímica de “nacional”) a “definir a nação” (1983: 121); v., ainda em sentido similar, embora mais aberto às contribuições de outras ciências humanas, o breve texto de José Mattoso sobre a noção de “história nacional” (1985: 168-70).

<sup>225</sup> A estes paradoxos também Rui Ramos não consegue escapar quando, na nota de introdução à história de Portugal por si coordenada, diz tratar-se essa da “História de uma unidade construída pelo *poder* político” – uma dessas entidades abstractas que tanto desdenha noutros lugares (1994: 10) – que “combina a história política, económica, social e cultural” (2009: i, iii; subl. meu). Assim também a *França* de Fernand Braudel, nitidamente reconhecida na noção de tempo longo (Hartog 2003: 178).

menos, em Itália), operavam *política* e não *analiticamente* (1981: 67-8)<sup>226</sup>. No caso específico das histórias ditas nacionais, a sobrevivência de uma organização da narrativa sujeita à sucessão cronológica de reinados acentua ainda mais essa ausência crítica, dado que, na prática, ela tende a reduzir a questão historiográfica central da *mudança* – talvez por anular a investigação sobre a sua natureza – a uma sucessão de eventos e/ou de actores históricos (monarcas, reinados, dinastias, reinos)<sup>227</sup>. A continuidade política, pressuposto necessário deste género historiográfico, é, afinal, uma continuidade biológica, assim reproduzindo, academicamente, um discurso de base ideológica que se foi sedimentando ao longo dos séculos. Por isso puderam Teodoro de Matos e Oliveira e Costa, coordenadores da série biográfica dos reis de Portugal do Círculo de Leitores, falar num “curso *natural* da História [portuguesa]” (2007; subl. meu).

Ao projecto implícito na elaboração de histórias nacionais de submeter uma concepção dinâmica de *história* a uma noção fundamentalmente estática, mas poderosamente identitária, de *memória* já François Hartog se referiu longamente no seu *Régimes d'historicité* (2003: esp.159-86)<sup>228</sup>. Aqui, diga-se, a *identidade* acaba afinal por se sobrepor à *diversidade* que, programaticamente, a história narrativa tanto apregoa. Partindo do mesmo tipo de constatação, e como proposta reflexiva e crítica face ao *boom* de histórias nacionais que marcou a historiografia em França a partir do final dos anos '80<sup>229</sup>, organizou Pierre Nora entre 1984 e 1993 um conjunto de volumes dedicado

---

<sup>226</sup> V., sobre a mesma problemática, Bourdieu 1995: 110.

<sup>227</sup> Sobre os manuais tradicionais, de índole nacional ou universal, dizia Gianna Pomata: “Um dos aspectos mais positivos do manual, como todos sabemos, é a facilidade com que conseguimos esquecer-lo. Mas aquilo que esquecemos são os ‘factos’ e as ‘datas’, a matéria de superfície, que nos é explicitamente pedido memorizar. Talvez esqueçamos menos aquilo que o manual transmite como mensagem implícita, que não é necessário memorizar e que, talvez por isso, se imprime profundamente na memória: a imagem do tempo histórico como uma série de sucessões dinásticas ou o revezamento de impérios em luta pela supremacia [...]”, isto é, “a supremacia da dimensão estatal sobre aquela local, por exemplo, ou aquela das instituições sobre os processos informais; e, sobretudo, a *supremacia do ‘geral’ sobre o ‘particular’* [...]” (1990: 364-5; subls. meus). Sobre uma concepção de evolução histórica assente na sucessão cronológica de actores sociais (reis, reinados, dinastias, depois eventualmente substituídos por estados, cidades, classes sociais e partidos políticos), v. Pizzorno 1996: esp.251-2, 264-5, e, ainda, Koselleck 1972: 8 e 1967: 37, referindo-se à rejeição por Kant de uma cronologia assente num curso (“irracional”) de sucessão.

<sup>228</sup> A questão da relação entre *história* e *memória* não é exclusiva da teoria historiográfica, constituindo antes uma das pontes lançadas entre a história e disciplinas vizinhas, como a antropologia (é o caso de Maurice Bloch (p.ex. 1996: 116-7)); v., sobre o mesmo tema, Hartog e Revel 2001: 8, Koselleck 2001: 219-20 e Pavone 2001: 75.

<sup>229</sup> Em França, foi sobretudo por altura do centenário da Revolução que uma nova vaga de histórias nacionais irrompeu (v. Nora 1992: 13 e Hartog 2003: 177), assim contrariando o relativo abandono da escala nacional pelos historiadores filiados na Escola dos *Annales* (mesmo que se deva lembrar que a pouco ortodoxa história de Braudel, *L'Identité de la France*, terá sido composta na primeira metade dos anos '80); v. Hartog 1995: 186. Para a caracterização de um caso semelhante, o português, v. Mattoso 1985: 165-7.

aos *lugares de memória* da nação francesa, propondo dessa forma uma reflexão sobre a história nacional de um ponto de vista crítico ou *não-nacionalista* (v. Hartog 2003: 164, 177, 180). O que se tentava expor em *Lieux de mémoire*, com maior ou menor sucesso<sup>230</sup>, eram as várias dimensões do conceito de *nação* implicadas na concepção deste género historiográfico: “uma evidência, uma arma política, um esquema cognitivo e um programa histórico” (*id., ibid.*: 169). Algo de semelhante, como já vimos, mesmo que de forma mais localizada, foi ensaiado no conjunto de comunicações ao congresso sobre *A Memória da Nação*, editado por Diogo Ramada Curto e Francisco Bethencourt em 1991, com um prolongamento mais tímido, apenas dois anos mais tarde, em *Portugal: Mitos Revisitados*, desta vez sob a direcção de Yvette Centeno, mas ainda no mesmo âmbito do Gabinete de Estudos de Simbologia da Universidade Nova de Lisboa. Como em *Lieux de mémoire*, no entanto, o efeito é *dúplice* e radica na própria natureza da empresa historiográfica: por um lado, desmonta as representações sobre as quais se ergue a identidade nacional; por outro, e como é dito na própria nota de introdução aos textos organizados por Centeno, ‘actualiza-a’ (1993: 8).

Afirmações, de resto de *sensu comum*, sobre a necessidade imperiosa, ou mesmo vital, de preservação de uma qualquer *memória colectiva* – outro termo que pouco deve ao rigor – promovem, precisamente, essa dimensão memorialística ou *memorializável* da história, em que a necessária simplificação da mensagem contida numa narrativa de tipo globalizante se substitui ao exercício crítico (e comunicativo) do observador<sup>231</sup>. Essa perspectiva naturalizou-se quer entre os historiadores quer entre os seus concorrentes. E no entanto, diz-nos há muito tempo alguma psicologia cognitiva, ou a antropologia que nela se apoia, que não apenas não existe entre os seres humanos “uma necessidade generalizada [...] de lembrar o passado” (Maurice Bloch 1992: 81), como a estrutura da memória – ao invés do que se tornou voz corrente – não é necessariamente narrativa<sup>232</sup>. Longe de se tratar de um produto *natural*<sup>233</sup> – ou, então, teríamos de

---

<sup>230</sup> Das limitações ou das contradições da obra, cujo plano terá sido traçado durante o próprio processo de redacção, dá conta o seu organizador (Nora 1992: esp.15-20). François Hartog e Jacques Revel chamam a atenção para aquilo que consideram ser a sua contradição fundamental – a de, como outras histórias nacionais, pôr precisamente a circular as representações que visa desmontar (2001: 3).

<sup>231</sup> Levi refere-se à “superabundância de memória”, típica das sociedades ocidentais de hoje, como uma “superabundância de conformismo” que impede a crítica (2001: 66; v., ainda, Hartog e Revel 2001: 1-7, Pavone 2001 e Ruiz Torres 2001: 98-101).

<sup>232</sup> À retórica do primado da narrativa, velho “argumento de relativismo cultural” ou, mais radicalmente, “de relativismo cognitivo” – representado à cabeça por Ricoeur –, se referem criticamente Maurice Bloch (1993: 100-13 e 1996: 117-25) e Lowenthal (1985: 220). Ecoando precisamente as teses de Ricoeur, afirma M.F. Bonifácio na introdução à sua *Apologia da História Política* que “Tal como a

ignorar *toda* a reflexão sobre o estatuto do sujeito do conhecimento –, a montagem narrativa é, sob o ponto de vista da construção de uma continuidade temporal (aqui, comum a um conjunto de indivíduos ou de grupos), um veículo privilegiado de ideologia, quando não portadora de um projecto político determinado. Na “grande história”, dizia Grendi, se procura a resposta ao “como chegámos aqui”:

A noção de “aqui” é sempre uma noção retórica como é retórica a sua projecção educativo-política: assume-se que o indivíduo, o estudante, o cidadão crescerão alguns centímetros em consciência se tiverem conhecimento de “como chegámos aqui”. Noção retórica, dizia, por [...] postular uma escolha de escala não reversível, tanto mais clamorosa quanto o único “aqui” histórico simples é a personalidade do indivíduo singular, a própria biografia. (Grendi 1981: 67)<sup>234</sup>

Os perigos estão à vista e são sobretudo evidentes nas obras assumidamente viradas para o “grande público”, tal como Jürgen Habermas os tinha intuído na sua definição pioneira – e hoje já reformulada – de “uso público do passado”, que considerava o terreno próprio da ideologia (1986: esp.235-40)<sup>235</sup>. Percebemo-los no protagonismo desse actor colectivo que é a monarquia, de *Amantes...* às séries biográficas dos reis portugueses, como na concepção assumidamente restritiva, e elitista, da unidade política sobre a qual se construiu a *História de Portugal* editada pela Esfera dos Livros. Nesta última, de resto, a função que Rui Ramos lhe atribui – a de contribuir para uma reflexão sobre o próprio país (2009: iv)<sup>236</sup> – denota uma

---

memória individual, também a memória colectiva possui uma estrutura narrativa: somos o que fizemos e nos aconteceu” (1999a: 9; v. também 1999b: 20).

<sup>233</sup> Nesses termos, e apoiada em Ricoeur e Veyne, se refere M.F. Bonifácio à construção narrativa em história (1993: 624, 626, 1999a: p.ex. 116-24 e 1999b: 19-20); uma concepção semelhante (com recurso à noção de “natural”), mas especificamente sobre o género (narrativo) biográfico, pode ser encontrada em Sardica 2005: 21. Do lado crítico, considerando-se o discurso histórico – mesmo aquele dito especificamente narrativo – como *problemático* e não *natural*, v. Davis 2004: 8-9, 28 (referindo-se ao uso do condicional na formulação discursiva); Ginzburg 1979a: 188, 197-9, e 1991a: 90-2; e, ainda, Bourdieu 1986 (sobre a construção biográfica), Hespanha 1991: 17-21, 1998: 23 e 2003b: 18, e Trindade 2008: 21.

<sup>234</sup> V., em sentido semelhante, Gallerano 1995: 43.

<sup>235</sup> A associação linear e exclusiva entre aquilo que se passou a designar como o “uso público da história” e projectos de revisionismo ou branqueamento históricos – que fazia parte da definição crítica de Habermas como, na sua esteira, das de Le Goff e Marc Ferro – já foi desmontada, tendo levado à adopção generalizada do conceito pela comunidade académica, se bem que mantendo-se uma especial atenção às ambiguidades geradas pela relação entre discurso historiográfico e poder político (v. De Luna 2004: 70-1, Gallerano 1995: esp.37-44 e, em geral, Noiret 2009). Esta concepção benevolente de *uso público* dos materiais históricos, a qual já levou à sua institucionalização nalguns contextos – caso da *Public History* nos Estados Unidos –, remonta, de facto, ao clima cultural pós-’68 e à Grã-Bretanha, onde várias iniciativas começaram por promover a democratização da história através da sua difusão junto das camadas populares e, mais especificamente, do operariado (v. *id.*, *ibid.*: esp. cap.4).

<sup>236</sup> O coordenador desta nova síntese da história portuguesa fá-la assim entroncar na tradição inaugurada por Alexandre Herculano quando, em 1846, deu início à publicação da sua *História de Portugal* (cf. Sousa, Monteiro e Ramos 2009b: xiv).

consciência cívica e política que não está livre de contradições no discurso do empiricismo e da objectividade factual, isto é, da pretensa oposição entre “história” e “ideologia” de que a noção de “fim das ideologias” se alimenta<sup>237</sup>. Obviamente, o peso atribuído nesta obra à contemporaneidade, a que já atrás nos referimos, não é estranho a estas circunstâncias. A reflexão proposta é, antes de mais, uma reflexão sobre os problemas que, diz-se, mais directamente terão afectado o público leitor (*ibid.*: iii): os de natureza político-partidária, de alguma forma constituídos em hegemonia cultural. Nestes, por exemplo, embora a alguma distância, se inscreve a instauração da República, curiosamente em altura de comemoração do seu primeiro centenário. A reabilitação da monarquia constitucional portuguesa<sup>238</sup> constitui hoje, com efeito, um desses lugares em que a história se pode facilmente tornar matéria-prima de projectos ideológicos<sup>239</sup>. A ela, mesmo que não explicitamente, dedica Rui Ramos (2006b) o exercício de *história conjectural* – ou, para tornarmos a contradição mais clara, *contrafactual*<sup>240</sup> – que desenvolve em torno da eventualidade do rei D. Carlos, o último dos símbolos desse regime, não ter morrido à mão de “facínoras” no ano de 1908<sup>241</sup>. Como projecto *revisionista*, é também, e fundamentalmente, *judicativo*. Mas não ingenuamente. No retrato traçado pela “velha história” do Portugal monárquico, ou da “modernidade liberal” à portuguesa, como uma espécie de *país das maravilhas*, não

---

<sup>237</sup> Sobre a ficção despolitizadora da historiografia tradicional, v. a reflexão de Joan Scott (1991) em torno da historiografia das mulheres e das suas implicações políticas. Ainda a propósito da falsificação (neoliberal) contida na ideia de “fim das ideologias” – à qual, em termos historiográficos, corresponde a proposta empiricista, de niilismo teórico, da “velha história” –, ou do facto do desarmamento ideológico(-teórico) só ter sido feito de um lado, v. Levi 2001: esp.61, e, em sentido similar, Trindade 2008: 10-2.

<sup>238</sup> Por nesse programa revisionista ter sido incluída a biografia de D. João VI (v. Sardica 2009:276-7), se viu obrigado F.D. Costa (2009) a demarcar-se publicamente dos seus pressupostos.

<sup>239</sup> Deste projecto dito de “reabilitação” da direita liberal conservadora, do parlamentarismo e do liberalismo oitocentista é especialmente expressivo o texto de J.M. Sardica (2007: 1084-93) sobre os *Estudos de História Contemporânea de Portugal* de M.F. Bonifácio (2007). Sobre a emergência em Portugal de “uma nova direita doutrinária” lardeada pelo trabalho de alguns historiadores, v. Trindade 2008: 10-1.

<sup>240</sup> Note-se que um exercício mais alargado de *história conjectural* – ou daquilo que, ultimamente e na esteira da proposta conservadora de Niall Ferguson, os seus praticantes têm designado por “história virtual” – é matéria de um projecto colectivo, ainda em curso, coordenado pelo mesmo Rui Ramos (“História Virtual de Portugal (1908-2004)”, com a colaboração de António Costa Pinto, Luciano Amaral, João Ferreira do Amaral, Carlos Gaspar, Pedro Oliveira, António Reis, Inácia Rezola e Bruno Reis). Uma crítica à noção de “história conjectural” – por oposição à “história de facto” (“*actual history*”), que é aquela que o historiador britânico defende – pode ser vista em Hobsbawm 1971: 105-6.

<sup>241</sup> “Já se imaginava uma ponte sobre o Tejo, com comboio. Faltava uma governação tranquila, com chefias partidárias consolidadas, permitindo o funcionamento regular do parlamento. Muita coisa se perdeu com a morte de D. Carlos, e o fim da carreira política de Franco. E é a consciência dessa ‘fatalidade’ que dá a este livro [*Cartas D’El-Rei D. Carlos I a João Franco...*] um estranho fascínio: *o fascínio das coisas que nunca foram, mas poderiam ter sido*” (Ramos 2006b: 26-7; subls. meus).

faltam as referências à recuperada *historia magistra vitae*<sup>242</sup> – nem um retorno à tensa relação entre o *juiz* e o *historiador* que mereceria, de facto, um debate crítico e sistemático<sup>243</sup>. Aqui, de novo, os pressupostos tornam-se equívocos, já que, segundo estes autores, os exemplos ou “ensinamentos” que a história, como alternativa às “conclusões” da sociologia e da economia”, pode fornecer (Bonifácio 1999b: 28) pressupõem algo que o narrativismo ou o individualismo historiográfico teimam em negar: que a experiência humana é repetível<sup>244</sup>.

Não será, certamente, por acaso que a biografia histórica – mais ou menos romanceada – tem conhecido especial sucesso entre um público marcadamente conservador e, mais especificamente ainda, monarquista. Uma consulta rápida às suas páginas na internet é, desde logo, suficientemente ilustrativa<sup>245</sup>. Ecoa, de resto, a publicidade que tem sido feita por editores e autores através dos meios de comunicação, a qual acentua sistematicamente a relevância das “grandes figuras” da monarquia para a história portuguesa<sup>246</sup>. Entre estes volumes de vendas elevadas sobressai, como se disse desde o início deste texto, o trabalho de Lourenço, Pereira e Troni sobre as relações “ilícitas” dos reis de Portugal. Também ele, como era perguntado sobre a série de

---

<sup>242</sup> Bonifácio 1999a: 101-4 e 1999b: 23-8, e Sardica 2007: 1096 e 2009: 275 (referindo-se às “biografias e [a]os ensinamentos que cada uma delas fornece ao leitor”; subl. meu). Apesar de a contemporaneidade ser um lugar lógico de eleição da história judicativa, esta concepção não está, decerto, ausente da historiografia medieval ou moderna, mesmo que de forma menos assumida e, seguramente, menos teorizada. O género biográfico, como bem foi observado por Sardica, é campo potencialmente fértil de juízos e de exemplos; v., apenas como um caso entre outros, o que diz Cristina Pimenta, na obra sobre D. Pedro I, acerca dos objectivos de uma biografia régia: “Será, então, da conjugação entre estes *dois tempos* de uma vida [de infante e de rei] que tentaremos trazer de volta *o melhor e o pior* do personagem em causa: D. Pedro I, um rei e um homem do seu tempo” (2005: 11; últimos subl. meus). Sobre a relação estreita entre o registo biográfico, o judiciário e aquele de reabilitação histórica, normalmente sujeita à legitimação de determinados sistemas de governo, v. Gallerano 1995: 51-3.

Da reentrada no discurso académico e no debate público da *historia magistra vitae*, ou história-tribunal, por via de programas políticos respaldados na filosofia da história (*reaccionários* – visando retardar os processos de transformação – e *progressistas* – com o objectivo de acelerar o tempo), nos fala Koselleck 1967: esp.41. Sobre a evolução e polissemia da noção de *magistra vitae*, v. *id.*, *ibid.*: esp.26-31.

<sup>243</sup> Para uma visão crítica da relação (histórica) entre o *juiz* e o *historiador* – sobretudo problemática no caso de eventos políticos, por serem facilmente atribuíveis a acções individuais –, v. Ginzburg 1991a: 81-2, 1991b e 2007.

<sup>244</sup> Koselleck fala, a este respeito, na inevitabilidade de se conceberem “estruturas de repetição” quando se emitem juízos, ou previsões, baseados na observação do passado (2001: 216, 220; v. ainda 1967: 27-30).

<sup>245</sup> V., por exemplo, as referências às biografias coordenadas por A. Teodoro de Matos e J.P. Oliveira e Costa em <<http://causamonarquica.wordpress.com/2007/12/26/reis-de-portugal-circulo-de-leitores/>> (acesso em 08/04/2010).

<sup>246</sup> V. Matos e Costa 2007, o site do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa (<<http://www.ucp.pt/site/>> (acesso em 08/04/2010)), ou a promoção que o Círculo de Leitores faz à mesma série de biografias dos monarcas portugueses na sua página: “Homens de destino marcado, reis de Portugal. Contar a sua vida é contar a história do nosso país” (<[http://www.circuloleitores.pt/cl/artigo.asp?cod\\_artigo=115201](http://www.circuloleitores.pt/cl/artigo.asp?cod_artigo=115201)> (acesso em 08/04/10)).

biografias dos monarcas portugueses dirigida por Teodoro de Matos e Oliveira e Costa, nos fornece uma narrativa da história do reino de Portugal, balizado pelo matrimónio do progenitor do seu primeiro rei e pela morte do seu último, D. Manuel II. Tratando-se de uma proposta de síntese, a que se alia uma perspectiva metodológica claramente individualista, *Amantes dos Reis de Portugal* traduz-se, por fim, num discurso desencantado sobre os rumos da história portuguesa. De facto, não difere muito das interrogações sobre a psicologia de D. Amélia que a dura experiência de vida da Rainha suscitou a Rui Ramos (2007: 19) a conclusão final de *Amantes...* sobre o seu possível estado de alma no regresso a Portugal em 1945: “Os sentimentos que invadiram D. Amélia [...], olhando de novo as águas do Tejo, são insondáveis [...]” (Lourenço, Pereira e Troni 2008: 290). Ao optar, como defendem alguns dos mais teóricos dos narrativistas actuais, por uma abordagem premeditadamente intimista, as suas autoras revelaram-se especialmente atentas às potencialidades do registo empático na comunicação com os seus leitores – algo a que, com eloquência, se referia Maria de Fátima Bonifácio no texto que, em 1993, dedicou ao retorno da “velha história”:

Mas o certo é que explicar a partir da compreensão empática pressupõe a capacidade de “vivermos” a subjectividade dos outros, de vibrarmos com as suas ambições, de nos infectarmos com as suas invejas, de partilharmos as suas vinganças, de *nos emocionarmos com as suas paixões* (Bonifácio 1993: 627; subl. meus);

mas, também, atentas às expectativas do “grande público” e aos seus interesses. Ignorando as constrações que M.F. Bonifácio havia sentido ao argumentar a favor da dimensão exemplar da história, reconheceram abertamente as virtualidades de uma historiografia dominada pelo mercado e não a sua falência. Para lhes responder, fizeram uso *estratégico* da noção (nestas, não restritiva) de *senso comum*, o que lhes permitiu identificar as preocupações, traduzidas em *curiosidade*<sup>247</sup>, do seu auditório, e considerar, no limite – como, afinal, defendia M.F. Bonifácio na sua *Apologia da História Política* (1999a: 83) –, todas as opiniões como igualmente válidas. Apesar dos riscos (concretizados) de sensacionalismo, de que já falava Lawrence Stone ao anunciar o regresso da narrativa à historiografia, perceberam o sexo e as relações amorosas como

---

<sup>247</sup> O mesmo termo – ou, em rigor, “curiosidades pessoais” – é deliberadamente empregue por Maria de Fátima Bonifácio para se referir a um tipo de interesse essencialmente prosaico (contemplado pela historiografia *trivializadora* dos *Annales*) e, por isso, desvalorizável, por oposição às preocupações mais elevadas ou sérias que a historiadora presume exclusivas de um circuito fechado de indivíduos (1999a: 24(cit.)-5, 83, e 1999b: 11, 19, p.ex.; v., a propósito, Skinner 1997: 13-4, em referência a G.R. Elton). Sendo lícita uma apreciação da pertinência relativa de diferentes temas e objectos, e a sua subsequente hierarquização, já não o deveria ser, porém, a sua determinação *a priori* (v., p.ex., Levi 1993: 22 ou Stone 1979: 15, este especificamente sobre os temas que interessarão o grande público).

“partes integrantes de toda a experiência humana” (Stone 1979: 23) e descobriram no seu impacto no presente uma ponte a lançar para o passado. Neste sentido, terão feito mais jus à presumida vocação da história – a de se dirigir a um “grande público” – do que o narrativismo da “velha história” presumira.

A narrativa da história de Portugal que esta obra nos oferece encontra a sua linha argumentativa numa prática que, ao longo dos tempos, assumiu de facto configurações diversas – e nela não explicitadas –, mas à qual as suas autoras emprestam uma definição unificadora de quase-patologia (porventura hereditária) que, no fim, ganha estatuto explicativo: as, assim rotuladas, “loucuras”<sup>248</sup> (sexuais ou amorosas) dos reis portugueses. Frequentemente desviadas dos assuntos mais graves do reino, tão mais humanas do que o anónimo moleiro de Carlo Ginzburg (1976) ou o modesto pároco de aldeia de Giovanni Levi (1985), são estas as “grandes personagens” que, às mãos de interesses alheios, vão deixando que a monarquia enfraqueça. Perguntam-se as autoras, já em anúncio ao fim do regime monárquico: “Temer-se-ia que D. Manuel seguisse as pisadas do pai, entregando o governo do reino aos ministros e o corpo do rei às mulheres? [...] Temeria a própria rainha que o filho cometesse as mesmas *loucuras*?” (Lourenço, Pereira e Troni 2008: 285; subl. meu)<sup>249</sup>. A abordagem, contudo, não é nova. Retoma temas que remontam, pelo menos, à cronística medieval, quando, em clima de crescente regulamentação da vida sexual e conjugal, a questão da sexualidade régia se tornou, também na Península Ibérica, artifício político especialmente apto a denegrir a imagem de monarcas e consortes. Resumia assim Arturo Firpo a mensagem veiculada, ainda no século XV, pelos detractores de Enrique IV, largamente empenhados em legitimar a ascensão de Isabel *la Católica* ao trono de Castela:

O seu abandono aos “deleites corporais”, a sua busca incessante de prazeres fora do leito conjugal, levaram-no permanentemente a transgredir o seu papel de chefe da guerra, de cabeça dirigente da comunidade e do seu próprio estamento, de chefe espiritual delegado do poder divino, de garante, em suma, dos princípios em que se apoiava a ordem social. (Firpo 1985: 148)

As similitudes com o discurso de *Amantes...* são evidentes, com a correspondência entre desordem sexual e desequilíbrio social, ou governativo, a constituir o mote. Nesta versão moderna das infidelidades régias, as *amantes* desempenham diferentes funções,

---

<sup>248</sup> Lourenço, Pereira e Troni 2008: p.ex. 229-30, 239, 285.

<sup>249</sup> V., ainda, por serem especialmente exemplificativos, os capítulos dedicados aos reinados de D. Pedro IV e de D. Carlos (*id., ibid.*: respect. 227-38, 275-80).

mas, hoje como antes, em nenhuma delas conquistam o protagonismo que título e introdução, à partida, prometiam: primeiro, porque falhas de suficientes elementos biográficos, servem sobretudo (e marginalmente) para ajudar a construir as personagens centrais deste livro, os reis (e, depois, as suas legítimas esposas)<sup>250</sup>; segundo, e apenas indirectamente, contribuem para a identificação do elemento explicativo principal do processo que a obra ilustra, isto é, o da vida e morte da monarquia portuguesa; por último, e aproveitando terrenos que a escassez de definição teórica tornou *lugares comuns* (o género biográfico, a interpenetração com a literatura, a história do género e das mulheres), concubinas, barregãs e prostitutas cumprem um papel eminentemente literário: proporcionam “prazer”, ou “deleite”, onde a narrativa puramente política, militar ou diplomática, nas palavras da personagem de Jane Austen como nas da maioria dos leitores não especializados de hoje, só poderia causar “tormento”<sup>251</sup>. Ironicamente, é o reconhecimento tácito do anedótico e, muito especialmente, do elemento de voyeurismo contido na reconstituição biográfica<sup>252</sup> aquilo que permite às autoras, como as personagens de Levi, encontrar o seu espaço de manobra e criação por entre as incongruências da realidade – a da produção historiográfica ou da literatura sobre o passado em geral.

Em mais de um sentido, o livro de Lourenço, Pereira e Troni é tributário do programa que a “velha história” tem vindo a formular, mesmo que deva mais à prática do que à teoria a sua concepção e resultado final. Também ele habita esse espaço um pouco turvo em que a história e a literatura voluntariamente coincidem. E também ele pretende fornecer em simultâneo, possivelmente com mais sucesso, “prazer” (através de

---

<sup>250</sup> Diz-se na introdução: “Falamos de histórias de reis que amaram e que sofreram por amor. Paixões que, por vezes, mudaram o curso do reino e que, como tal, deixaram marcas na História de Portugal” (*id., ibid.*: 12).

<sup>251</sup> Sobre os historiadores: “Se houver pessoas que gostem de ler os seus livros, tudo bem; mas fazer tanto esforço para encher volumes enormes que, pensava eu, ninguém alguma vez iria querer ler, trabalhar apenas para o tormento de meninos e meninas, sempre me pareceu um destino cruel [...]” (J. Austen 1818, cap.14).

<sup>252</sup> José Pedro Paiva detectou-o na recensão que dedicou à biografia de D. Pedro II também da autoria de Paula Lourenço (Paiva 2009: 260-1). Na obra que Ana Cristina Pereira e Joana Troni (2009) posteriormente publicaram, de novo com A Esfera dos Livros, sobre as amantes dos monarcas franceses, o subtítulo revelou-se ainda mais sugestivo: *Amantes dos Reis de França: Conheça a História de França através das refinadas cortesãs que partilhavam a cama com os reis*. Compare-se com as palavras de apresentação, pela própria editora, da série biográfica dos reis de Portugal: “Numa inédita colecção, [...] as trinta e quatro biografias [...] sugerem um novo olhar sobre *o lado pessoal, a personalidade, a vida, a acção política e a importância de cada um dos monarcas. Uma obra ousada [...], a visitar, pela primeira vez, a intimidade dos homens e mulheres de poder*”

(<[http://www.circuloleitores.pt/cl/artigo.asp?cod\\_artigo=115201](http://www.circuloleitores.pt/cl/artigo.asp?cod_artigo=115201)> (acesso em 08/04/2010); subls. meus). É este o tipo de concepção que está por detrás do repúdio de alguns autores, como Jacques Le Goff (1996: 14), pela moda das biografias históricas. V., ainda, Loriga 1996: esp.224, sobre a dimensão anti-anedótica do género biográfico em Carlyle, Burckhardt e Taine.

uma muito subjectiva fruição estética) e “ensinamentos”. De algumas das implicações de tal empresa já aqui se falou. Também às autoras de *Amantes dos Reis de Portugal* não passou despercebida a função judicativa da história que, baseada numa abordagem socialmente restritiva das intenções e motivações dos actores do passado, a narrativa política tradicional julga esquecida sob os interesses prosaicos da sociedade de consumo do presente (Bonifácio 1999b: 27). “O historiador é um moralista”, afirmava Maria de Fátima Bonifácio, pensando, de facto, não apenas na “formação cívica” dos “homens públicos” – que são seu objecto –, mas na “formação moral dos indivíduos” (*ibid.*: 23, 26). Em *Amantes...*, é-nos, afinal, fornecida uma cartilha de bom comportamento. No que às mulheres concerne, como também em parte sucede com a biografia daquela autora sobre a rainha D. Maria, aprendemos o que é ser uma “boa esposa”, uma “boa mãe” e uma “boa amante” (se legítima). E também o seu contrário. Mas, sobretudo, ficamos a saber que bom governo público e irresponsabilidade doméstica não são compatíveis, o que, não constituindo um ensinamento moral directamente aplicável ao cidadão comum, sempre lhe fornece uma teoria da acção que oriente a sua participação na vida pública do país.

Porém, quem avalia quer a pertinência quer a validade destes juízos? É que uma relação de *prazer*, dever-se-á lembrar, envolve no mínimo dois elementos. E, nela, tudo vale e tudo *se equivale*, como no cenário de caos pós-moderno pintado por M.F. Bonifácio (*ibid.*: 17-8) ou por Rui Ramos (1991: 35-8). Isso sabia-o Flaubert, como as autoras de *Amantes...*, ou mesmo a Marquesa de Santos, quando enredava o liberal D. Pedro “na sua teia de lascívia e sexo” (Lourenço, Pereira e Troni 2008: 232). A relação é puramente subjectiva – e passa tanto ao lado do rigor e da cuidadosa investigação dos factos, isto é, do *estatuto crítico* que deverá distinguir a história da ficção, como dessa revigorada ambição que é a da *qualidade literária*. Que assim é, ou seja, que o prazer da leitura é profundamente *subjectivo*, será prova bastante o sucesso que *Amantes dos Reis de Portugal* tem vindo a obter entre o público leitor português. A critérios diversos, no entanto, se deverá submeter a afirmação de que o género biográfico “diminuiu *saudavelmente* o afastamento entre a história erudita e o gosto pela história do grande público”<sup>253</sup>. O sublinhado é meu.

---

<sup>253</sup> A afirmação é de Magda Pinheiro, num artigo sobre o género biográfico na historiografia portuguesa contemporânea (2006: 74-5).

## Bibliografia:

(Nota: a data que surge indicada ao lado do autor é sempre aquela que corresponde à da edição original do texto).

AGO, Renata, 2006, “Cambio di prospettiva: dagli attori alle azioni e viceversa”, in Jacques Revel (ed.), *Giocchi di scala: La microstoria alla prova dell'esperienza*. Roma, Viella, 239-50.

AMÂNCIO, Lígia, 2003, “O género no discurso das ciências sociais”, *Análise Social*, XXXVIII (168), 687-714.

ANNALES, 1988, “Histoire et sciences sociales: un tournant critique?” (editorial), *Annales. E.S.C.*, 1988 (2), 291-3.

AUGUSTO, Carla, 2001, “Por outras histórias: apontamentos sobre a natureza da História das Mulheres”, *Máthesis*, 10, 191-214.

AUSTEN, Jane, 1818, *Northanger Abbey*. London, Penguin Books, 1994.

BARTHES, Roland, 1967, “Le discours de l’histoire”, in *Essais critiques*, IV: *Le Bruissement de la langue*. [Paris], Éditions du Seuil, 1984, 163-77. (Ed. orig. em *Information sur les sciences sociales*, 6 (4), 1967).

\_\_\_\_\_, 1968, “L’effet de réel”, *ibidem*, 179-87. (Ed. orig. em *Communications*, 12, 1968).

\_\_\_\_\_, 1972, “Aujourd’hui, Michelet”, *ibidem*, 241-53. (Ed. orig. em *L’Arc*, 1972).

BÉDARIDA, François, 1995, “Les responsabilités de l’historien ‘expert’”, in Jean Boutier e Dominique Julia (eds.), *Passés recomposés: Champs et chantiers de l’Histoire*. Paris, Éditions Autrement, 136-44.

BEEM, Charles, 2006, *The Lioness Roared: The Problems of Female Rule in English History*. New York / Basingstoke, Hampshire, Palgrave MacMillan.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (eds.), 1991, *A Memória da Nação*. Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 Outubro, 1987. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

BLOCH, Marc, 1952, *Apologie pour l’histoire ou métier d’historien*, (red. orig. 1941-42). Paris, Librairie Armand Colin.

BLOCH, Maurice E.F., 1992, “Internal and External Memory: Different Ways of Being in History”, in *idem*, *How We Think They Think. Anthropological Approaches to Cognition, Memory, and Literacy*. Boulder, Colorado / Oxford, Westview Press, 1998, 67-84. (Ed. orig. em *Suomen Antropologi*, 17 (1) (1992)).

\_\_\_\_\_, 1993, “Time, Narratives, and the Multiplicity of Representations of the Past”, *ibidem*, 100-13. (Ed. orig. em *Bulletin of the Institute of Ethnology*, Academia Sinica, 75 (1993), 29-45).

\_\_\_\_\_, 1996, “Autobiographical Memory and the Historical Memory of the More Distant Past”, *ibidem*, 114-27. (Ed. orig. “Mémoire autobiographique et mémoire historique...”, *Enquête*, 2 (1996), 59-78).

BOCK, Gisela, 1989, “História, História das Mulheres, História do Género”, *Penélope*, 4, 157-87.

BOCK, Gisela; COVA, Anne (eds.), 2003, *Écrire l’histoire des femmes en Europe du Sud: XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles / Writing Women’s History in Southern Europe: 19<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> centuries*. Oeiras, Celta.

BOLOGNA, Sergio, et alii, 1981, *Dieci interventi sulla Storia Sociale*. Torino, Rosenberg & Sellier, 1981.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 1993, “O abençoado retorno da velha história”, *Análise Social*, XXVIII (122), 623-30.

\_\_\_\_\_, 1999a, *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português*. Lisboa, Quetzal.

\_\_\_\_\_, 1999b, “A narrativa na ‘época pós-histórica’”, *Análise Social*, XXXIV (150), 11-28.

- \_\_\_\_\_, 2005, *D. Maria II*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- \_\_\_\_\_, 2007, “Biografia e conhecimento histórico”, *in idem, Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 241-53.
- BOUDON, Raymond, 1977a, “Déterminismes sociaux et liberté individuelle”, *in idem, Effets pervers et ordre social*. Paris, P.U.F., 1979 (2<sup>e</sup> ed.), 187-252.
- \_\_\_\_\_, 1977b, “Effets pervers et changement social”, *ibidem*, 17-58.
- \_\_\_\_\_, 1977c, “Introduction: Sociologie et liberté”, *ibidem*, 5-15.
- BOURDIEU, Pierre, 1986, “L’Illusion biographique”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62/63, 69-72.
- \_\_\_\_\_, 1993, “Observações sobre a *História das Mulheres*”, *in* Georges Duby e Michelle Perrot (eds.), *As Mulheres e a História*. Colóquio organizado por G. Duby e M. Perrot, Sorbonne 13-14 de Novembro de 1992. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, 57-9. (Ed. orig. *Femmes et histoire*. Paris, Plon, 1993).
- \_\_\_\_\_, 1995, “Sur les rapports entre la sociologie et l’histoire en Allemagne et en France: Entretien avec Lutz Raphael” [em 1989], *Actes de la recherche en sciences sociales*, 106/107, 108-22.
- BOUTIER, Jean ; JULIA, Dominique (eds.), 1995, *Passés recomposés: Champs et chantiers de l’Histoire*. Paris, Éditions Autrement.
- BRAIDOTTI, Rosi, 1994, “A Diferença Sexual como um Projecto Político Nómada” (trad. Joana Passos), *in* Ana Gabriela Macedo (ed.), *Género, Identidade e Desejo: Antologia crítica do feminismo contemporâneo*. Lisboa, Cotovia, 2002, 143-60. (Ed. orig. em *Nomadic Subjects: Embodiment and Sexual Difference in Contemporary Feminist Theory*. New York / Chichester, West Sussex, 1994, cap.viii).
- BRANCO, Maria João, 2006, *D. Sancho I: O Filho do Fundador*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- BRANDENBERGER, D.L.; DUBROVSKY, A.M., 1998, “‘The People Need a Tsar’: The Emergence of National Bolshevism as Stalinist Ideology, 1931-1941”, *Europe-Asia Studies*, 50 (5), 873-92.
- BRAUDEL, Fernand, 1958a, “Histoire et sciences sociales. La longue durée”, *in idem, Écrits sur l’Histoire*. Paris, Flammarion, 1969, 41-83. (Ed. orig. em *Annales. E.S.C.*, 1958 (4), *Débats et combats*, 725-53).
- \_\_\_\_\_, 1958b, “Histoire et sociologie”, *ibidem*, 97-122. (Ed. orig. em Georges Gurvitch (ed.), *Traité de Sociologie*, 1. Paris: P.U.F., 1958, cap.iv).
- \_\_\_\_\_, 1959, “Sur une conception de l’histoire sociale”, *ibidem*, 175-91. (Ed. orig. em *Annales. E.S.C.*, 1959 (2), *Débats et combats*, 308-19).
- \_\_\_\_\_, 1969, “Positions de l’Histoire en 1950”, *ibidem*, 15-38.
- \_\_\_\_\_, 1986, *L’Identité de la France*, 3 vols. Paris, Flammarion.
- BURKE, Peter, 1991a, “La storia ‘événementielle’ e il revival del racconto”, *in idem* (ed.), *La storiografia contemporanea*. Trad. Sergio Minucci. Roma-Bar, Laterza, 1993, 281-99. (Ed. orig. “History of Events and the Revival of Narrative”, *in idem* (ed.), *New Perspectives on Historical Writing*. London, Polity Press, 1991).
- \_\_\_\_\_, (ed.), 1991b, *La storiografia contemporanea*. Roma-Bari: Laterza, 1993. (Ed. orig. *New Perspectives on Historical Writing*. London, Polity Press, 1991).
- \_\_\_\_\_, 1992, *Louis XIV: Les stratégies de la gloire*. Trad. Paul Chemla. Paris, Seuil, 1995. (Ed. orig. *The Fabrication of Louis XIV*. New Haven, Yale University Press, 1992).
- CARDIM, Pedro (ed.), 1998, *A História: Entre Memória e Invenção*. Cursos da Arrábida, nº 03. Mem Martins, Publicações Europa-América.
- CARNEIRO, Roberto; MATOS, Artur Teodoro de (eds.), 2004, *D. João III e o Império*. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento (Lisboa e Tomar, 4 a 8 de Junho de 2002). Lisboa, CHAM.
- CASEY, James, 1989, *The History of the Family*. Oxford / New York, Basil Blackwell.

- CASTRÉN, Anna-Maija; LONKILA, Markku; PELTONEN, Matti (eds.), 2004, *Between Sociology and History: Essays on Microhistory, Collective Action, and Nation-Building*. Helsinki, SKS / Finnish Literature Society.
- CATROGA, Fernando, 2003, *Caminhos do Fim da História*. Coimbra, Quarteto.
- CENTENO, Yvette Kace (ed.), 1993, *Portugal: Mitos Revisitados*. Lisboa, Edições Salamandra.
- CERUTTI, Simona, 1995, “La construction des catégories sociales”, in Jean Boutier e Dominique Julia (eds.), *Passés recomposés: Champs et chantiers de l'Histoire*. Paris, Éditions Autrement, 224-34.
- \_\_\_\_\_, 2004, “Microhistory: Social Relations Versus Cultural Models?”, in Anna-Maija Castrén, Markku Lonkila e Matti Peltonen (eds.), *Between Sociology and History: Essays on Microhistory, Collective Action, and Nation-Building*. Helsinki, SKS / Finnish Literature Society, 17-40.
- CHARTIER, Roger, 1989, “Le monde comme représentation”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 1989 (6), 1505-20.
- \_\_\_\_\_, 1993, “Différences entre les sexes et domination symbolique (note critique)”, *Annales. E.S.C.*, 1993 (4), 1005-10. (Também ed. em Georges Duby e Michelle Perrot (eds.), *Femmes et histoire*. Paris, Plon, 1993).
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 2005, *D. João I: O que re-colheu Boa Memória*. Lisboa, Temas e Debates, 2008. (Ed. orig. Lisboa, Círculo de Leitores, 2005).
- COGLITORE, Roberta, MAZZARA, Federica (eds.), 2004, *Dizionario degli studi culturali*. Roma, Meltemi Editore.
- COLLINGWOOD, R.G., 1946, *The Idea of History*. Oxford, Oxford University Press.
- COSTA, Fernando Dores, 2009, “Resposta à recensão a: Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI: O Clemente*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006”, *Ler História*, 56, 285-6.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, 2008, *O Império dos Pardais*. Lisboa, Temas e Debates.
- COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da, 2009, “Comentário à recensão a: Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006”, *Ler História*, 56, 283-4.
- DAVIS, Natalie Zemon, 2004, *La passione della storia : Un dialogo con Denis Crouzet*. A cura di Angiolina Arru e Sofia Boesch Gajano. Roma, Viella, 2007. (Ed. orig. *L'histoire tout feu tout flamme: Entretiens avec Denis Crouzet*. Paris, Albin Michel, 2004).
- DE GIORGIO, Michela, 2003, “Racontar l’histoire des femmes en Italie”, in Gisela Bock e Anne Cova (eds.), *Écrire l’histoire des femmes en Europe du Sud: XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles / Writing Women’s History in Southern Europe: 19<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> centuries*. Oeiras, Celta, 67-79.
- DE LUNA, Giovanni, 2004, *La passione e la ragione: Il mestiere dello storico contemporaneo*. Milano, Bruno Mondadori.
- DEL PRIORE, Mary, 2009, “Biografia: quando o indivíduo encontra a história”, *Topoi*, 10 (9), 7-16.
- DETTI, Tommaso; FLORES, Marcello, 1999, “Introduzione”, in Nicola Gallerano, *La verità della storia: scritti sull’uso pubblico del passato*. Roma, Manifesto Libri, 9-33.
- DUARTE, Luís Miguel, 2009, “D. Sancho I, *O Povoador*, 1185-1211”, in Manuela Mendonça (ed.), *História dos Reis de Portugal, 1: Da fundação à perda da independência*. Coord. Academia Portuguesa da História. Matosinhos / Lisboa, Quidnovi, 2010, 57-104. (Ed. orig. em fascículo, QuidNovi / *Correio da Manhã*, 2009).
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle, 1990, “Per una storia delle donne”, in Georges Duby e Michelle Perrot (eds.), *Storia delle donne, 1: L’Antichità*. A cura di Pauline Schmitt Pantel. Roma-Bari, Laterza, v-xvii.
- \_\_\_\_\_, (eds.), 1990-1992, *Storia delle donne*, 5 vols.. Roma-Bari, Editori Laterza. (Ed. portuguesa *História das Mulheres no Ocidente*, 5 vols.. Porto, Edições Afrontamento, 1993-1995).

\_\_\_\_\_, (eds.), 1993, *As Mulheres e a História*. Colóquio organizado por G. Duby e M. Perrot, Sorbonne 13-14 de Novembro de 1992. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995. (Ed. orig. *Femmes et histoire*. Paris, Plon, 1993).

EARENFIGHT, Theresa (ed.), 2005, *Queenship and Political Power in Medieval and Early Modern Spain*. Hampshire / Burlington, VT, Ashgate.

\_\_\_\_\_, 2007, “Without the Persona of the Prince: Kings, Queens and the Idea of Monarchy in Late Medieval Europe”, *Gender & History*, 19 (1), 1-21.

ELTON, Geoffrey R., 1969, *The Practice of History*. Oxford / Malden, Mass., Blackwell, 2002 (2ª ed.).

EVANS-PRITCHARD, E.E., 1965, *Theories of Primitive Religion*. Oxford, Clarendon Press, 1972 (repr.).

FABIÃO, Carlos; KRUS, Luís; RAMOS, Rui, 1991, “A Visão do Passado em *Non ou a Vã Glória de Mandar* de Manoel de Oliveira”, *Penélope*, 6, 171-5.

FARGE, Arlette; PERROT, Michelle, 1992, “Debate”, in Georges Duby e Michelle Perrot (eds.), *As Mulheres e a História*. Colóquio organizado por G. Duby e M. Perrot, Sorbonne 13-14 de Novembro de 1992. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, 61-6. (Ed. orig. in *Le Monde des Débats*, 2 (nov. 1992)).

FAVRE, Pierre, 1980, “Nécessaire mais non suffisante: la sociologie des ‘effets pervers’ de R. Boudon”, *Revue française de science politique*, XXX (6), 1229-71.

FAZIO, Ida, 2004, “Microstoria”, in Roberta Cogliatore e Federica Mazzara (eds.), *Dizionario degli studi culturali*. Roma, Meltemi Editore, 283-9.

FERNANDES, Hermenegildo, 2006, *D. Sancho II: Tragédia*. Lisboa, Círculo de Leitores.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, 1984, “Da Doutrina à Vivência: Amor, Amizade e Casamento no ‘Leal Conselheiro’ do rei D. Duarte”, *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, Porto, 1, 133-194.

FERRAROTTI, Franco, 1981, *Storia e storie di vita*. Roma-Bari, Laterza.

FINLEY, Moses I., 1983, *Politics in the Ancient World*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984 (2<sup>nd</sup> repr., with corrections).

FIRPO, Arturo, 1984, “Los reyes sexuales (Ensayo sobre el discurso sexual durante el reinado de Enrique IV de Trastámara, 1454-1474)”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 20, 217-27.

\_\_\_\_\_, 1985, “Los reyes sexuales (IIa parte)”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 21, 145-58.

\_\_\_\_\_, 1986, “Las concubinas reales en la Baja Edad Media castellana”, in Yves-René Fouquerne e Alfonso Esteban (eds.), *La condición de la mujer en la Edad Media*. Actas del Coloquio celebrado en la Casa de Velázquez, del 5 al 7 de noviembre de 1984. Madrid, Casa de Velázquez / Editorial de la Universidad Complutense, 333-41.

FONSECA, Luís Adão da, 2005, *D. João II*. Lisboa, Círculo de Leitores.

FOUQUERNE, Yves-René; ESTEBAN, Alfonso (eds.), 1986, *La condición de la mujer en la Edad Media*. Actas del coloquio celebrado en la Casa de Velázquez, del 5 al 7 de noviembre de 1984. Madrid, Casa de Velázquez / Editorial de la Universidad Complutense.

GALLERANO, Nicola, 1995, “Storia e uso pubblico della storia”, in *idem*, *La verità della storia: scritti sull’uso pubblico del passato*. Introd. Tommaso Detti e Marcello Flores. Roma, Manifesto Libri, 1999, 37-57. (Ed. orig. em Nicola Gallerano (ed.), *L’uso pubblico della storia*. Milano, Angeli, 1995).

GINZBURG, Carlo, 1976, *Il formaggio e i vermi: Il cosmo di un mugnaio del ‘500*. Torino, Einaudi.

\_\_\_\_\_, 1979a, “Provas e Possibilidades à Margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’, de Natalie Zemon Davis”, in Carlo Ginzburg, Enrico Castelnuovo e Carlo Poni, *A Micro-História e Outros Ensaios*. Trad. António Narino. Lisboa, Difel, 1991, 179-202. (Ed. orig. “Prove e possibilità”, in Natalie Zemon Davis, *Il ritorno di Martin Guerre*, Torino, 1979).

- \_\_\_\_\_, 1979b, "Spie: Radici di un paradigma indiziario", in *idem, Miti, emblemi, spie: Morfologia e storia*. Torino, Einaudi, 1986, 158-209. (Ed. orig. em A. Gargani (ed.), *Crisi della ragione*. Torino, 1979, 59-106).
- \_\_\_\_\_, 1981, "Anthropology and History in the 1980s: A Comment", *Journal of Interdisciplinary History*, XII (2), 277-8.
- \_\_\_\_\_, 1991a, "Checking the Evidence: The Judge and the Historian", *Critical Inquiry*, 18 (1), 79-92.
- \_\_\_\_\_, 1991b, *Il giudice e lo storico: Considerazioni in margine al processo Sofri*. Torino, Einaudi.
- \_\_\_\_\_, 1999, *Rapporti di forza: Storia, retorica, prova*. Milano, Feltrinelli, 2000. (Trad. e vers. aument. de *History, Rethoric, and Proof*, "The Menahem Stern Jerusalem Lectures", Hanover and London, University Press of New England, 1999).
- \_\_\_\_\_, 2007, "L'intuizione alla prova", *Il Sole 24 ore*, 2 settembre 2007, in [http://lettere.unipv.it/semec/ARTICOLI\\_RASSEGNA/ar22\\_07\\_ginzburg.html](http://lettere.unipv.it/semec/ARTICOLI_RASSEGNA/ar22_07_ginzburg.html) (accesso em 04/02/2010).
- \_\_\_\_\_, 2009, "Bisogna imparare a rallentare il passo; ma bisogna anche imparare a farsi largo a colpi di sciabola nella pancia del presente": Intervista a Carlo Ginzburg. A cura di Davide Ragone", *Sant'Anna News. Newsletter dell'Associazione Ex-Allievi Scuola Superiore S. Anna – Pisa*, 32.
- GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo, 1991: *A Micro-História e Outros Ensaios*. Trad. António Narino. Lisboa, Difel.
- GINZBURG, Carlo ; PONI, Carlo, 1979, "O Nome e o Como. Troca desigual e mercado historiográfico", in Carlo Ginzburg, Enrico Castelnuovo e Carlo Poni, *A Micro-História e Outros Ensaios*. Trad. António Narino. Lisboa, Difel, 1991, 169-78. (Ed. orig. "Il nome e il come: scambio ineguale e mercato storiografico", *Quaderni Storici*, 40 (1979)).
- GOMES, Rita Costa, 2005, *D. Fernando*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- GOUVEIA, António Camões, 2009, "Coelho, Maria Helena da Cruz, *D. João I*, Círculo de Leitores, 2005 [...]" (recensão), *Ler História*, 56, 231-46.
- GRENDI, Edoardo, 1977, "Micro-analisi e storia sociale", *Quaderni Storici*, 35, 506-520.
- \_\_\_\_\_, 1981, "Paradossi della storia contemporanea", in Sergio Bologna *et alii*, *Dieci interventi sulla Storia Sociale*. Torino, Rosenberg & Sellier, 67-74.
- \_\_\_\_\_, 1994, "Ripensare la microstoria?", in Jacques Revel (ed.), *Giochi di scala: La microstoria alla prova dell'esperienza*. Roma, Viella, 2006, 227-37. (Ed. orig. em *Quaderni storici*, 86 (1994), 539-49).
- HABERMAS, Jürgen, 1986, "On the Public Use of History", in *idem, The New Conservatism: Cultural Criticism and the Historians' Debate*. Ed. and transl. Shierry Weber Nicholsen. Introd. Richard Wolin. Cambridge, Polity Press, 1989, 229-41. (Ed. orig. "Vom öffentlichen Gebrauch der Historie: Das offizielle Selbstverständnis der Bundesrepublik bricht auf", *Die Zeit*, 7 Nov. 1986).
- HALL, Edwin, 1994, *The Arnolfini Betrothal: Medieval Marriage and the Enigma of Van Eyck's Double Portrait*. Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press, 1997 (1<sup>st</sup> paperback print.).
- HARTOG, François, 1995, "L'art du récit historique", in Jean Boutier e Dominique Julia (eds.), *Passés recomposés: Champs et chantiers de l'Histoire*. Paris, Éditions Autrement, 184-93.
- \_\_\_\_\_, 2003, *Regimi di storicità: Presentismo e esperienze del tempo*. Introd. Antonino Buttitta. Palermo, Sellerio editore, 2007. (Ed. orig. *Régimes d'historicité : Présentisme et expériences du temps*, Paris, Éditions du Seuil, 2003).
- HARTOG, François ; REVEL, Jacques, 2001, "Historians and the Present Conjuncture", in Jacques Revel e Giovanni Levi (eds.), *Political Uses of the Past. The Recent Mediterranean Experience*. London/Portland, Frank Cass, 2002, 1-12. (Ed. orig. no núm. esp. de *Mediterranean Historical Review*, 16 (1) (2001)).

- HESAPANHA, António Manuel, 1986, “História e Sistema: Interrogações à historiografia pós-moderna”, *Ler História*, 9, 65-84.
- \_\_\_\_\_, 1991, “A Emergência da História”, *Penélope*, 5, 9-25.
- \_\_\_\_\_, 1998, “Senso comum, memória e imaginação na construção da narrativa historiográfica”, in Pedro Cardim (ed.), *A História: Entre Memória e Invenção*. Cursos da Arrábida, nº 03. Mem Martins, Publicações Europa-América, 21-34.
- \_\_\_\_\_, 2002, “O género biográfico em curso”, *História*, 41, 16-7.
- \_\_\_\_\_, 2003a, “Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar”, *Análise Social*, XXXVIII (168), 823-840.
- \_\_\_\_\_, 2003b, “A privatização da História”, *História*, 55, 18-9.
- \_\_\_\_\_, 2009, “O nó górdio da biografia”, *Ler História*, 56, 218-20.
- HIMMELFARB, Gertrude, 1977, “Two Nations or Five Classes: The Historian as Sociologist”, in *idem*, *The New History and the Old: Critical Essays and Reappraisals*. Cambridge (Massachusetts) / London, Harvard University Press, 1987, 47-69. (Ed. orig. em Quentin Anderson, Stephen Donadio e Steven Marcus (eds.), *Art, Politics and Will: Essays in Honor of Lionel Trilling*. Basic Books, 1977).
- \_\_\_\_\_, 1983, “Is National History Obsolete?”, *ibidem*, 121-42. (Ed. orig. em *New Criterion*, May 1983).
- \_\_\_\_\_, 1984, “History with the Politics Left Out”, *ibidem*, 13-32. (Ed. orig. em *Harper's*, April 1984 [sem o *Postscript*]).
- \_\_\_\_\_, 1992, “Telling It As You Like It: Postmodernist History and the Flight from Fact”, in Keith Jenkins (ed.), *The Postmodern History Reader*. New York, Routledge, 1997, 158-74. (Ed. orig. em *Times Literary Supplement*, 16/10/1992, 12-5).
- HIRSCHMAN, Albert O., 1991, *The Rhetoric of Reaction: Perversity, Futility, Jeopardy*. Cambridge (Massachusetts), Belknap Press of Harvard University Press.
- HOBBSAWM, Eric, 1969, “What Do Historians Owe to Karl Marx?”, in *idem*, *On History*. [London], Abacus, 1998 (1<sup>st</sup> publ. 1997), 186-206. (Ed. orig. em *Marx and Contemporary Scientific Thought / Marx et la pensée scientifique contemporaine*. The Hague and Paris, 1969, 197-211).
- \_\_\_\_\_, 1971, “From Social History to the History of Society”, *ibidem*, 94-123. (Ed. orig. em *Daedalus*, 100 (1971), 20-45).
- \_\_\_\_\_, 1978, “British History and the *Annales*: A Note”, *ibidem*, 236-45. (Ed. orig. em *Review*, 1 (1978), 157-62).
- \_\_\_\_\_, 1980, “On the Revival of Narrative”, *ibidem*, 246-53. (Ed. orig. em *Past and Present*, 86 (1980), 2-8).
- \_\_\_\_\_, 1988, “On History from Below”, *ibidem*, 266-86. (Ed. orig. em Frederick Krantz (ed.), *History from Below: Studies in Popular Protest and Popular Ideology*. Oxford, 1988, 13-28).
- \_\_\_\_\_, 1990, “Postmodernism in the Forest”, *ibidem*, 254-65. (Ed. orig. “Escaped Slaves of the Forest”, *New York Review of Books*, 6 December 1990, 46-8).
- \_\_\_\_\_, 1992, “Outside and Inside History”, *ibidem*, 1-12. (Ed. orig. “The New Threat to History”, *New York Review of Books*, 16 December 1992, 62-5).
- \_\_\_\_\_, 1997, “Has History Made Progress?”, (Inaugural Lecture at Birkbeck College, 1979), *ibidem*, 74-93.
- \_\_\_\_\_, 1998, *Uncommon People: Resistance, Rebellion and Jazz*. New York, The New Press.
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane, 1991, “Introduzione”, in Georges Duby e Michelle Perrot (eds.), *Storia delle donne in Occidente. 2: Il Medioevo*. A cura di C. Klapisch-Zuber. Roma-Bari, Editori Laterza, 3-17.
- KOSELLECK, Reinhart, 1967, “Historia Magistra Vitae: The Dissolution of the Topos into the Perspective of a Modernized Historical Process”, in *idem*, *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*. Transl. and introd. Keith Tribe. New York, Columbia University Press, 2004, 26-42. (“Historia Magistra Vitae. Über die Auflösung des Topos im Horizont neuzeitlich bewegter Geschichte”, in H.

Braun e M. Riedel (eds.), *Natur und Geschichte: Karl Löwith zum 70. Geburtstag*. Stuttgart, 1967, 825-38).

\_\_\_\_\_, 1972, “On the Need for Theory in the Discipline of History”, in *idem*, *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Foreword Hayden White. Stanford, California, Stanford University Press, 2002, 1-19. (Ed. orig. em *Theorie der Geschichtswissenschaft und Praxis des Geschichtsunterrichts*. Stuttgart, 1972).

\_\_\_\_\_, 1973, “Representation, Event, and Structure”, in *idem*, *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*. Transl. and introd. Keith Tribe. New York, Columbia University Press, 2004, 105-14. (Ed. orig. “Ereignis und Struktur”, in R. Koselleck e W.-D. Stempel (eds.), *Geschichte: Ereignis und Erzählung*. München, 1973).

\_\_\_\_\_, 1986a, “Introduction to Hayden White’s *Tropics of Discourse*”, in *idem*, *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Foreword Hayden White. Stanford, California, Stanford University Press, 2002, 38-44. (Ed. orig. em H. White, *Auch Klio dichtet oder di Fiktion des Faktischen*. Stuttgart, 1986 (trad. de *Tropics of Discourse*. Baltimore, 1978)).

\_\_\_\_\_, 1986b, “Social History and Conceptual History”, *ibidem*, 20-37. (Ed. orig. “Sozialgeschichte und Begriffsgeschichte”, in Wolfgang Schieder e Volker Sellin (eds.), *Sozialgeschichte in Deutschland: Entwicklungen und Perspektiven im internationalen Zusammenhang*, 2. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1986, 89-109).

\_\_\_\_\_, 1987, “Concepts of Historical Time and Social History”, *ibidem*, 115-30. (Ed. orig. “Moderne Sozialgeschichte und historische Zeiten”, in Pietro Rossi (ed.), *Theorie der modernen Geschichtsschreibung*. Frankfurt-am-Main, 1987, 173-190).

\_\_\_\_\_, 2001, “Historia(s) e Histórica: Reinhart Koselleck en conversación con Carsten Dutt” (trad. Faustino Oncina), *Isegoría*, Madrid, 29 (2003), 211-24. (Ed. orig. “Geschichte(n) und Historik. Reinhart Koselleck im Gespräch mit Carsten Dutt”, *Internationale Zeitschrift für Philosophie*, 2 (2001), 257-71).

LE GOFF, Jacques, 1996, *Saint Louis*. Paris, Gallimard.

LEITE, Berta, 1940, *A Mulher na História de Portugal*. Palestras comemorativas dos Centenários proferidas ao microfone da Emissora Nacional. [Lisboa], [s.n.].

LEVI, Giovanni, 1981, “Un problema di scala”, in Sergio Bologna *et alii*, *Dieci interventi sulla Storia Sociale*. Torino, Rosenberg & Sellier, 75-81.

\_\_\_\_\_, 1985, *L’eredità immateriale: Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento*. Torino, Einaudi.

\_\_\_\_\_, 1989, “Les usages de la biographie”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 1989 (6), 1325-36.

\_\_\_\_\_, 1991, “A proposito di microstoria”, in Peter Burke (ed.), *La storiografia contemporanea*. Roma-Bari, Laterza, 1993, 111-134. (Ed. orig. “On Microhistory”, in P. Burke (ed.), *New Perspectives on Historical Writing*. London, Polity Press, 1991).

\_\_\_\_\_, 1993, “Antropología y microhistoria: conversación con Giovanni Levi” (entrev. con José Luis Beltrán, Antonio Espino López y Ricardo Garcís Cárcel), *Manuscripts*, 11, 15-28.

\_\_\_\_\_, 1996, “Comportements, ressources, procès: avant la ‘révolution’ de la consommation”, in Jacques Revel (ed.), *Jeux d’échelles: La micro-analyse à l’expérience*. Paris, Gallimard/Le Seuil, 187-207.

\_\_\_\_\_, 2001, “The Distant Past: On the Political Use of History”, in Jacques Revel e Giovanni Levi (eds.), *Political Uses of the Past. The Recent Mediterranean Experience*. London/Portland, Frank Cass, 2002, 61-73. (Ed. orig. no núm. esp. de *Mediterranean Historical Review*, 16 (1) (2001)).

LEVIN, Carole, 1994, *The Heart and Stomach of a King: Elizabeth I and the Politics of Sex and Power*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

LIMA, Henrique Espada, 2004, “E.P. Thompson e a micro-história : trocas historiográficas na seara da história social”, *Revista Esboços* (Univ. Fed. Santa Catarina), 12, 53-74.

\_\_\_\_\_, 2006, *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

LISS, Peggy K., 2005, "Isabel of Castile (1451-1504), Her Self-Representation and Its Context", in Theresa Earenfight (ed.), *Queenship and Political Power in Medieval and Early Modern Spain*. Hampshire / Burlington, VT, Ashgate, 120-44.

LORIGA, Sabina, 1996, "La biographie comme problème", in Jacques Revel (ed.), *Jeux d'échelles: La micro-analyse à l'expérience*. Paris, Gallimard/Le Seuil, 209-31.

\_\_\_\_\_, 2008, "Biographical and Historical Writing in the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> Centuries", *Transitions to Modernity Colloquium*. The MacMillan Center, Yale University, 02/18/2008, in <http://www.yale.edu/macmillan/transitionstomodernity/papers/Loriga.pdf> (acesso em 11/08/2010).

LOURENÇO, Maria Paula Marçal, 1999, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754). Poderes, Instituições e Relações Sociais*, 4 vols.. Exemplar policopiado de dissertação de Doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

\_\_\_\_\_, 2003a, "Morte e exéquias das rainhas de Portugal (1640-1754)", in *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*. Org. Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 579-91.

\_\_\_\_\_, 2003b, "Ser rainha de Portugal nos alvares da modernidade: imagem, símbolo e poder", *Cadernos do Noroeste, Série História* 3, 20 (1-2), 601-15.

\_\_\_\_\_, 2004, "O séquito e a Casa de D. Catarina de Áustria: A família Real, a Índia e os grupos de poder", in Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (eds.), *D. João III e o Império*. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento (Lisboa e Tomar, 4 a 8 de Junho de 2002). Lisboa, CHAM, 175-184.

\_\_\_\_\_, 2007, *D. Pedro II: O Pacífico (1648-1706)*. Lisboa, Círculo de Leitores.

LOURENÇO, Paula; PEREIRA, Ana Cristina; TRONI, Joana, 2008, *Amantes dos Reis de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009 (5ªed.).

LOWENTHAL, David, 1985, *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press, repr. 2005.

MACEDO, Ana Gabriela (ed.), 2002, *Género, Identidade e Desejo: Antologia crítica do feminismo contemporâneo*. Lisboa, Cotovia.

MARTINS, Armando Alberto, 2010, "D. Fernando, *O Formoso*, 1367-1383", in Manuela Mendonça (ed.), *História dos Reis de Portugal, 1: Da fundação à perda da independência*. Coord. Academia Portuguesa da História. Matosinhos / Lisboa, Quidnovi, 391-438. (Ed. orig. em fascículo, QuidNovi / *Correio da Manhã*, 2010).

MATOS, Artur Teodoro de; COSTA, João Paulo Oliveira e, 2007, "Biographies of the Kings of Portugal", *e-Journal of Portuguese History*, 5:2.

MATTOSO, José, 1985, "História nacional e nacionalismo", in *idem, Obras Completas: A Escrita da História*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002, 164-71. (Ed. orig. em *Prelo*, 9 (1985), 9-16).

\_\_\_\_\_, 1988a, "Breves reflexões sobre o individual e o colectivo em História", *ibidem*, 40-6. (Ed. orig. em *Vértice*, 1988).

\_\_\_\_\_, 1988b, "A escrita da História" (Conferência realizada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 1986), *ibidem*, 11-22. (Ed. orig. em *A Escrita da História: Teoria e Métodos*. Lisboa, Editorial Estampa, 1988, 15-30).

\_\_\_\_\_, 1988c, "História – arte ou ciência", *ibidem*, 22-30. (Ed. orig. em *A Escrita da História: Teoria e Métodos*. Lisboa, Editorial Estampa, 1988, 31-42).

\_\_\_\_\_, 1992, "Apresentação", in *idem* (ed.), *História de Portugal, 1: Antes de Portugal*. [Lisboa], Círculo de Leitores, 9-17.

\_\_\_\_\_ (ed.), 1992-1994, *História de Portugal*, 8 vols.. [Lisboa], Círculo de Leitores.

\_\_\_\_\_, 1999a, “A função social da História no mundo de hoje”, in *idem*, *Obras Completas: A Escrita da História*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002, 61-71. (Ed. orig. pela Associação de Professores de História, Lisboa, 1999).

\_\_\_\_\_, 1999b, “A longa persistência da barregania”, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, 1/2, 11-26.

\_\_\_\_\_, 2002, “Se a História pode ser contemplativa”, in *idem*, *Obras Completas: A Escrita da História*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 46-60.

\_\_\_\_\_, 2006, *D. Afonso Henriques*. Lisboa, Círculo de Leitores.

\_\_\_\_\_, 2010, “Uma História de Portugal para o nosso tempo”, *Ípsilon*, 20 Maio 2010, in <http://ipsilon.publico.pt/livros/critica.aspx?id=252385> (acesso em 20/05/2010).

\_\_\_\_\_(ed.), 2010-2011, *História da Vida Privada em Portugal*, 4 vols. [Lisboa], Círculo de Leitores.

McPHERSON, Kenneth; SUBRAHMANYAM, Sanjay (eds.), 2005, *From Biography to History: Essays in the History of Portuguese Asia (1500-1800)*. New Delhi, TransBooks, 2005.

MENDONÇA, Manuela, 2010, “Prefácio”, in *idem* (ed.), *História dos Reis de Portugal, 1: Da fundação à perda da independência*. Coord. Academia Portuguesa da História. Matosinhos / Lisboa, QuidNovi, 7-8.

\_\_\_\_\_(ed.), 2009-2010, *História dos Reis de Portugal, 1: Da fundação à perda da independência*. Coord. Academia Portuguesa da História. Matosinhos / Lisboa, QuidNovi, 2010. (Ed. orig. em fascículos, QuidNovi / *Correio da Manhã*, 2009-2010).

MERTON, Robert K., 1936, “The Unanticipated Consequences of Purposive Social Action”, *American Sociological Review*, 1 (6), 894-904.

MILLS, C. Wright, 1959, *The Sociological Imagination*. Afterword Todd Gitlin. Oxford, Oxford University Press, repr. 2000.

MÓNICA, Maria Filomena, 1999, *Fontes Pereira de Melo, 2ª ed.*. Porto / Lisboa, Edições Afrontamento / Assembleia da República.

\_\_\_\_\_, 2005, *D. Pedro V: 1837-1861*. Lisboa, Temas e Debates, 2007. (Ed. orig. Lisboa, Círculo de Leitores, 2005).

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2006, *D. José: Na Sombra de Pombal*. Lisboa, Círculo de Leitores.

\_\_\_\_\_, 2009, “Comentário à recensão a: Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José*”, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006”, *Ler História*, 56, 284-5.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, 2009, “Mattoso, José, *D. Afonso Henriques*”, Círculo de Leitores, 2006 [...]” (recensão), *Ler História*, 56, 223-30.

NOIRET, Serge, 2009, “‘Public History’ e ‘storia pubblica’ nella rete”, *Ricerche storiche*, A. XXXIX, IV (2-3) (mag.-dic. 2009), 275-328, in [http://eui.academa.edu/documents/0091/6269/Public\\_History\\_Stati\\_Uniti\\_rivisto\\_SN.pdf](http://eui.academa.edu/documents/0091/6269/Public_History_Stati_Uniti_rivisto_SN.pdf) (acesso em 01/10/2010).

NORA, Pierre (ed.), 1984-1993, *Les Lieux de mémoire*, 3 ts. [Paris], Gallimard.

\_\_\_\_\_, 1992, “Comment écrire l’histoire de France?”, in *idem* (ed.), *Les Lieux de mémoire*, III: *Les France*, 1: *Conflits et partages*. [Paris], Gallimard, 11-32.

OLIVAL, Fernanda, 2006, *D. Filipe II: De Cognome “O Pio”*. Lisboa, Círculo de Leitores.

OLIVEIRA, Ana Maria Tavares da Silva Rodrigues, 1997, *As Representações da Mulher na Cronística Medieval Portuguesa: Séculos XII a XIV*, 1. Exemplar policopiado de dissertação de Mestrado em História Medieval de Portugal apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

\_\_\_\_\_, 2001, “A imagem da mulher nas crónicas medievais”, *Faces de Eva*, 5, 131-47.

OLIVEIRA, António de, 2005, *D. Filipe III*. Lisboa, Círculo de Leitores.

- OOM, Ana, 2006a, *Era uma Vez um Rei*. Rev. cient. Associação de Professores de História / Ana Sofia Gouveia Pinto, 12 vols.. [Lisboa], Expresso.
- \_\_\_\_\_, 2006b, *Era uma Vez um Rei*. 11: *D. Maria II: A Educadora*. Rev. cient. Associação de Professores de História / Ana Sofia Gouveia Pinto. [Lisboa], Expresso.
- \_\_\_\_\_, 2010, *Portugal 10 Séculos, 10 Histórias*. Rev. técn. Associação de Professores de História, 10 vols.. [Lisboa], Zero a Oito / Expresso.
- PAIVA, José Pedro, 2009, “Costa, Leonor Freire e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006 [...]” (recensão), *Ler História*, 56, 253-69.
- PALOMO, Federico, 2009, “Bouza, Fernando, *D. Filipe I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005 [...]” (recensão), *Ler História*, 56, 246-52.
- PAVONE, Claudio, 2001, “The Two Levels of Public Use of the Past”, in Jacques Revel e Giovanni Levi (eds.), *Political Uses of the Past. The Recent Mediterranean Experience*. London/Portland, Frank Cass, 2002, 74-86. (Ed. orig. no núm. esp. de *Mediterranean Historical Review*, 16 (1) (2001)).
- PELTONEN, Matti, 2001, “Clues, Margins, and Monads: The Micro-Macro Link in Historical Research”, *History and Theory*, 40, 347-59.
- PEREIRA, Ana Cristina Duarte, 2008, *Princesas e Infantas de Portugal (1640)*. Lisboa, Edições Colibri.
- PEREIRA, Ana Cristina; TRONI, Joana, 2009, *Amantes dos Reis de França: Conheça a História de França através das refinadas cortesãs que partilhavam a cama com os reis*. Lisboa, A Esfera dos Livros.
- PEREIRA, Sara Marques, 1999, *D. Carlota Joaquina, Rainha de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008 (3ª ed.).
- PERROT, Michelle, 1993, “Introdução”, in Georges Duby e Michelle Perrot (eds.), *As Mulheres e a História*. Colóquio organizado por G. Duby e M. Perrot, Sorbonne 13-14 de Novembro de 1992. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, 9-13. (Ed. orig. *Femmes et histoire*. Paris, Plon, 1993).
- PERROT, Michelle, *et alii*, 1986, “Culture et pouvoir des femmes: essai d’historiographie”, *Annales. E.S.C.*, 1986 (2), 271-93.
- PIMENTA, Cristina, 2005, *D. Pedro I*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- PINHEIRO, Magda, 2006, “A Biografia em Portugal – uma agenda”, *Ler História*, 50, 67-80.
- \_\_\_\_\_, 2009, “A Biografia e as Biografias dos Reis de Portugal”, *Ler História*, 56, 220-23.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, 2005, *D. Dinis*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- PIZZORNO, Alessandro, 1986, “Fare propria un’altra alterità”, in *idem*, *Il velo della diversità: Studi su razionalità e riconoscimento*. Milano, Feltrinelli, 2007, 43-62. (Ed. orig. “Some Other Kind of Otherness: A Critique of Rational Choice Theories”, in *Development, Democracy and the Art of Trespassing: Essays in Honor of Albert O. Hirschmann*. Notre Dame (Ill.), 1986).
- \_\_\_\_\_, 1989a, “Identità e sapere inutile: Risposta ai commenti”, *ibidem*, 83-96. (Ed. orig. em *Rassegna italiana di sociologia*, 30 (3) (1989), 305-19).
- \_\_\_\_\_, 1989b, “Spiegazione come reidentificazione”, *ibidem*, 62-83. (Ed. orig. em *Rassegna italiana di sociologia*, 30 (2) (1989), 161-84).
- \_\_\_\_\_, 1996, “Decisioni o interazioni? La micro-descrizione del cambiamento sociale”, *ibidem*, 251-74. (Ed. orig. em *Rassegna italiana di sociologia*, 37 (1) (1996), 107-32).
- \_\_\_\_\_, 2006, “Dalla reputazione alla visibilità” [vers. aument.], *ibidem*, 220-47. (Ed. orig. em *Sociologia del lavoro*, 104 (2006), 236-63).
- \_\_\_\_\_, 2007a, “Narrare e spiegare”, *ibidem*, 97-105.
- \_\_\_\_\_, 2007b, “Razionalità e riconoscimento”, *ibidem*, 109-197.
- \_\_\_\_\_, 2007c, “Saggio introduttivo”, *ibidem*, 15-40.
- \_\_\_\_\_, 2007d, “Lo straniero come metafora”, *ibidem*, 275-95.

- POMATA, Gianna, 1990, “Storia particolare e storia universale: in margine ad alcuni manuali di storia delle donne”, *Quaderni storici*, N.S., 74, 341-85.
- \_\_\_\_\_, 1993, “Histoire des femmes et ‘gender history’ (note critique)”, *Annales. E.S.C.*, 1993 (4), 1019-26. (Também ed. em Georges Duby e Michelle Perrot (eds.), *Femmes et histoire*. Paris, Plon, 1993).
- RAMOS, Rui, 1991, “A Causa da História do Ponto de Vista Político”, *Penélope*, 5, 27-47.
- \_\_\_\_\_, 1994, “Prefácio”, in José Mattoso (ed.), *História de Portugal*, 6: *A Segunda Fundação (1890-1926)*. [Lisboa], Círculo de Leitores, 9-10.
- \_\_\_\_\_, 2006a, *D. Carlos: 1863-1908*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- \_\_\_\_\_, 2006b, “Prefácio”, in João Franco Castello-Branco, *Cartas D’El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco, seu Último Presidente do Conselho*. Lisboa, Bertrand Editora, 9-27.
- \_\_\_\_\_, 2007, “Introdução”, in Lucien Corpechot, *Memórias Inéditas da Rainha D. Amélia*. Casal de Cambra, Caleidoscópio, 7-20.
- \_\_\_\_\_, 2009, “Prólogo”, in *idem*, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*. Coord. Rui Ramos. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010 (3ª ed.), i-iv.
- RAO, Velcheru Narayana; SHULMAN, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay, 2003, *Textures of Time: Writing History in South India 1600-1800*. New York, Other Press.
- REVEL, Jacques, 1989, “L’histoire au ras du sol”, in Giovanni Levi, *Le Pouvoir au village: Histoire d’un exorciste dans le Piémont du XVII<sup>e</sup> siècle*. Trad. Monique Aymard. [Paris], Gallimard, i-xxxiii.
- \_\_\_\_\_, 1995, “Histoire et sciences sociales: une confrontation instable”, in Jean Boutier e Dominique Julia (eds.), *Passés recomposés: Champs et chantiers de l’Histoire*. Paris, Éditions Autrement, 69-81
- \_\_\_\_\_ (ed.), 1996a, *Jeux d’échelles: La micro-analyse à l’expérience*. Paris, Gallimard/Le Seuil.
- \_\_\_\_\_, 1996b, “Micro-analyse et construction du social”, in *idem* (ed.), *Jeux d’échelles: La micro-analyse à l’expérience*. Paris, Gallimard/Le Seuil, 15-36.
- \_\_\_\_\_ (ed.), 2006, *Giochi di scala: La microstoria alla prova dell’esperienza*. Roma, Viella. (Trad. e versão aument. de *Jeux d’échelles: La micro-analyse à l’expérience*. Paris, Gallimard/Le Seuil, 1996).
- REVEL, Jacques ; LEVI, Giovanni (eds.), 2001, *Political Uses of the Past: The Recent Mediterranean Experience*. London/Portland, Frank Cass, 2002. (Ed. orig. no núm. esp. de *Mediterranean Historical Review*, 16 (1) (2001)).
- RICOEUR, Paul, 1983, *Temps et récit*, 1: *L’intrigue et le récit historique*. [Paris], Éditions du Seuil, 1991.
- \_\_\_\_\_, 1985, *Temps et récit*, 3: *Le temps raconté*. [Paris], Éditions du Seuil, 1991.
- ROBERTS, Geoffrey, 1998, “Geoffrey Elton: History and Human Action”, in *idem* (ed.), *The History and Narrative Reader*. London, Routledge, 2001, 130-4. (Ed. orig. “Defender of the Faith: Geoffrey Elton and the Philosophy of History”, *Chronicon*, 2 (1998), 1-22, e *The Historian*, 57 (1998)).
- ROOS, J.P., 1994, “The True Life Revisited: Autobiography and Referentiality After the ‘Posts’”, *Auto/Biography*, 3 (1-2), *Auto/Biographical Occasions*, 1-16, in <<http://www.mv.helsinki.fi/home.jproos/truelife.html>> (acesso em 10/08/2010).
- ROWLAND, Robert, 1978, “Ciências Sociais, História Social”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1, 57-90.
- \_\_\_\_\_, 1985, “Robinson por Computador? Alan Macfarlane e as origens do individualismo inglês”, *Ler História*, 5, 83-104.
- \_\_\_\_\_, 1987, *Antropologia, História e Diferença: Alguns Aspectos*. Porto, Afrontamento.
- \_\_\_\_\_, 1991, “L’informatica e il mestiere dello storico”, *Quaderni storici*, n.s., 78 (3), *Informatica e fonti storiche*, 693-720.

- RUIZ TORRES, Pedro, 2001, "Political Uses of History in Spain", in Jacques Revel e Giovanni Levi (eds.), *Political Uses of the Past. The Recent Mediterranean Experience*. London/Portland, Frank Cass, 2002, 95-116. (Ed. orig. no núm. esp. de *Mediterranean Historical Review*, 16 (1) (2001)).
- SANTOS, Eugénio dos, 2006, *D. Pedro IV: Liberdade, Paixões, Honra*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- SARDICA, José Miguel, 2005, *Duque de Ávila e Bolama: Biografia*. Lisboa, Dom Quixote / Assembleia da República.
- \_\_\_\_\_, 2007, "Flaubert ensina mais do que Marx" (art. recensão a Maria de Fátima Bonifácio, *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, 2007), *Análise Social*, XLII (185), 1083-1103.
- \_\_\_\_\_, 2009, "Pedreira, Jorge e Fernando Dores Costa, *D. João VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006 [...]" (recensão), *Ler História*, 56, 270-83.
- SCHMITT, Carl, 1922, *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty*. Transl. George D. Schwab. Chicago, University of Chicago Press, 2005. (Ed. orig. *Politische Theologie. Vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität*).
- SCOTT, Joan W., 1986, "Gender: A Useful Category of Historical Analysis", *The American Historical Review*, 91 (5), 1053-75.
- \_\_\_\_\_, 1991, "La storia delle donne", in Peter Burke (ed.), *La storiografia contemporanea*. Trad. Antonella Iocca. Roma-Bari, Laterza, 1993, 51-79. (Ed. orig. "Women's History", in P. Burke (ed.), *New Perspectives on Historical Writing*. London, Polity Press, 1991).
- SERNA, Justo; PONS, Anaclét, 2000, *Cómo se escribe la microhistoria: Ensayo sobre Carlo Ginzburg*. Madrid, Frónesis – Cátedra.
- SHARPE, Jim, 1991, "La storia dal basso", in Peter Burke (ed.), *La storiografia contemporanea*. Trad. Sergio Minucci. Roma-Bari, Laterza, 1993, 31-50. (Ed. orig. "History From Below", in P. Burke (ed.), *New Perspectives on Historical Writing*. London, Polity Press, 1991).
- SCHULTE, Regina (ed.), 2006, *The Body of the Queen: Gender and Rule in the Courtly World, 1500-2000*. Ed. R. Schulte with the assist. Pernille Arenfeldt, Martin Kohlrausch and Xenia von Tippelskirch. New York / Oxford, Berghahn Books.
- SKINNER, Quentin, 1972, "'Social Meaning' and the Explanation of Social Action", in *idem*, *Visions of Politics. 1: Regarding Method*. Cambridge, Cambridge University Press, 2002, 128-44. (Adapt. de art. orig. publ. em Peter Laslett, W.G. Runciman e Quentin Skinner (eds.), *Philosophy, Politics and Society*, 4<sup>th</sup> series. Oxford, 1972, 136-57).
- \_\_\_\_\_, 1988, "Interpretation, Rationality and Truth", *ibidem*, 27-56. (Adapt. de "Reply to my Critics", in James Tully (ed.), *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Cambridge, 1988, 235-59).
- \_\_\_\_\_, 1997, "The Practice of History and the Cult of the Fact", *ibidem*, 8-26. (Ed. orig. "Sir Geoffrey Elton and the Practice of History", *Transactions of the Royal Historical Society*, S.6, 7 (1997), 301-16)
- \_\_\_\_\_, 2002a, "Motives, intentions and interpretation", *ibidem*, 90-102.
- \_\_\_\_\_, 2002b, "The rediscovery of republican values", in *idem*, *Visions of Politics. 2: Renaissance Virtues*. Cambridge, Cambridge University Press (3<sup>rd</sup> repr. 2004), 10-38.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, 2005, *D. Afonso IV (1291-1357)*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; RAMOS, Rui, 2009a, *História de Portugal*. Coord. Rui Ramos. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010 (3<sup>a</sup> ed.).
- \_\_\_\_\_, 2009b, "Introdução: Territórios e Populações, Identidades e Memórias", in *idem*, *História de Portugal*. Coord. Rui Ramos. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010 (3<sup>a</sup> ed.), vii-xviii.
- STONE, Lawrence, 1979, "The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History", *Past and Present*, 85, 3-24.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, 2005, "From Biography to History: An Introduction", in Kenneth McPherson e Sanjay Subrahmanyam (eds.), *From Biography to History: Essays in the History of Portuguese Asia (1500-1800)*. New Delhi, TransBooks, 9-25.

- THÉBAUD, Françoise, 2003, “Écrire l’histoire des femmes en France: Parcours historiographiques, débats méthodologiques et rapports avec les institutions”, in Gisela Bock e Anne Cova (eds.), *Écrire l’histoire des femmes en Europe du Sud: XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles / Writing Women’s History in Southern Europe: 19<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> centuries*. Oeiras, Celta, 97-115.
- THOMPSON, E.P., 1977, “Folklore, Anthropology and Social History”, *Indian Historical Review*, 2 (2), 247-66.
- TRINDADE, Luís, 2008, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português: O salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- TRONI, Joana Almeida, 2008, *Catarina de Bragança (1638-1705)*. Lisboa, Edições Colibri.
- VALENTE, Vasco Pulido, 2001, *Glória: Biografia de J.C. Vieira de Castro*, 2<sup>a</sup> ed.. Lisboa, Gótica.
- \_\_\_\_\_, 2002, *Marcello Caetano: As desventuras da razão*. Lisboa, Gótica.
- VAQUINHAS, Irene, 2002a, “Impacte dos estudos sobre as mulheres na produção científica nacional. O caso da História”, *Ex Aequo*, 6, 147-57.
- \_\_\_\_\_, 2002b, “Linhas de investigação para história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, S.III, 3, 201-21.
- VENTURA, Leontina, 2006, *D. Afonso III*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- VEYNE, Paul, 1971, “Comment on écrit l’histoire” (abrégé), in *idem*, *Comment on écrit l’histoire* suivi de *Foucault révolutionne l’histoire*. [Paris], Éditions du Seuil, 1979, 9-199.
- \_\_\_\_\_, 1976, *L’Inventaire des différences*. Leçon inaugurale au Collège de France. Paris, Éditions du Seuil.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos, 2005, *D. Afonso II: Um Rei Sem Tempo*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- WEIL, Rachel, 2006, “Royal Flesh, Gender and the Construction of Monarchy”, in Regina Schulte (ed.), *The Body of the Queen: Gender and Rule in the Courtly World, 1500-2000*. Ed. R. Schulte with the assist. Pernille Arenfeldt, Martin Kohlrausch and Xenia von Tippelskirch. New York / Oxford, Berghahn Books, 88-100.
- WHITE, Hayden, 1972-1973, “Interpretation in History”, in *idem*, *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. Baltimore / London, The John Hopkins University Press, 1978, 51-80. (Ed. orig. em *New Literary History*, 4 (1972-1973)).
- \_\_\_\_\_, 1973, *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore / London, The Johns Hopkins University Press, 1993.
- \_\_\_\_\_, 1974, “The Historical Text as Literary Artifact”, in *idem*, *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. Baltimore / London, The John Hopkins University Press, 1978, 81-100. (Ed. orig. em *Clio*, 3 (3) (1974)).
- \_\_\_\_\_, 2002, “Foreword”, in KOSELLECK, Reinhart, *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Stanford, California, Stanford University Press, 2007 (repr.), ix-xiv.
- XAVIER, Ângela Barreto, 2009, “Coleção ‘Reis de Portugal’ em Debate”, *Ler História*, 56, 217.
- XAVIER, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro, 2006, *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores.